

VALTER KEHDI

AS CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS JUSTAPOSTAS EM PORTUGUÊS

Tese de doutorado apresentada à
área de Filologia e Língua Portu-
guesa junto ao Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculas da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. FELIPE JORGE

São Paulo

1982

VALTER KEHDI

AS CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS JUSTAPOSTAS EM PORTUGUÊS

Tese de doutorado apresentada à
área de Filologia e Língua Portu-
guesa junto ao Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculas da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. FELIPE JORGE

São Paulo
1982

A meus pais, ã Dalva e ã Lilibeti

Um agradecimento especial
aos professores e amigos:

- Dr. Felipe Jorge
- Dr. Isaac Nicolau Salum

Í N D I C E

I - INTRODUÇÃO	6
II - CAPÍTULO 1: TERMOS ORACIONAIS JUSTAPOSTOS SEM PAUSA	15
1.1 - Sujeito e predicado	16
1.2 - Objeto direto	21
1.3 - Predicativo do objeto direto	24
1.4 - Adjunto adverbial	26
1.5 - Adjunto adnominal	33
CAPÍTULO 2: O APOSTO: PROBLEMAS DE CARACTERIZAÇÃO	38
CAPÍTULO 3: OS TIPOS DE APOSTO	53
3.1 - Aposto substantival	53
3.1.1 - Aposição explicativa	54
3.1.1.1 - O substantivo	55
3.1.1.2 - Termos pleonásticos	62
3.1.1.3 - Vocativo	68
3.1.2 - Aposto circunstancial	72
3.1.3 - Aposição restritiva	76
3.1.3.1 - Substantivos compostos	76
3.1.3.2 - A expressão <u>cor de -</u>	79
3.1.3.3 - O aposto especificativo	81
3.2 - Aposto adjetival	93
3.3 - Aposto pronominal	110
3.4 - Aposto adverbial	116
3.5 - Aposto oracional	122
3.5.1 - Orações desenvolvidas	123
3.5.2 - Orações reduzidas em construção conjunta	126
3.6 - O discurso direto como aposto	132

CAPÍTULO 4: A COLOCAÇÃO DO APOSTO NA ORAÇÃO	139
CAPÍTULO 5: AS CONSTRUÇÕES COM AS FORMAS VERBO-NOMINAIS	153
5.1 - As orações reduzidas absolutas	153
5.2 - As orações reduzidas em construção conjunta	157
5.3 - Construções de gerúndio subentendido	159
CAPÍTULO 6: ORAÇÕES JUSTAPOSTAS	166
6.1 - Orações intercaladas (ou parentéticas)	166
6.2 - Orações coordenadas	176
6.3 - Orações subordinadas	187
CAPÍTULO 7: CASOS DISCUTÍVEIS DE JUSTAPOSIÇÃO	206
7.1 - Orações de pronomes relativos sem antecedente explícito	206
7.2 - Orações interrogativas indiretas	216
III - CONCLUSÃO	223
IV - BIBLIOGRAFIA	232

I - INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é caracterizar e classificar as construções justapostas do português.

Consideramos construções justapostas as que não aparecem ligadas por conectivo. Sua relação com o termo ou oração a que se ligam é, geralmente, de subordinação; embora menos frequentes, há casos de coordenação (p.ex., as orações coordenadas designadas como "assindéticas").

Acrescente-se, também, que o fenômeno da concordância, bem como a presença da pausa (geralmente representada pe la vírgula), não eliminam o caráter justaposto de certas construções.

Nosso estudo se limitará aos casos de justaposição em nível de oração ou período: termos oracionais e orações justapostas. Com exceção dos compostos por justaposição apositivos, excluimos de nossas considerações a composição justaposta; fixamo-nos na frase, ou seja, restringimo-nos ao campo da justaposição em Sintaxe.

Essa construção não passou totalmente despercebida a nossos gramáticos. Entretanto, ressaltaram mais a justaposição em nível de período do que em nível de oração. E dentro do período não assinalaram o caráter justaposto das orações

reduzidas não preposicionadas ou das intercaladas.

Um dos primeiros a chamar a atenção para o fenômeno foi José Oiticica, que, em seu Manual de análise, aponta apenas três casos: as orações intercaladas de citação, algumas orações apositivas e a oração subordinada adverbial temporal⁽¹⁾. Considera, ainda, a justaposição como uma natureza sintática.

A rigor, as orações são independentes (comumente chamadas de coordenadas) ou dependentes (subordinadas). Quanto à ligação, à conexão, entre si, podem ser conectivas ou justapostas. A justaposição é, portanto, uma forma de conexão oracional, que pode ocorrer tanto na coordenação como na subordinação.

Outro estudo, muito citado em nossos mais recentes manuais de análise, é a tese do professor Olmar Guterres da Silveira, Orações subordinadas sem conectivo, concentrada sobretudo em torno das interrogativas indiretas⁽²⁾.

Ao contrário do que nos levam a crer os trabalhos de J. Oiticica e Olmar G. da Silveira, as construções justapostas são muito mais numerosas, em nossa língua, e ainda não mereceram, ao nosso conhecimento, um estudo global e aprofundado.

Pretendemos, aqui, na medida do possível, contribuir para o preenchimento dessa lacuna.

(1) Oiticica, José - Manual de análise. 9. ed. ref. Rio de Janeiro, Liv. F. Alves, 1950 - p. 248-250.

(2) Silveira, Olmar G. da - Orações subordinadas sem conectivo. Rio de Janeiro, 1957.

Num primeiro capítulo, trataremos dos termos oracionais justapostos não precedidos de pausa; o segundo, terceiro e quarto capítulos versam sobre os diferentes aspectos da aposição.

A partir do quinto capítulo, ocupamo-nos das orações justapostas: as reduzidas sem conectivo (quinto capítulo) e as desenvolvidas (sexto capítulo).

Encerramos com um estudo sobre duas construções tidas, normalmente, como justapostas: as orações de pronome relativo sem antecedente e as interrogativas indiretas. Cremos que, na verdade, representam construções conectivas, como mostraremos ao longo do sétimo capítulo.

Esses capítulos podem ser agrupados em dois blocos: no primeiro, estudam-se os termos oracionais justapostos, e no segundo, as orações em justaposição.

Esclarecemos que o estudo da aposição, distribuído em três capítulos, justifica-se pela complexidade do assunto e pela variedade de aspectos que apresenta. A ênfase sobre o aposto não representa, portanto, negligência com relação às outras construções aqui examinadas.

Caracterizada em termos predominantemente semânticos no Manual de análise, de J. Oiticica⁽³⁾, ou em termos sintático-semânticos, mas com lacunas e imprecisões, nas Lições de português pela análise sintática, de Evanildo Bechara⁽⁴⁾, a apo

(3) Cf. p. 241-242.

(4) Bechara, E. - Lições de português pela análise sintática. 11. ed. rev. Rio de Janeiro, Grifo, 1978 - p.95-98.

sição é uma das mais complexas estruturas justapostas e não me recebeu ainda, ao nosso conhecimento, um estudo exaustivo.

O estudo que aqui apresentamos não objetiva a penas a caracterização e a classificação das construções justapostas. A justaposição é um processo fundamental para o esclarecimento de certos aspectos da subordinação em geral.

Muitas orações subordinadas conectivas procedem de orações justapostas, mantendo com estas relações ainda claras e curiosas.

Acrescente-se que as orações subordinadas em geral, caracterizadas como dependentes, apresentam graus variáveis de dependência e, portanto, de coesão, com relação à oração principal. Há construções em que a subordinação não se extrema muito da coordenação; são casos de relação frouxa, que um exame atento da justaposição permite ilustrar e explicar.

O uso de expressões como "justaposição" e "construção justaposta" nos leva a falar, também, em parataxe; por sua vez, parataxe nos remte a hipotaxe.

Termos polívocos, como a maioria dos termos técnicos empregados nas ciências humanas, a parataxe e a hipotaxe têm conhecido diversas acepções.

A primeira, mais freqüente, é a que vê parataxe como sinônimo de coordenação, e hipotaxe como sinônimo de subordinação. São as acepções que se encontram, p. ex., no Dicioná-

rio de lingüística e gramática, de J. Mattoso Câmara Jr.⁽⁵⁾, e no Diccionario de términos filológicos, de F. Lázaro Carreter⁽⁶⁾.

Outra é a posição de Sílvio Elia, que, no Diccionario gramatical (seção reservada ao Português), considera a parataxe como a justaposição em geral (coordenada ou subordinada), e a hipotaxe como a subordinada com conectivo⁽⁷⁾.

Uma terceira interpretação encontra-se no Dictionnaire de linguistique, de Jean Dubois(et alii): para os autores, parataxe é, como para Sílvio Elia, a justaposição em geral (coordenada ou subordinada); a hipotaxe é a coordenação ou subordinação com conectivo⁽⁸⁾.

Oferece-nos uma quarta aceção o Dictionnaire de la linguistique, de Georges Mounin: para ele, parataxe é subordinação implícita (justaposta) e hipotaxe é subordinação explícita (com conectivo)⁽⁹⁾.

Mais rara é a posição de Francisco da Silva Borba, que, no Pequeno vocabulário de lingüística moderna, considera como parataxe a coordenação assindética, e como hipotaxe a subordinação justaposta⁽¹⁰⁾.

(5) Câmara Jr., J. Mattoso - Dicionário de lingüística e gramática. 7.ed. Petrópolis, Edit. Vozes Ltda., 1977 - p.139 e 187.

(6) Carreter, F. Lázaro - Diccionario de términos filológicos. 3.ed. Madrid, Edit. Gredos, 1974 - p.223 e 313.

(7) Elia, Sílvio - "Dicionário gramatical português", in Diccionario gramatical. 3.ed. Porto Alegre, Edit. Globo S.A., 1962, p. 133.

(8) Dubois, J. et alii - Dictionnaire de linguistique. Paris, Libr. Larousse, 1973 - p. 247 e 356.

(9) Mounin, G - Dictionnaire de la linguistique. Paris, P.U.F. 1974, p. 166 e 248.

(10) Borba, F. da Silva - Pequeno vocabulário de lingüística moderna. 2.ed. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1976 - p.61 e 92.

Podemos observar, nas acepções acima sintetizadas, que não existe um conceito pacífico de parataxe, ao contrário do que ocorre com hipotaxe. As diferentes posições, de um modo geral, consideram hipotaxe subordinação com conectivo.

Ora, cumpre lembrar que a lingüística histórico-comparativa já ressaltava o fato de que as construções hipotáticas (subordinadas com conectivo) procediam, normalmente, de construções paratáticas (justapostas), nas línguas indo-européias. É ilustrativa, a esse respeito, a afirmação de K.Brugmann no Abrégé de grammaire comparée des langues indo-européennes:

"Si le contraste de la parataxe et de l'hypotaxe était donné dès le principe par les rapports existant entre les idées exprimées par les deux phrases, nous n'avons en revanche affaire ici en première ligne qu'aux moyens grammaticaux d'expression de la phrase secondaire en tant que telle, et, sous ce rapport, il est indubitable que la forme hypotactique d'union syntaxique est sortie de la forme paratactique, la forme de phrase secondaire de la forme de phrase principale". (o último grifo é nosso) ⁽¹¹⁾.

Observações análogas encontram-se nas gramáticas latinas (verificar, p.ex., Gramática superior da língua latina, de Ernesto Faria) ⁽¹²⁾.

Se as construções hipotáticas procedem das paratáticas, é porque estas já apresentavam o caráter de subordina-

(11) Brugmann, K. - Abrégé de grammaire comparée des langues indo-européennes. Paris, Libr.C.Klincksieck, 1905 - p.687.

(12) Faria, E. - Gramática superior da língua latina. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1958.

ção, de dependência.

Sendo assim, achamos preferível considerar a parataxe como a justaposição subordinada, posição que mantemos ao longo deste trabalho.

O Oxford English dictionary já registra o termo com essa acepção, baseando-se em fontes datadas a partir de 1842. No verbete parataxis, podemos ler:

"The placing of propositions or clauses one after another, without indicating by connecting words the relation (of co-ordination or subordination) between them"⁽¹³⁾.

Embora o dicionário de Oxford caracterize a parataxe como a justaposição em geral, parece-nos mais interessante, levando-se em conta a associação entre parataxe e hipotaxe, privilegiar o caráter de justaposição subordinada.

Para as coordenadas justapostas, que também se rão examinadas neste trabalho, preferimos reservar a designação de "coordenadas assindéticas".

Na apresentação das diferentes construções justapostas, utilizamo-nos de exemplos extraídos das gramáticas portuguesas mencionadas ao longo dos capítulos. Servimo-nos, tam bém, de alguns exemplos extraídos de autores da literatura brasileira.

Nossa abordagem não se baseou em alguma escola

(13) Cf. s.v., vol. VII - fasc. P-Pargeted, março 1904.

lingüística específica, embora nos tenhamos utilizado de alguns conceitos lingüísticos que nos parecem úteis, pois contribuíam para alicerçar certas posições.

As diferentes escolas estruturalistas privilegiaram as estruturas de superfície, negligenciando o fenômeno da elipse. Para a elucidação de certas construções justapostas, não pudemos prescindir da utilização do recurso da elipse (p. ex., o estudo do aposto e de alguns adjuntos adverbiais explicáveis pela anteposição de um gerúndio subentendido); como essa técnica não se concilia com um estruturalismo ortodoxo, preferimos não nos prender a um modelo particular.

Por outro lado, uma pesquisa em linha gerativo-transformacional não seria inconciliável com o método que empregamos. Contudo, as oscilações e divergências das diferentes tendências gerativistas, bem como a excessiva sofisticação resultante da aplicação dessa teoria, levaram-nos a rejeitar esse tipo de abordagem.

Esclarecemos, todavia, que certas técnicas valorizadas pelas diversas correntes da lingüística moderna foram empregadas; p. ex., a permutação, isto é, a mobilidade de um determinado elemento na frase, e a comutação, ou seja, a substituição de um elemento por outro num determinado ponto da cadeia da fala.

São técnicas utilizadas por todas as escolas lingüísticas modernas, portanto de alcance geral e desvinculadas das diversas tendências específicas.

De um modo geral, impusemo-nos um ponto de vista sincrônico, o que não significa que as reflexões diacrônicas tenham sido totalmente negligenciadas quando se fizeram necessárias.

Creemos que a separação entre sincronia e diacronia é útil sob o ponto de vista metodológico; não deve, contudo, levar a uma ruptura radical, pois há fatos só explicáveis diacronicamente, salvo se quisermos circunscrever-nos a um descritivismo mecânico.

Assim, um conceito rigoroso de aposição implica uma perspectiva diacrônica; uma construção como Há dias que não o vejo só é analisável se levarmos em conta a gênese dessa estrutura, como mostramos no sexto capítulo.

Feitas essas considerações, passaremos, em seguida, ao estudo dos termos oracionais justapostos não antecedidos de pausa.

II - CAPÍTULO I: TERMOS ORACIONAIS JUSTAPOSTOS SEM PAUSA

Explicitaremos, neste capítulo, alguns aspectos ligados aos termos oracionais justapostos, tais como o sujeito, com relação ao predicado, e vice-versa; o objeto direto; o predicativo do objeto direto; alguns adjuntos adverbiais; o adjetivo, em função de adjunto adnominal.

Não retomaremos as características já suficientemente exploradas pela gramática tradicional.

Contudo, trata-se de elementos oracionais cuja caracterização vem sendo feita em termos mais semânticos do que formais.

Parece-nos, portanto, oportuno um levantamento desses traços formais, ou seja, os traços propriamente sintáticos.

Utilizaremos, para isso, principalmente as técnicas da comutação e da permutação de elementos.

Como técnica secundária, salientamos a transformação passiva, útil para o estabelecimento de diferenças entre certas construções semelhantes.

O emprego desses recursos nos permitirá depreen-
der certas características sintáticas, que se acrescentarão aos

aspectos semânticos já bastante divulgados.

1.1 - Sujeito e Predicado

Em nossas gramáticas, o sujeito e o predicado vêm sendo tradicionalmente definidos em termos lógicos: o ser do qual se declara algo e o que se declara do sujeito.

É o que se constata, por exemplo, em Júlio Ribeiro, para quem "Toda a sentença consta de dous elementos: 1) o que representa a coisa a cujo respeito se falla: chama-se sujeito. 2) o que representa o que se diz a respeito do sujeito: chama-se predicado"⁽¹⁾.

Não é diferente a posição de um gramático mais moderno, Evanildo Bechara, ao afirmar que "Sujeito é o termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade. Predicado é tudo o que se declara na oração, ordinariamente em referência ao sujeito"⁽²⁾.

Contudo, as definições acima apresentam dupla desvantagem: por um lado, seu caráter lógico, que não se adapta às frases interrogativas, imperativas e optativas, as quais, por não serem declarativas, não poderiam ter objeto de declaração; por outro lado, nada se diz a respeito da relação sintática que se estabelece entre os dois termos.

É entre os lingüistas que vamos encontrar algu-

(1) Ribeiro, Júlio - Gramática portuguesa. 11.ed. Rio de Janeiro, Liv. F. Alves & C., 1913 - p. 222.

(2) Bechara, E. - Moderna gramática portuguesa. 20. ed. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1976 - p. 199 - 200.

mas tentativas de explicitação dessa relação sintática.

Entre nós, J. Mattoso Câmara Jr., em seus Princípios de lingüística geral, salienta que "A relação entre sujeito e predicado é um caso especial da relação determinado - determinante, que cria o sintagma. É o que ressalta claramente do latim homo bonus: bonus é a palavra que determina homo, quer se trate de um sintagma inconcluso, correspondendo ao português o homem bom ou o homem que é bom, quer a um sintagma conclusivo, ou frase, que em português equivale a - o homem é bom.

Podemos dizer, portanto, que das duas partes primárias, com que se constrói significativamente uma frase, o sujeito é o determinado e o predicado é o determinante"⁽³⁾.

Após criticar as considerações de ordem lógica ou metafísica em torno das noções de sujeito e predicado, prossegue Mattoso Câmara assinalando que "Para uma compreensão exclusivamente lingüística o sujeito é o ponto de partida ou de referência na formulação da frase. Ou, em outros termos, é o tema do que se vai comunicar: é aquilo sobre que tem de fixar a atenção o ouvinte e é dado na frase em proveito dele ("for the sake of the listener" (Gardiner, 1932, 268); por isso falta na exclamação - "Fogo!" diante de um prédio em chamas (há pouco citada), porque a situação no-lo fornece extralingüisticamente"⁽⁴⁾.

Podemos depreender, pelos trechos citados, que, embora especificando a relação sintática determinado - determinante que une o sujeito ao predicado, a noção de sujeito é dada

(3) Câmara Jr., J. Mattoso - Princípios de lingüística geral. 4. ed. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1964 - p. 175.

(4) id. - ibid., p. 176.

em termos semânticos, como "o tema do que se vai comunicar". Não é ainda um critério lingüístico que subjaz à noção proposta, apesar de preocupar-se o autor, em seguida, em levantar alguns traços formais característicos do sujeito.

Lucien Tesnière, em seus Eléments de syntaxe structurale, também rejeita a oposição lógica entre o sujeito e o predicado e propõe uma observação estritamente lingüística dos fatos da língua.

Para mostrar a não coincidência dos dois pontos de vista, parte de uma frase latina:

"Soit par exemple la phrase latine filius amat patrem 'Le fils aime son père' (v.St. 80), le mot amat y est un agglutiné de l'élément prédicatif ama- et de l'élément sujet -t. La coupure entre le sujet et le prédicat n'est donc pas marquée par une coupure de mots. Par contre une telle coupure existe entre les éléments composants du sujet filius ... -t et du prédicat ama-.... patrem.

L'enchevêtrement des éléments du sujet et du prédicat s'accorde mal avec l'opposition de ces deux notions, tandis qu'elle ne fait aucune difficulté dans l'hypothèse du noeud verbal comme noeud central.

D'autre part, il est difficile de mettre sur un pied d'égalité le sujet, qui ne contient souvent qu'un seul mot, et qui peut même n'être pas pleinement exprimé, avec le prédicat, dont l'énonciation est obligatoire et comporte, dans la majorité des cas, des éléments beaucoup plus nombreux que

ceux du sujet"(5).

Pela citação acima, podemos notar que, para Tesnière, é o n.º verbal o centro da frase; os demais elementos - que ele denomina actantes, pessoas ou coisas que participam a um grau qualquer no processo - são subordinados ao verbo.

Trata-se, portanto, de uma relação de subordinação, de determinado - determinante, que se estabelece entre os termos oracionais, a partir do predicado, que é o determinado por excelência.

Com efeito, no período composto por subordinação, a oração que funciona como sujeito de outra é classificada como subordinada substantiva subjetiva; tem, portanto, o papel de determinante com relação à principal.

Observa-se, assim, que a relação proposta por Tesnière é o inverso do que propõe Mattoso Câmara.

Entretanto, a colocação do sujeito entre os demais actantes rouba-lhe o caráter de destaque que sempre lhe foi atribuído. Tesnière chega até a afirmar que "le sujet est un complément comme les autres" (op. cit., p. 109).

É André Martinet que procurará conciliar a posição lingüística com a posição tradicional.

Reconhecendo, como Tesnière, no predicado o elemento central da frase, em torno do qual gravitam os demais, tentará recuperar também o sujeito através da noção de enunciado

(5) Tesnière, L. - Eléments de syntaxe structurale. 2.ed. Paris, Ed. Klincksieck, 1969 - p. 104.

mínimo. Dada uma frase qualquer, chama-se enunciado mínimo a parte que resta após a eliminação das expansões. ("On appelle expansion tout élément ajouté à un énoncé qui ne modifie pas les rapports mutuels et la fonction des éléments préexistants")⁽⁶⁾.

Nota-se, em muitas línguas, que, após a eliminação das expansões, a parte restante - o enunciado mínimo - é constituída de dois elementos: o predicado e o seu atualizador, normalmente o sujeito. Isso mostra que, apesar de seu caráter subordinado, o sujeito se distingue dos demais complementos pela sua presença praticamente obrigatória junto ao predicado. Martinet, contudo, observa que "Des deux éléments obligatoires, sujet et prédicat, sera sujet le monème qui a le plus de chance de figurer également parmi les compléments"⁽⁷⁾.

Sob o ponto de vista semântico, o sujeito apresenta os mais diversos valores, o que torna difícil sua definição com base nesse critério. Eis por que é preferível defini-lo de um ponto de vista estrutural.

Como já advertimos na parte introdutória deste capítulo, o que reterá nossa atenção serão os aspectos sintáticos e formais dos termos oracionais examinados.

Apesar das diferenças de detalhe, as três posições, a de Mattoso Câmara, a de L. Tesnière e a de A. Martinet, coincidem quanto ao reconhecimento da relação sintática que une o sujeito ao predicado: a relação determinado - determinan-

(6) Martinet, A. - Eléments de linguistique générale. Paris, Lib A. Colin, 1970 - p. 128.

(7) id. - ibid., p. 126.

te.

M. Câmara parte de critérios semânticos, o que nos leva a preferir as posições de L. Tesnière e A. Martinet. Contudo, A. Martinet especifica e aprofunda as considerações de L. Tesnière.

É, portanto, essa última posição que nos parece a mais satisfatória. Na relação de determinação que os une, o predicado é o elemento central (o determinado); os demais elementos da oração são subordinados a ele. O sujeito é, entretanto, um subordinado (determinante) de estatuto particular, dado o seu caráter praticamente obrigatório e a grande frequência com que figura na quase totalidade das frases da língua.

1.2 - Objeto direto

Também determinante com relação ao verbo, o objeto direto é tradicionalmente definido como o complemento verbal não encabeçado por preposição necessária.

Apesar de constarmos nessa conceituação uma preocupação formal, pela referência à ausência de preposição, não podemos deixar de reconhecer aí certas lacunas e limitações.

Por um lado, há, em português, casos de objeto direto preposicionado. Sem dúvida, alguns desses casos são facultativos, como, por exemplo, na expressão amar a Deus (onde a preposição pode ser omitida). Outros, entretanto, apresentam uso obrigatório da preposição; é o que se constata quando o objeto direto é o pronome relativo quem: "Conheci a pessoa a

quem admira".

Por outro lado, em nossa língua são comuns os exemplos de adjuntos adverbiais não regidos de preposição: "João trabalha o dia inteiro". Como se pode perceber pelo exemplo mencionado, trata-se também de complemento verbal não encabeçado por preposição. No entanto, ninguém veria aí um objeto direto.

Para completar a caracterização do objeto direto, nossas gramáticas costumam apontar-lhe os aspectos semânticos.

Assim, em sua Moderna gramática portuguesa, Evandro Bechara acrescenta que "Quanto ao sentido, o objeto direto exprime:

- a) a pessoa ou coisa que recebe a ação verbal:
O soldado prendeu o ladrão.
- b) o produto da ação:
O poeta compôs um belíssimo soneto.
- c) a pessoa ou coisa para onde se dirige um sentimento, sem que o objeto seja forçosamente afetado pelo dito sentimento:
Otela ama a Iago, e Iago odeia a Otelo.
- d) com os verbos de movimento, o espaço percorrido ou o objetivo final:

('Andei longes terras' - G. Dias -, atraves - sar o rio, correr os lugares sacros, subir a escada, descer a montanha, navegar rio abaixo, etc.) ou o tempo decorrido (vi ver bons momentos, passar o dia no campo, dormir a noite inteira, etc.)" (8).

Essa caracterização semântica não está também isenta de críticas. O exemplo do item c pode perfeitamente bem encaixar-se no item a; os dois últimos exemplos do item d têm um forte valor circunstancial, temporal, sendo, inclusive, discutível sua classificação como objetos diretos.

Creemos que, antes de mais nada, é preciso especificar as características sintáticas do objeto direto.

Evanildo Bechara observa que esse complemento pode ser substituído pelos pronomes oblíquos o, a, os, as (cf. op.cit., p. 205).

A isso podemos acrescentar que:

1) O objeto direto pode antepor-se, deslocando-se para o início da oração, caso em que é retomado junto ao verbo sob a forma pronominal:

"João lê o jornal"

"O jornal, João o lê".

Observação: - Podemos ver, aqui, em o jornal, um aposto anteposto. O objeto direto propriamente dito é o, especificado pelo elemento em destaque o jornal. Cf. cap. 3, § 3.1.1.2.

(8) p. 206-207.

2) As orações com objeto direto podem transformar-se em passivas, caso em que ele passa a assumir a função de sujeito:

"O sol ilumina o quarto".

"O quarto é iluminado pelo sol".

Retomando o último exemplo do item d, acima, apontado por E. Bechara - "dormir a noite inteira" -, podemos perceber que nenhum dos critérios que apresentamos pode ser-lhe aplicado. Tanto dormi-la como A noite inteira, ele a dormiu ou A noite inteira foi dormida por ele são construções inaceitáveis em português. Trata-se, na verdade, de um adjunto adverbial de tempo.

Os critérios acima especificados não se aplicam necessariamente em bloco. Assim, nas frases com o verbo ter, o objeto direto é substituível pelos pronomes oblíquos o, a, os, as; contudo, essas frases não são apassiváveis. A mesma observação é válida para as frases com os verbos querer, crer e poder.

1.3 - Predicativo do objeto direto

Em latim, o predicativo do objeto direto ia para o caso acusativo, ficando em justaposição com o objeto direto: iucundam senectutem efficere (Cíc., C.M., 2), "tornar a velhice agradável" ⁽⁹⁾.

(9) Exemplo extraído de: Faria, Ernesto - Gramática superior da língua latina, p. 335.

Em português, também aparece frequentemente justaposto ao objeto direto, mas pode, às vezes, vir regido de preposição:

"Nomearam meu primo secretário do colégio"

"Considero o garoto competente".

"Tenho o rapaz por louco".

Como características sintáticas desse termo oracional, podemos apontar:

1) o predicativo do objeto direto não é fixo na frase; pode permutar, colocando-se imediatamente após o verbo:

"Nomearam secretário do colégio meu primo.

"Considero competente o garoto".

É esse traço que permite distingui-lo do simplex adjetivo em função de adjunto adnominal modificador do objeto direto; neste caso, a permutação não é possível:

"Comprei o casaco branco".

"*Comprei branco o casaco". - frase inaceitável em português;

2) na transformação passiva, o predicativo do objeto direto coloca-se imediatamente após o verbo e passa a exercer a função de predicativo do sujeito:

"Meu primo foi nomeado secretário do colégio".

"O garoto é considerado competente".

Em função de simplex adjunto adnominal, o adjetivo

vo modificador do objeto direto não pode pospor-se ao verbo na conversão passiva:

"O casaco branco foi comprado".

"*O casaco foi comprado branco" - inaceitável em português.

1.4 - Adjunto adverbial

Embora freqüentemente regido de preposição, pode, às vezes, aparecer em português o adjunto adverbial justa posto ao verbo.

Mário Barreto observa que "Os complementos de circunstância podem apresentar-se sob a forma directa para indicar por exemplo o tempo: 'Pois se a não turbastes agora a turbastes o ano passado' (M. Bernardes, Floresta, vol. IV, pági na 430); o peso: Isto pesa oitenta quilogramas; o preço: Este anel custou-me quarenta libras; um copo de cerveja custava dez tostões; o modo:

Não aguardemos que o inimigo ousado
Venha em nossas muralhas atacar-nos;
Vamos nós mesmos, nós, o ferro em punho,
Por entre essas indômitas falanges
Longa abriremos sanguinosa estrada ...
(Garrett, Catão, tragédia, act.II, sc.I)"⁽¹⁰⁾.

(10) Barreto, Mário - Através do dicionário e da gramática. 3. ed. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1954 - p.208.

Pela passagem acima, podemos notar que o referido autor procura classificar os diferentes adjuntos adverbiais justapostos em função de critérios basicamente semânticos, como bem o mostram as designações "tempo", "peso", "preço" e "modo".

Não se pode concluir, contudo, que o ilustre gramático tenha negligenciado ou desconhecido critérios formais que poderiam conduzir a uma nova redistribuição desses complementos.

De fato, em obra posterior, retomando o mesmo problema, ele afirmará:

"É quasi sempre fácil distinguir se o complemento directo é ou não complemento de objecto. O complemento de objecto directo responde à pergunta quem? ou que? e pode tornar-se sujeito do verbo na passiva. Consideremos a frase: 'O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos publicou o ano passado, em 2a. edição, as suas Lições de Filologia Portuguesa'. Deveremos formular a pergunta do complemento nesta forma: Publicou quando? O ano passado. Em segundo lugar, ser-nos-á impossível fazer de o ano passado o sujeito de publicar na passiva. O ano passado não indica, pois, o objecto da acção expressa por publicar, mas sim uma circunstância desta acção". (11)

Verifica-se, aqui, a utilização de dois critérios formais: o contexto interrogativo (quem?, que?, quando?) e a transformação passiva.

Entretanto, esses critérios foram utilizados apenas para os adjuntos adverbiais justapostos que exprimem tem

(11) id. - Últimos estudos. Rio de Janeiro, Epasa, 1944 - p.122-123.

po. Não se procurou aplicá-los aos que designam peso, preço e modo, o que nos permitiria estabelecer um quadro provavelmente diversificado.

Como são todos complementos que se colocam normalmente à direita do verbo, traço formal que os aproxima do objeto direto, é com relação a este último que tentaremos caracterizá-los. Vamos, portanto, retomar os critérios da permutação e da transformação passiva, que nos serviram para a caracterização do objeto direto.

Os adjuntos adverbiais justapostos são também permutáveis no interior da frase, podendo encontrar-se no início desta. Ao contrário do objeto direto, porém, não são retomados junto ao verbo sob a forma pronominal.

Assim, retomando os mesmos exemplos acima, de Mário Barreto, temos:

"(...) a turbastes o ano passado": "(...) o ano passado a turbastes"

"(...) vamos nós mesmos, nós, o ferro em punho, (...)"

"(...) o ferro em punho, vamos nós mesmos, nós, (...)"

Observemos, todavia, que para os complementos de peso e preço, a permutação implica a posposição do sujeito com relação ao verbo (o que não se dá, necessariamente, com os complementos de tempo):

"Isto pesa oitenta quilogramas":

Oitenta quilogramas pesa isto"

(*Oitenta quilogramas isto pesa)

"Este anel custou-me quarenta libras":

Quarenta libras custou-me este anel"

(*Quarenta libras este anel custou-me)

Acrescente-se que, no caso de alguns desses complementos coexistirem com o objeto direto na mesma frase, não poderão estar coordenados a este último, o que evidencia tratar-se de funções sintáticas distintas:

"O operário trabalha o ferro a semana inteira".

"*O operário trabalha o ferro e a semana inteira!"

Outro critério importante é a transformação passiva. Neste caso, o adjunto adverbial não pode jamais conver-ter-se em sujeito (ao contrário do que se dá com o objeto dire-to).

Comparem-se:

"O operário trabalha o ferro" - "O ferro é tra-balhado pelo operário".

"O operário trabalha a semana inteira" - "*A
semana inteira é trabalhada pelo operário".

"Isto pesa oitenta quilogramas" - "*Oitenta qui
logramas são pesadas por isto".

"Este anel custou-me quarenta libras" - "*Qua -

renta libras foram custadas por este anel".

"Ergui o livro do chão, o espinhaço doído" -

"*O espinhaço doído foi erguido..."

As considerações acima permitem, agora, uma classificação de base formal para esses diferentes complementos.

Os adjuntos adverbiais de tempo constituem um bloco caracterizado pela possibilidade de permutação desses elementos, o que não implica, necessariamente, a permutação dos demais elementos da frase.

Os adjuntos adverbiais de peso e preço, também caracterizados pela possibilidade de permutação, formam outro bloco, pois, diferentemente dos adjuntos adverbiais de tempo, implicam a posposição do sujeito ao verbo.

Outro traço diferencial está no exame do contexto interrogativo. Os adjuntos adverbiais de tempo respondem à pergunta quando?, ao passo que os de peso e preço respondem à pergunta quanto?

Observação: - Embora nenhum desses complementos possa ser sujeito na transforma-
ção passiva, algumas gramáticas
românicas vêm nos complementos
de peso e preço um caso de objeto
direto, com o argumento de que po
dem ser substituídos pelos pronome
s acusativos, correspondentes
aos nossos o(s), a(s). Cf.
Grammaire Larousse du français
contemporain. Paris, Libr.Larous

se, 1964. (p. 72 - § 97 (Rem.4) , p. 180 - § 272) e Gramática moderna del español, de M.J. Sanchez Marquez. 2.ed. Buenos Aires, Ediar, 1982 (p.138 - n.1, onde se lê que "Frases como 'Mide dos metros', 'Vale diez pesos', 'Cuesta cuatro duros', aunque son analizadas por las gramáticas clásicas y académicas como CC (complemento circunstancial) de extensión y precio, no lo son pues van contra la caracterización (Cfr. § 186,2), es decir pueden ser conmutados por 'los mide', 'los vale', "los cuesta' ").

O argumento é discutível, pelo menos no tocante ao português, onde, de uma perspectiva mais purista, essa pronominalização não é aceitável. Confirma-o Mário Barreto a propósito da frase: "Os brincos de brilhantes custaram cem mil francos": "Não é complemento de objecto directo, visto que se não pode substituir por meio dum acus. pron.; assim, tendo falado em que um livro custou dois francos, ninguém poderia expressar-se deste modo: Não os custou" (12).

Finalmente, os adjuntos adverbiais de modo passam a constituir um terceiro bloco. Embora igualmente caracterizados pela possibilidade de permutação, diferenciam-se dos

(12) Barreto, Mário - Através, p. 208.

complementos de tempo e peso/preço, por apresentarem um gerúndio subentendido, que os encabeça. Assim, retomando o exemplo acima, temos, a rigor: "(...) Vamos nós mesmos, nós, (tendo) o ferro em punho (...)". Da necessidade de se postular um gerúndio encabeçando esse tipo de construção, falaremos no capítulo 5 (cf. § 5.3).

Encerrando nossas considerações, faremos uma observação relativa à questão terminológica. A NGB propõe a designação de adjunto adverbial, que nos parece imprópria, pelo menos para todos os casos.

De fato, temos aí o prefixo latino ad, cujo sentido fundamental é "movimento para". "Desse sentido fundamental decorrem as acepções de aproximação, direção, tendência no espaço e no tempo, vizinhança, apego, afeição, favor, (...)">(13).

Formados através do mesmo prefixo temos os vocábulos adjetivo, advérbio, aposto. Ocorre que esses vocábulos designam elementos que se justapõem ao substantivo (p.ex., o adjetivo e o aposto) ou ao verbo (é o caso do advérbio). Acabam, assim, por constituir um sistema de elementos que exprimem não apenas a idéia de aproximação, mas também a de justaposição.

Como a designação adjunto adverbial vem acrescentar-se ao referido conjunto, associa-se-lhe naturalmente a idéia de justaposição.

Sendo assim, melhor seria reservarmos a terminologia adjunto adverbial para os complementos justapostos acima

(13) Oiticica, José - Manual de análise, p. 80.

explicitados; os exemplos de adjunto adverbial regido de preposição seriam melhor designados de complementos circunstanciais.

Também não se justifica a designação de adjunto, se se considera que a NGB pensou particularmente no caráter acessório desse termo. Cf. o Dicionário de fatos gramaticais (elaborado por J. Mattoso Câmara Jr.), que exerceu bastante influência sobre a elaboração da NGB: "há, entretanto, um segundo critério, que é chamar adjuntos os termos acessórios na frase, e complementos os indispensáveis ao sentido de um nome ou verbo (termos ditos integrantes)". (O primeiro grifo é nosso) (14).

Ora, numa frase como "Vamos todos os domingos à praia", o segundo adjunto (à praia) tem o caráter nitidamente complementar, sendo indispensável; só o primeiro (todos os domingos), por seu caráter acessório, seria um verdadeiro adjunto.

1.5 - Adjunto adnominal

Neste parágrafo, não nos ocuparemos de todos os tipos de adjuntos adnominais, mas somente dos adjetivos que desempenham essa função.

Um caso curioso, praticamente desconhecido de nossas gramáticas, é o de dois ou mais adjetivos justapostos a um mesmo substantivo. Um exame atento desses sintagmas mostra

(14) Câmara Jr., J. Mattoso - Dicionário de fatos gramaticais. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1956 - s/v. adjunto, p.22. Houve, dessa obra, uma edição posterior, com o título de Dicionário de filologia e gramática. Citamos pela primeira, porque, datada de 1956, é o texto que realmente influenciou na elaboração da NGB.

que o grau de coesão desses adjetivos com relação ao substantivo que modificam não é o mesmo.

Consideremos, por exemplo, os sintagmas abaixo:

"olhos femininos encantadores"

"grande máquina administrativa"

"um céu azul magnífico"

"belos piratas morenos"

"comboio elétrico cinzento"

"pasta castanha pesada"

"cheiro enjoativo intenso"

"situação política atual"

A simples consideração do sentido mostra que , por exemplo, no primeiro deles: "olhos femininos encantadores", trata-se, na realidade, de olhos femininos que são encantadores, ou seja, sintaticamente, o adjetivo femininos prende-se ao substantivo olhos, e o adjetivo encantadores prende-se ao conjunto olhos femininos.

Não se pode dizer que os dois adjetivos estejam em coordenação. Não há pausa entre eles e é sempre possível antepor qualquer um deles ao substantivo.

Observação: - Note-se que, no parágrafo anterior, pudemos observar algo parecido com relação aos adjuntos adverbiais. É o caso da frase "Vamos todos os domingos à praia", em que todos os domingos e à praia não têm o mesmo grau de coesão com relação ao verbo.

Não se pode afirmar que o fato passou totalmente despercebido a gramáticos e lingüistas. Assim, em seus Eléments de syntaxe structurale, L. Tesnière observa:

"On notera que tous les subordonnés ne dépendent pas toujours du noeud substantival d'une façon aussi étroite les uns que les autres. Certains lui sont rapportés très immédiatement, d'autres d'une façon plus lâche (cf. chap. 11, § 11 - § 13) et plus lointaine, si bien qu'ils semblent dépendre, non pas du substantif commandant le noeud, mais du noeud formé par le substantif et un de ses subordonnés" (15).

E, mais adiante:

"C'est par ce procédé que, dans le membre de phrase l'auto rouge que vous avez vue hier, il est possible de faire apparaître sur le stemma que le subordonné que vous avez vue hier détermine moins le substantif l'auto lui-même que le groupe l'auto rouge. En effet ce que vous avez vu hier, ce n'est pas l'auto, c'est l'auto rouge". (15)

O texto acima mostra que, apesar de sensível ao fato, L. Tesnière se prende aos traços semânticos da construção: os critérios propriamente formais não são abordados.

Entre nós, Mattoso Câmara propõe critérios formais para a análise desse tipo de construção, o da divisão fonológica e o da colocação:

"Assim, numa seqüência de dois adjetivos pospos

(15) p. 154 (§§ 24 e 25).

tos ao seu substantivo indica-se por divisão fonológica que o segundo adjetivo modifica a unidade complexa constituída pelo substantivo e o primeiro adjetivo (a que corresponde na escrita a omissão de vírgula ou da copulativa e entre os dois adjetivos): um céu azul/magnífico (cf.: um céu/azul/magnífico; ou um céu/azul e magnífico). A colocação diante do substantivo do adjetivo magnífico, cuja significação se presta a essa anteposição, daria o mesmo resultado: um magnífico céu azul" (16).

Note-se que o adjetivo magnífico é móvel com relação ao sintagma céu azul, podendo colocar-se antes ou depois deste. Percebe-se, assim, que o grau de coesão de azul com relação a céu é maior do que o que se verifica com magnífico.

Retomando os sintagmas acima, podemos classificá-los em dois grupos.

No primeiro, os dois adjetivos se pospõem ao substantivo:

"olhos femininos encantadores"

"comboio elétrico cinzento"

"pasta castanha pesada"

"cheiro enjoativo intenso"

"situação política atual"

No segundo, um adjetivo se antepõe ao substantivo, e o outro se lhe pospõe:

(16) Câmara Jr., J. Mattoso - História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Padrao - Liv.Edit. Ltda., 1975 p. 257.

"grande máquina administrativa"

"belos piratas morenos"

Neste último caso, o adjetivo anteposto qualifica a expressão seguinte, sendo o menos coeso dentro do grupo. Se o pospusermos, ele aparecerá necessariamente após o outro adjetivo:

"máquina administrativa grande" (*máquina grande administrativa)

"piratas morenos belos" (*piratas belos morenos)

No primeiro grupo, o segundo adjetivo é que se antepõe ao resto do sintagma, sendo, portanto, o menos coeso:

"pesada pasta castanha" (*castanha pasta pesada)

"intenso cheiro enjoativo" (*enjoativo cheiro intenso)

"atual situação política" (*política situação atual)

CAPÍTULO 2: O APOSTO: PROBLEMAS DE CARACTERIZAÇÃO

Termo oracional também colocado em justaposição, o aposto, diferentemente dos elementos que estudamos no capítulo anterior, aparece geralmente entre pausas, intervirgulado na escrita.

Sua caracterização não tem sido fácil nem clara, o que se pode constatar pelas divergências e lacunas das diversas gramáticas, relativamente ao assunto.

Ora aparece caracterizado de um ponto de vista semântico, como se pode verificar no Manual de análise, de José Oiticica, fonte dos manuais modernos de análise sintática. Oiticica os agrupa em denominativos (subdivididos em personativos, locativos, intitulativos, etc.), afetivos, factitivos, e assim por diante, denominações todas associadas a aspectos semânticos (1). Ora, em obras mais recentes, misturam-se critérios semânticos e sintáticos.

Nas Lições de português pela análise sintática, Evanildo Bechara propõe a subdivisão do aposto em: explicativo, enumerativo, recapitulativo, distributivo, circunstancial, especificativo e oracional (2). O exame das conceituações revela que

(1) Cf. p. 241-242.

(2) Cf. p. 95-98.

algumas são de natureza marcadamente semântica (é o caso dos apostos explicativo, enumerativo, recapitulativo, p. ex.) e outras estão mais atentas à caracterização sintática (o aposto circunstancial e o especificativo).

Antes de tentarmos estabelecer uma conceituação básica, que englobe os diferentes tipos de aposição, vamos abordar alguns aspectos importantes.

Teorias modernas, entre as quais a gramática gerativo-transformacional, têm insistido na explicação da origem do aposto, como procedente de uma oração subordinada adjetiva explicativa (às vezes, também restritiva), com apagamento do operador (pronome relativo) e da cópula (3).

Sem nos ligarmos a essa escola, pelas razões já especificadas na introdução deste trabalho, queremos, contudo, ressaltar que essa posição já é bastante antiga na gramática tradicional.

A mais antiga referência ao fato, que pudemos encontrar, foi na Gramática filosófica, de J. Soares Barbosa, onde se lê o seguinte:

"A todo appellativo, ou adjectivo ou complemento qualificativo com sua preposição, quando sem conjunção se acham apostos ao sujeito ou attributo da proposição, se entende sempre o relativo conjuntivo que, com o verbo substantivo, ou no indicativo, ou no particípio em -ndo, equivalendo a uma proposição incidente (=relativa), como: o Tejo, rio principal

(3) Cf. Le Galliot, J. - Description g n rative et transformationnelle de la langue française. Paris, Edit. F. Nathan, 1975 - p. 98.

da Europa, suppl. que é um ; Lisboa, cidade das mais nobres do mundo,
supll. que é uma; (...)" (4)

Autores mais modernos também encampam a mesma teoria; é o que se pode verificar, entre outras, na Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara, (cf. p. 2229), e na Gramática resumida, de Celso P. Luft, (3. ed. Porto Alegre, Edit. Globo, 1976, cf. p. 143).

Com efeito, não é raro encontrar exemplos de períodos em que um aposto aparece coordenado a uma oração subordinada adjetiva explicativa:

"O poço da Catingueira, o mais onça da ribeira do Banabuiu, que em 1825 não pôde esturricar, sumia-se quase na rocha, entre as enormes oiticicas, de um lado, e do outro o saibro do rio". (Paiva, M. de Oliveira - D. Guidinha do Poço. São Paulo, Ed. Saraiva, 1952 - p. 22).

"Um cunhado dela, irmão do finado Peçanha, que ali morava, não me chamava de outra maneira". (M. de Assis - O espelho - Obra completa (vol. II). Rio de Janeiro, Ed. J. Aguilard Ltda., 1959 - p. 343).

Nos exemplos acima, a coordenação do aposto e da oração subordinada adjetiva explicativa sublinha o parentesco entre ambos, (os dois com valor atributivo, relativamente ao fundamental), visto que sô se podem coordenar elementos de mesma função.

(4) Barbosa, J. Soares - Gramática filosófica da língua portuguesa. 5. ed. Lisboa, Typ. da Acad. Real das Sciencias, 1871 p. 284-285.

Essas observações nos permitem concluir que existem vínculos entre o aposto, o predicativo e o adjunto adnomi -
nal.

A oração adjetiva explicativa, que está na origem do aposto, é, ao contrário do que ocorre com a adjetiva restritiva, uma subordinada frouxamente ligada à principal, a ponto de alguns chegarem a considerá-la praticamente uma coordena-da. É o que assinala Charles Bally, em Linguistique générale et linguistique française:

"La 'proposition' relative explicative est en réalité une phrase coordonnée semblable à celle qui renferme l'antécédent du pronom relatif (v. Brunot, P.L., p. 27), et cette coordonnée est, le cas échéant, une incise de la premiè -
re" (5).

Mais adiante, para comprovar sua tese, acrescenta: "Le caractère coordinatif de ce type est marqué 1) par la ou les pauses obligatoires qui l'isolent; 2) par la nature de l'intonation, qui introduit une précision ajoutée après coup". (5)

Podemos, assim, concluir que o aposto também representa um termo sintático em ligação frouxa com o fundamental.

A existência de estruturas em ligação frouxa com o resto do enunciado em que figuram já foi assinalada por J. Mattoso Câmara Jr., que na Contribuição à estilística portuguesa menciona as relações sintáticas livres e soltas, ao lado

(5) Bally, C. - Linguistique générale et linguistique française. 4. éd. Berne, Ed. Francke Berne, 1965 - p. 58.

das necessárias e cerradas⁽⁶⁾.

Como, em estruturas desse tipo, podemos imaginar graus maiores ou menores de coesão, acrescentando-se que a própria evolução da língua tenderá a tornar certas construções mais coesas, podemos admitir que é nesse aspecto que está o cerne do problema.

Estamos, na realidade, diante de um fato sintático que não se deixa limitar com precisão e clareza.

Com efeito, as oscilações e divergências das diferentes gramáticas estão ligadas a conceituações mais amplas ou mais restritas de aposição.

Assim, na Nova gramática analítica da língua portuguesa, A. Grivet oferece-nos o conceito mais amplo de aposição:

"Aposição é a palavra ou conjuncto de palavras variáveis que se associa a um sujeito, complemento, predicado ou até a outra aposição para a determinar ou qualificar"⁽⁷⁾.

Nos exemplos apontados pelo autor incluem-se, sob a rubrica de aposição, até os artigos e os pronomes-adjetivos.

É evidente que, hoje, não aceitamos, para a aposição, um conceito de tal amplitude.

(6) Câmara Jr., J. Mattoso - Contribuição à estilística portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S.A., 1977 - p.64.

(7) Grivet, A. - Nova gramática analítica da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Typ. de J. Leuzinger & Filhos, 1881 - p.18.

Epifânio Dias, na Gramática portuguesa elemen - tar, propõe, também, um conceito amplo de aposição, embora mais restrito que o de Grivet. Referindo-se às diferentes funções do adjetivo, observa:

"b) ou exprimem uma circunstância da acção do verbo. Neste caso denominam-se - apostos (ou também circunstan - ciais). As ondas vinham espraiar-se preguiçosas no areal da bahia. Encontrei-o pensativo. Tinha as mãos frias. O soldado, temeroso ou irresoluto (= por temor ou irresolução), deu parte do negócio". (8)

Atualmente, sem levarmos em conta o fato de que o adjetivo não é pacificamente aceito como aposto (como veremos no próximo capítulo), reconheceríamos, nos três primeiros exemplos, casos de predicativo. São no quarto exemplo (lembrando a restrição feita), veríamos um caso de aposição.

Observação: - Cremos que a posição de Epifânio é influenciada pela de J.N.Madvig, cuja Grammatica latina traduziu do alemão para o português em 1872.

No § 300 da referida gramática lê-se o seguinte:

"a) um adjectivo ou se emprega sin - plesmente como attributo ou nome predicativo, para designar uma qualidade em geral, ou se emprega como aposição e designa, em re - lação ao verbo, o modo de ser do substantivo no tempo da acção, v.

(8) Dias, A. Epifânio da Silva - Gramática portuguesa elementar. 11. ed. Lisboa, Liv. Esc. de A.F. Machado & Cia. - Edit., 1901 - p. 106 (§ 179).

g. Multi eos, quos vivos coluerunt, mortuos contumelia afficiunt" (em vida - depois da morte)".⁽⁹⁾

Ora, a Gramática portuguesa elementar sai, em primeira edição, em fevereiro de 1876, posterior, portanto, à tradução da obra de Madvig.

Por sua vez, Epifânio influenciará, no Brasil, Sousa da Silveira (cf. Lições de português. 7. ed. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1964 - p. 140-141).

Finalmente, chega-se a um conceito bastante restrito de aposição. É o que reconhece como aposto apenas o substantivo, que designaria de outro modo, mais característico ou mais preciso, o mesmo ser, representado pelo fundamental. Haveria, assim, entre o fundamental e o aposto uma relação de identidade.

Em nossas gramáticas mais recentes, é a posição de E. Back e G. Mattos⁽¹⁰⁾, bem como a de Celso Cunha⁽¹¹⁾.

É, também, a posição de G. Galichet, (citado expressamente por C. Cunha, op. cit., p. 110), que, na Grammaire structurale du français moderne, observa:

"En somme, l'apposition se met en quelque sorte en équation avec le terme auquel elle se rapporte: tous deux désignent le même être ou la même chose, si bien qu'on

(9) Madvig, J.N. - Gramática latina. Porto, Typ. de M.J. Pereira, 1872 - p. 244.

(10) Back, E. & Mattos, G. - Gramática construtural da língua portuguesa. (1ª vol.). 1. ed. São Paulo, Edit. FTD S/A, 1972 - p. 44e356.

(11) Cunha, C. - Gramática do português contemporâneo. Belo Horizonte, Edit. B. Álvares S.A., 1970 - p. 110.

pourrait placer entre eux à ce point de vue le signe 'égal'"(12).

Mencione-se, ainda, outro conceito restrito de aposição, que ocorre na Grammaire du français classique et moderne, de R.L. Wagner e J. Pinchon:

"Ce mot (apposition) ne dénote pas une fonction à proprement parler, mais un cas particulier de la construction que nous appelons mise en position détachée"(13).

Os autores procuram fixar o aspecto formal do destaque pelas vírgulas (e pela pausa, na emissão oral). Nesse caso, ficaria eliminado o aposto restritivo (de que falaremos no capítulo seguinte), ao passo que a observação de G. Galichet nos permite enquadrar esse tipo de aposto.

Podemos, agora, tentar caracterizar a aposição, com base no elemento comum aos diferentes conceitos acima apresentados.

O traço sintático básico do aposto é o seu caráter de elemento justaposto.

Contudo, a existência de outras construções justapostas, das quais examinamos algumas no capítulo anterior, leva-nos a procurar traços mais específicos.

Dois deles nos parecem particularmente importantes: a ligação frouxa com o elemento fundamental e a conexão com o predicativo.

(12) Galichet, G - Grammaire structurale du français moderne. 4 ed. Paris, Lib. Hatier, 1971 - p. 134.

(13) Wagner R.L. & Pinchon, J - Grammaire du français classique et moderne. 2. ed. Paris, Lib. Hachette, 1962 - p. 30.

A colocação freqüente do aposto entre pausas, em bora não necessária, é justificada pela ligação frouxa que se estabelece entre ele e o seu antecedente; a pausa é a marca de uma ruptura sintática.

Observação: - Certas orações subordinadas, se colocadas entre pausas, passam a ter uma ligação menos coesa com a oração principal, aproximando-se do terreno da coordenação.

Já vimos, acima, a observação de C. Bally, formulada a respeito das adjetivas explicativas, em oposição às restritivas.

As orações causais, precedidas de pausa acentuada, aproximam-se bastante das coordenadas explicativas (cf. cap. 6). As finais podem apresentar-se como completivas (não antecedidas de pausa) ou circunstanciais (entre pausas).

Não podemos desenvolver mais detalhadamente esse aspecto, pois ultrapassa os limites que nos impusemos, mas queremos chamar a atenção para um fato que não caracteriza apenas a aposição.

A conexão entre o predicativo e o aposto é o que nos permite dizer que este é, semanticamente, o termo que serve para explicar, resumir, identificar, enfim esclarecer um elemento antecedente.

Em resumo, a aposição representa uma construção

justaposta explicativa, esclarecedora.

Podemos ver, agora, que os artigos e os pronomes adjetivos não são aceitáveis como exemplos de aposto, ao contrário do que propõe A. Grivet.

Por sua vez, G. Galichet destaca apenas o valor de elemento identificador, quando, semanticamente, o aposto tem maior amplitude.

A necessidade da pausa, salientada por Wagner e Pinchon, não é condição fundamental; teremos ocasião, no capítulo 3, de falar do aposto restritivo (não intervirgulado).

Contudo, é preciso assinalar que a ausência de pausa é um fator de coesão; elementos primitivamente "soltos", mas não antecidos de pausa, tenderam a incorporar-se de forma mais estreita à frase.

Retomando o primeiro exemplo de Epifânio Dias:

"As ondas vinham espriar-se preguiçosas no areal da bahia", podemos verificar que o caráter facultativo e justaposto do adjetivo permite-nos falar em aposição. A referência ao sujeito, bem como a concordância com este, não nos impede, também, de reconhecer em preguiçosas um predicativo.

Enfim, as duas análises não são conflitantes.

Não é, entretanto, o que se observa no terceiro exemplo:

"Tinha as mãos frias",
em que a omissão do adjetivo torna a frase inaceitável. Aqui,

estamos diante de um caso evidente de predicativo do objeto.

Confirma-se, assim, o que se disse acima: há diferentes graus de coesão e podemos, portanto, defrontar-nos com exemplos de análise discutível.

Compreende-se, agora, porque as gramáticas in - sistem na importância da pausa, com relação ao aposto. É que a pausa é a marca por excelência da ruptura sintática e, portanto, da ligação frouxa característica da aposição.

Resta esclarecer outro problema importante: o caráter da ligação sintática do aposto relativamente ao funda - mental.

Alguns o consideram como elemento coordenado; é a posição de J. Mattoso Câmara Jr., no Dicionário de lingüística e gramática:

"Na aposição tem-se uma seqüência, e não um sin tagma (v.), mas uma seqüência centrípeta (que gira em torno de um ser como seu centro), em contraste com as demais seqüências, de caráter centrífugo (em que cada membro tem o seu centro de referência: Carlos Gomes, José de Alencar, Pedro Américo são algumas de nossas glórias nacionais)". (14)

Como na coordenação os dois elementos exercem a mesma função, pode-se eliminar um ou outro; o que fica ocupa o conjunto, com a mesma função do elemento retirado.

(14) s. v. aposto, p. 58.

De fato, essa técnica pode ser aplicada a certas construções apositivas.

E. Back e G. Mattos o demonstram através do exemplo:

"O doutor Pereira não virá hoje".

Eliminando-se o aposto, obtém-se:

"O doutor não virá hoje".

Da eliminação do fundamental resulta:

"Pereira não virá hoje"⁽¹⁵⁾.

Todavia, o fato não é geral.

Há exemplos de apostos que não podem substituir o fundamental; o resultado é uma frase inaceitável.

Na frase: "Ático, orador notável, escrevia me - diocrementemente", a omissão do aposto resulta em:

"Ático escrevia mediocrementemente" - frase aceitá - vel.

Já a omissão do fundamental não é possível.

"*Orador notável escrevia mediocrementemente" - frase inaceitável.

O mesmo se dá com o aposto adjetival:

(15) Cf. op. cit., p. 356.

"Os sinos, alegres, repicavam".

A eliminação do aposto é possível: "Os sinos repicavam".

Não é possível a eliminação do fundamental: "*Alegres repicavam" (interpretando-se, evidentemente, alegres como sujeito; o elemento presente deve exercer a mesma função do elemento omitido, se se trata de coordenação).

Isso nos leva a concluir que, sendo o aposto um elemento determinante, sua relação com o fundamental é de subordinação. Vimos, já, que se trata de uma relação frouxa, porém esse fato não lhe tira o caráter de subordinação.

Se se tratasse de coordenação, seria sempre possível ao aposto ocupar o lugar do fundamental, o que não se verifica nos exemplos acima.

Passaremos, a seguir, ao exame dos diferentes tipos de aposição.

Observação: - Já assinalamos a importância da pausa na caracterização do aposto.

Cumprе acrescentar que, em certos textos, essa pausa aparece representada por ponto. O aposto passa, assim, a constituir um período à parte.

É o caráter explicativo com relação ao segmento antecedente, reforçado pela pausa acentuada, que caracteriza o período como apositivo.

Trata-se de um caso de aposição transfrástica, de que se podem observar exemplos no trecho seguinte:

"Não será estranho também, nesta edição, o ponto de vista peculiarmente brasileiro, já agora num recuo de mais de quatro séculos da formalização da descoberta do Brasil. Edição acessível, fácil de leitura pelo arredondamento em linguagem moderna do singular documento de Pero Vaz de Caminha, sem trair o espírito secular do seu português quinhentista, aquela linguagem do período classificado por João Ribeiro como de 'ante clássico", e que iria além do século XV; com um glossário que explicasse, como nesta, os termos mais caracteristicamente demonstrativos de uma língua, como a portuguesa do quinhentismo, ainda em evolução. Correta no texto, integral, de fácil manuseio e ciência dos termos contidos em suas páginas originais, tanto para o leitor comum - que é o que nos preocupa mais - como para o leitor obrigado ao estudo mais aprofundado da língua e de suas variações no espaço e no tempo" (Os grifos são nossos). (Arroyo, Leonardo - A carta de Pero Vaz de Caminha. 2.ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos (co-edição com o INL), 1976, p.9).

Aqui, a segunda ocorrência da palavra edição é exemplo de apos-

to com relação à mesma palavra no primeiro período, à qual também estão apostos os sintagmas correta, integral e de fácil manuseio.

CAPÍTULO 3 : OS TIPOS DE APOSTO

Examinaremos, neste capítulo, os diferentes tipos de aposto.

Como não há diferença essencial entre eles, nossa ordem de apresentação basear-se-á na extensão dos mesmos: do aposto representado por um vocábulo passaremos ao aposto sintagmático (locucional) e, finalmente, ao de maior extensão, o discurso direto.

3.1 - Aposto substantival

Como há dois tipos de oração subordinada adjetiva, a explicativa e a restritiva, temos, também, dois tipos correspondentes de aposto substantival: o explicativo e o restritivo:

"En frases como Toledo, la ciudad del Tajo; Carlos I, el Emperador; Danubio, río divino, los substantivos ciudad, Emperador, río, se hallan respectivamente en composición con Toledo, Carlos I y Danubio. Pero el substantivo complementario nada añade a la idea que tenemos formada del nombre a que se refiere. Se limita a hacer resaltar una nota o aspecto que nos parece característico o particularmente interesante. La aposición es explicativa. En cambio en las frases el rey soldado, el

molinero alcalde, la aposición es especificativa, puesto que determina y distingue al rey soldado entre otros reyes, y al molinero alcalde entre los molineros que no lo sean; (...)”⁽¹⁾.

Observe-se, também, que o aposto explicativo aparece entre pausas (geralmente intervirgulado na escrita, o que não se dá com o aposto especificativo (que, em português, seria melhor designado restritivo). Dessa forma, o parentesco com as adjetivas explicativas e as restritivas, respectivamente, fica bem ressaltado.

Passaremos, em seguida, a apresentar os diferentes casos de aposição substantiva.

Discutiremos, inicialmente, os casos de aposição explicativa; em seguida, abordaremos os exemplos de aposição restritiva.

3.1.1 - Aposição explicativa

Na apresentação dos casos de aposição explicativa, examinaremos, inicialmente, o caso mais geral, o do substantivo aposto, passando, em seguida, aos tipos mais particulares: o dos termos pleonásticos e o vocativo.

Queremos assinalar, contudo, que os termos pleonásticos e o vocativo são, também, representados por substantivos. A separação dos três tipos não se baseia, portanto, em diferença morfológica, e, sim, em aspectos que assinalaremos ao

(1) Giliy Gaya, S. - Curso superior de sintaxis española. 12.ed. Barcelona, Biblograf S.A., 1978 - p.210-211.

longo de nossa exposição.

3.1.1.1 - O substantivo

Pouca divergência há entre os gramáticos quanto ao reconhecimento do substantivo como aposto.

Dessa forma, preocupar-nos-emos, neste item, com aspectos não suficientemente enfatizados ou ainda não incorporados em nossas gramáticas.

Um deles diz respeito ao valor sintático do aposto, que é sempre o mesmo do fundamental. Lembremos que, em latim, ele vai para o caso do termo a que se refere.

Portanto, podemos encontrar apostos em ligação com:

a) o sujeito:

"Uma coisa o entristeceu, um pequenino escândalo" (R. Pompéia, A., 19);

b) o predicativo:

"Ele era o famoso Ricardão, o homem das beirras do Verde Pequeno" (G. Rosa, GSV, 203);

c) o complemento nominal:

"João Viegas está ansioso por um amigo, que se demora, o Calisto" (M. de Assis, DC, II, 521)

d) o objeto direto:

"O pequeno italiano, na esquina, apregoava os jornais da tarde: Notícia! Tribuna! Despacho!" (L. Barreto, REIC, 250);

e) o objeto indireto:

"Casara-se com um bacharel da Paraíba, o dr. Moreira Lima, juiz em Pilar" (J.L.do Rego, MVA, 96);

f) o agente da passiva:

"'Pata Larga' foi substituído pelo irmão José, marista enérgico mas cheio de compreensão" (A.Meyer, SI, 114);

g) o adjunto adverbial:

"Você não tem relações aqui, no Rio, menino?" (L. Barreto, REIC, 123);

h) o aposto:

"Um dos pretendentes a comprar a loja era um português, seu Leal, dono do Quindongã, engenheiro a dois passos do Vaza-Barris, perto de Taperoã e junto à vila" (G.Amado, H.M.I., 173);

Notar, neste exemplo, a sucessão de apostos encaixados.

i) o vocativo:

"Peri, guerreiro livre, tu és meu escravo; tu me seguirás por toda a parte, como a estrela

grande acompanha o dia" (J. de Alencar, OC ,
II, 138). (2)

Sendo o vocativo um tipo de aposto, como o vemos no item 3.1.1.3 o exemplo da letra i), pode incorporar-se à letra h).

Todos esses exemplos mostram dois fatos importantes: o primeiro, a grande frequência do aposto na língua; o segundo é que, tendo esse elemento sintático o mesmo valor do fundamental, o que vai constituir a sua característica básica é o seu modo de ligação, de conexão com o termo a que se prende, ou seja, o seu caráter de elemento justaposto e intervirgulado.

Observemos, contudo, que a presença da pausa não constitui um traço essencial. Já tivemos ocasião de assinalar que o aposto restritivo a dispensa.

A respeito do caráter justaposto da aposição, convém salientar que, nos casos em que o fundamental vem preposicionado, o aposto pode, também, vir antecedido da mesma preposição. É o que se verifica no exemplo abaixo:

"Um dia, ao fim de incômoda jornada,
De uma longa jornada por mim feita,
Com perigos não menos do que danos,
Ao crepúsculo vi, na volta estreita
De sinuosa estrada,
Três farrapados, míseros ciganos".
(R. Correia, "Os Ciganos - Poesias completas

(2) Todos os exemplos, de a) a i), foram extraídos de: Cunha, C. Gramática da língua portuguesa. 6.ed. Rio de Janeiro, MEC - Fename, 1980, p. 164-166.

de R.C. - (vol. I). São Paulo, Cia. Edit.Nac.
1948 - p. 159).

O fundamental jornada vem antecedido da preposição de; o segmento apositivo sublinhado também está regido pela mesma preposição.

Observe-se, porém, que o uso da preposição com o aposto é facultativo; poderíamos dizer:

"Um dia, ao fim de incômoda jornada,
Uma longa jornada por mim feita, (...)",

obtendo uma construção perfeitamente aceitável.

O exemplo acima remete-nos, também, ao problema das frases em que o aposto tem por núcleo o mesmo vocábulo do fundamental, como se pode observar, ainda, nos versos:

"Não talho, o leve risco talha

a terra

e a garra vira a terra e leva

o barro

para a via, via de grama e pedra"

(M. Chamie, "Arado" - Objeto selvagem. São Paulo, Ed. Quiron - MEC, 1977 - p. 191).

O caráter de aposição dessas construções não é pacificamente aceito.

A respeito da frase "Faz o pão com trigo novo , trigo este que comprou na cidade", assim se pronuncia José Oiticica:

"Nesse exemplo, a expressão trigo este é simples realce operado pela repetição do substantivo e posposição do designativo este. Na análise, suprime-se toda a expressão que não tem valor sintático, mas puramente estético". (3).

Ora, as observações que fizemos acima elucidam esse problema.

Por seu caráter explicativo, com relação ao termo antecedente, e por apresentar-se justaposto, entre pausas, o segmento trigo este é, na verdade, um exemplo de aposição.

Assinale-se que o aposto que repete o fundamental vem sempre acompanhado de modificadores, que são diferentes dos modificadores do termo antecedente. A presença desses modificadores reforça o caráter explicativo da expressão e, portanto, o seu valor apositivo.

É um fenômeno parecido com o do objeto direto interno. Quando o objeto direto repete a mesma idéia do verbo, vem também acompanhado de modificadores, e nada nos impede de falar em "objeto direto".

Assim, no exemplo de Oiticica, nada nos impede, também, de falar em aposição. O que, aliás, de certa forma é intuído pelo autor, quando examina a frase: "Venha cá, aonde eu estou":

"Nesse exemplo a oração aonde eu estou é mero realce, do advérbio cá, uma espécie de aposição." (O último gri-

(3) Oiticica, J. - Manual de análise, p. 222.

fo é nosso) (4).

Resta considerar dois casos curiosos, em que a existência da aposição não é facilmente perceptível.

O primeiro é o caso de certas construções em que se verifica silepse de pessoa:

"Porque a lei que seguimos os Cristãos, não costuma dar mal por mal" (Hist. de S.Dom., part. III, Liv.V. cap. V) (5).

"E para que também os Sacerdotes vos lembreis sempre de mim em vossas missas e orações, e em todas as mais obras religiosas" (Ibid., part. III, liv. VI, cap. II) (5).

Nos exemplos acima, os Cristãos e os Sacerdotes, como substantivos, portanto de terceira pessoa, deveriam, normalmente, exigir o verbo também na terceira pessoa, se fossem os seus sujeitos.

Ocorre que o emprego da primeira e da segunda pessoas do plural nos indica que os sujeitos são, respectivamente, os pronomes nós e vós. Na verdade, é como se tivéssemos:

"Porque a lei que nós, os Cristãos, seguimos(...)"

"E para que também vós, os Sacerdotes, vos lembreis (...)" frases em que os Cristãos e os Sacerdotes funcionam como apostos dos pronomes nós e vós.

(4) Oiticica, J. - Manual de análise, p. 223.

(5) Exemplos extraídos de: Barreto, M. - Fatos da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, Org. Simoes, 1954 - p. 198.

Houve, portanto, elipse do pronome sujeito, com o qual o verbo fica em concordância. O substantivo aposto, desprovido de seu fundamental, bem como desacompanhado de pausa, parece, à primeira vista, o sujeito; entretanto, a simples observação da concordância mostra que ele não o é. Trata-se, na verdade, de um caso de aposição.

Outro caso semelhante, em que o fundamental também se omite e nos defrontamos apenas com o aposto, é o de certas frases em que ocorrem pausas representadas por dois pontos.

Examinemos o exemplo seguinte:

"Recordo: um largo verde, uma igreja, um sino, um rio, um pontilhão e um carro de três juntas bovinas que ia e vinha rinchando alegre, carregando barro"

(B. Lopes, "Berço" - Poesias completas de B. Lopes (vol. IV). Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1945 - p. 47).

Após os dois pontos, temos a impressão de que tudo o que segue funciona como objeto direto do verbo recordo.

Entretanto, entre este e as expressões seguintes há uma pausa.

Lembremos que o verbo e o objeto direto formam um grupo rítmico, de forma que não deve haver pausa entre eles.

A coesão entre verbo e objeto direto chega a

ser tão grande que é freqüente constituírem lexia, segundo a terminologia de B. Pottier, isto é, "a unidade lexical memorizada": abrir mão, lançar mão, fazer justiça, etc. (6)

Assinale-se que, nesses exemplos, não podemos introduzir modificadores no interior da expressão: *abrir muita mão; o que nos mostra que elas constituem um todo coeso.

Ora, voltando aos versos acima, podemos concluir que a pausa, pelo seu caráter de elemento de ruptura, evidencia que não estamos diante de um objeto direto. Após recor-do é preciso subentender isto, o seguinte, ou qualquer expressão semelhante, que vem a ser o verdadeiro objeto.

O que vem após a pausa, ou seja, de um largo verde a carregando barro, é, na realidade, aposto desse objeto direto elíptico.

Neste caso, de fundamental também oculto, permanece uma das marcas da aposição, ou seja, a pausa, diferentemente do caso anterior, em que esta desaparece.

3.1.1.2 - Termos pleonásticos

Um tipo de aposto explicativo, desconhecido de nossas gramáticas, é o de termos oracionais pleonásticos.

Na verdade, não há omissão relativamente ao fato, mas falsa análise.

(6) Pottier, B. et alii - Estruturas lingüísticas do português. 3.ed. São Paulo, Difel. 1975 - p. 10 e 26.

Assim, fala-se, por exemplo, em "objeto direto pleonástico" nos casos em que o objeto direto, por ênfase, se antecipa ao verbo e é retomado junto a este sob a forma de pronome pessoal átono:

"A educação cívica, devemos ser os primeiros a aprendê-la, meditá-la e praticá-la" (O. Bilac, DN, 40, in Cunha, C.- Gramática da língua portuguesa, p. 152).

Observemos que, no exemplo acima, o enunciado coeso propriamente dito é:

"devemos ser os primeiros a aprendê-la", com o pronome pessoal la como objeto direto.

Esse objeto direto, por sua vez, é explicitado pela expressão a educação cívica, entre pausas.

Ora, pelo seu caráter explicativo, bem como pelas pausas, na realidade a educação cívica vem a ser o aposto do pronome pessoal la.

Trata-se, portanto, de um caso de aposição.

Lembremos, ainda, que o objeto direto forma um grupo rítmico com o verbo, pospondo-se a este, normalmente.

Aqui, pelo contrário, houve entre o verbo e o "objeto direto pleonástico" uma ruptura sintática, indicada pela pausa; além disso, o sintagma a educação cívica caracteriza-se pela grande mobilidade que apresenta com relação ao resto da oração:

"A educação cívica, devemos ser os primeiros a aprendê-la"

"Devemos ser os primeiros a aprendê-la, a educação cívica"

Essa mobilidade, assim como a pausa, dão a esse sintagma o caráter de apêndice com relação ao conjunto, que não é uma característica do objeto direto.

Observação: - São podemos falar em "objeto direto pleonástico" nos casos que não há pausa.

É o caso de um exemplo proposto por Celso Cunha:

"Otelo diz de sua mulher, - que ela o amara a ele pelas suas desgraças; e ele a ela porque dele se apiedava" (G. Dias, PCPE, 817-818, in Cunha, C. op. cit., p. 153.).

Aqui, realmente, a falta de pausa nos impossibilita de falar em posição explicativa.

As mesmas observações podem ser feitas com relação ao "objeto indireto pleonástico".

Numa frase como:

"Aos meus escritos, não lhes dava importância nenhuma" (G. Amado, HMI, 190, in Cunha, C. - op. cit., p.154), aos meus escritos, normalmente apresentado como "objeto indireto pleonástico", é, a rigor, um aposto anteposto: separa-se do

resto do conjunto por pausa, explica o pronome pessoal lhes e apresenta, também, grande mobilidade com relação ao resto da frase:

"Não lhes dava, aos meus escritos, importância nenhuma"

"Não lhes dava importância nenhuma, aos meus escritos".

O fato de vir preposicionado é um elemento de diferenciação, com relação ao caso que vimos acima.

Contudo, já assinalamos que o aposto pode vir preposicionado quando o fundamental também o é. Na frase em questão, o fundamental é o pronome pessoal átono lhes, essencialmente objeto indireto, portanto um elemento que tem no seu bojo a preposição. É o que explica a presença da preposição antecedendo o sintagma apositivo ligado a esse pronome.

A aposição pleonástica constitui um fenômeno muito mais geral do que as nossas gramáticas costumam indicar.

Não se refere sô aos objetos direto e indireto, mas também aos demais termos oracionais.

Assim, podemos ter aposição pleonástica ao:

a) sujeito:

"Mas as coisas findas,

muito mais que lindas,

essas ficarão" (C.Drummond, "Memórias", in

Faz., 421 - exemplo extraído de Kury, A. da Gama - Lições de a-

nálise sintática. 7.ed. São Paulo, Lisa S.A., 1973 - p. 104).

Na linguagem popular, são comuns frases como:

"O garoto, ele não tem estudado muito ultimamente";

b) predicativo:

"Cristão ainda o sou" (in Kury, A. da G. - op. cit., p. 104);

c) adjunto adverbial:

"A casa, não sendo grande, não podiam lá caber todos" (M. de Assis, DC, 341, in Kury, A. da G. - op. cit., p. 105).

Note-se, neste último exemplo, que o aposto anteposto não veio preposicionado, embora se refira ao advérbio lá (os advérbios são considerados como equivalentes de sintagmas preposicionais, como o mostraremos no parágrafo relativo ao aposto adverbial).

L. Tesnière, em seus Eléments de syntaxe structurale, também reconhece a amplitude e a frequência desse tipo de construção.

Infelizmente, não vê, aí, o caráter de aposição, preferindo falar em "projection des actants" (7).

A grande mobilidade desse tipo de aposto na frase em que figura nos leva a reconhecer nele uma independência

(7) Cap. 72 (p. 172-176).

muito grande com relação ao resto da frase e a ver, aí, um exemplo de extraposição, segundo a terminologia de O. Jespersen, que assim conceitua o fenômeno:

"L'extraposition est un phénomène analogue à l'apposition dont nous avons donné des exemples au chapitre 4: un mot ou un groupe de mots se trouve placé en quelque sorte hors de la phrase, comme s'il n'y appartenait pas. Lorsqu'on parle, l'extraposition se manifeste souvent par une pause, représentée dans l'écriture par une virgule ou un tiret, et parfois par un point ou un point virgule." (8)

Em todo caso, a mobilidade desse sintagma apositivo não o "libera" totalmente do conjunto, como sugere a definição de Jespersen.

Se a conexão sintática com o conjunto é rompida, estabelece-se, como compensação, uma conexão anafórica, através do emprego dos pronomes pessoais e dos advérbios pronominais.

É o que bem observou L. Tesnière ao salientar:

"Dans la mesure où l'actant est projeté loin du centre verbal et par conséquent séparé du verbe sur la chaîne parlée, la séquence qui exprime sa connexion avec le verbe (v. chap. 6, § 5) se trouve rompue. Telle est la raison pour laquelle il est indispensable de la rétablir, au moins sémantiquement, grâce à une anaphore. L'anaphore est donc la rançon inévitable de la rupture de séquence, et c'est pourquoi

(8) Jespersen, O. - La syntaxe analytique. Paris, Les Ed. de Minuit, 1971 - p. 71.

toute projection d'actant s'accompagne nécessairement d'une anaphore et par conséquent d'un anaphorique". (9)

É importante essa passagem de L. Tesnière, na medida em que aprofunda e completa o conceito de extraposição de O. Jespersen, conceito esse que nos será de grande utilidade no estudo da aposição em geral.

3.1.1.3 - Vocativo

Normalmente apresentado em nossas gramáticas como um termo sintático desligado da estrutura da frase e diferente do aposto, com o qual mantém apenas a relação de semelhança de vir também entre pausas (intervirgulado na escrita), na verdade, o vocativo é um tipo especial de aposto de segunda pessoa.

A mais antiga referência ao caráter de aposição do vocativo, que pudemos encontrar, encontra-se na Gramática expositiva, de Eduardo C. Pereira, onde se pode ler o seguinte:

"412. Vocativo é um aposto especial de segunda pessoa, com que se relaciona. Exemplos:

Miguel, Miguel, não tens abelhas e vendes mel!:-

(seguem mais cinco exemplos).

Nota: - A aposição vocativa é patente: Não tens tu, Miguel. (seguem mais três exemplos). - O vocativo insulado na frase relaciona-se com o sujeito da proposição implícita, como em - Meninos, eu vi: Atendei-me vós, meninos". (10)

(9) op. cit., p. 173 (§9).

(10) Pereira, E.C. - Gramática expositiva. 103.ed. São Paulo, Cia. Ed. Nac., 1957 - p. 231.

Pela passagem de E.C. Pereira, podemos depreender que o vocativo se refere sempre a uma segunda pessoa, expressa, oculta ou implícita no discurso (caso de "Meninos, eu vi").

Em um ensaio sobre os casos de antecipação, em português, J. Oiticica também assinala, ainda que ligeiramente, o caráter de oposição do vocativo, ao falar em "apostos vocativos" (11).

Encontramos, todavia, a mesma posição na obra A estrutura morfo-sintática do português, de José R. Macambira. Como, no capítulo relativo ao vocativo, não há referência a obra de E.C. Pereira (que, no entanto, consta da bibliografia geral da obra), não podemos afirmar que houve, aqui, influência, embora possamos supor o fato.

Macambira subdivide o vocativo em dois tipos: absoluto (quando não se refere a nenhum termo da oração) e relativo (quando se refere a um termo da oração em que se encontra; neste caso, esse termo deve ser um pronome pessoal).

Diferentemente de E.C. Pereira, só reconhece o caráter de oposição no vocativo relativo, chamando de "vocativo puro" o absoluto (12).

Merece comentário especial esse ponto de divergência entre os dois autores.

(11) Oiticica, J. - Revista filológica. Rio de Janeiro, 3 (ano II), fev. 1941 - p. 18 (item d).

(12) Cf. Macambira, J. R. - A estrutura morfo-sintática do português. 2. ed. São Paulo, Liv. Pioneira Edit., 1974 - p. 349-350.

Roman Jakobson, em seu longo e conhecido ensaio "Linguistique et poétique", faz um levantamento das diferentes funções da linguagem, na esteira de Karl Bühler, que já abordara alguns aspectos importantes do assunto.

Não nos interessaremos, aqui, por todas as seis funções assinaladas por Jakobson. Uma delas, porém, deve reter nossa atenção, pelos pontos de contacto que tem com o assunto que ora nos ocupa.

Trata-se da função conativa, que visa ao receptor da mensagem.

Destacando as construções gramaticais características dessa função, observa Jakobson:

"L'orientation vers le destinataire, la fonction conative, trouve son expression grammaticale la plus pure dans le vocatif et l'impératif, qui, du point de vue syntaxique, morphologique, et souvent même phonologique, s'écartent des autres catégories nominales et verbales" (os dois últimos grifos são nossos) (13).

Ora, se o vocativo é uma das construções características da função conativa, sua simples presença denuncia uma situação dialógica, o que nos coloca diante de um emissor e de um receptor. Portanto, a segunda pessoa está necessariamente implícita nesse tipo de discurso.

(13) Jakobson, R. - Essais de linguistique générale. Paris, Les Ed. de Minuit, 1974 - p. 216.

Sendo assim, E.C. Pereira tem razão ao afirmar que o vocativo se liga sempre a uma segunda pessoa, expressa, subentendida ou implícita no discurso (pela própria situação dialógica).

Queremos assinalar que a visão do vocativo como um tipo de aposição também se encontra na obra de um linguísta como O. Jespersen.

Em La syntaxe analytique, salienta o autor que:

"Lorsqu'une phrase contient un you explicite ou implicite, on peut dire que l'élément appelé traditionnellement 'vocatif' est en apposition à ce you, comme on le voit dans:

Ang. I am talking of you, John, "Je parle de toi, Jean", SVpl |1| .

Come here at once, Mary!, "Viens ici tout de suite, Marie", {S*V} 33 |1*| ! .

Mais le plus souvent il n'y a de you implicite que dans le nom de la personne à qui on s'adresse; on dira alors que le vocatif est en extraposition, et on emploiera toujours les crochets qui servent à représenter aussi bien l'extraposition que l'apposition:

Ang. This is not true, John, "Ce n'est pas vrai, Jean" SVⁿP |1| ."⁽¹⁴⁾

É curioso constatar a coincidência de pontos de

(14) p. 75.

vista entre E.C.Pereira e um célebre lingüista que dele não recebeu influência e cuja obra, posterior à publicação da Gramática expositiva, não pode ter influenciado esta última⁽¹⁵⁾.

3.1.2 - Aposto circunstancial

Na esteira de Epifânio Dias, em sua Sintaxe Histórica portuguesa (§45, b), assim define Evanildo Bechara o aposto circunstancial:

"Chama-se aposto circunstancial aquele que designa 'o tempo, hipótese, concessão, causa, comparação, ou de baixo de que respeito é considerada a pessoa ou cousa', na época da ação expressa pelo verbo:

'Rainha esquece o que sofreu vassala' (Bocage) isto é, como rainha esquece o que sofreu quando era vassala"⁽¹⁶⁾.

Da definição, bem como da exemplificação, propostas por E.Bechara, podemos notar, no aposto circunstancial, dois aspectos diferenciais com relação ao aposto explicativo.

O primeiro, de caráter semântico, reside no fato de que esse tipo de aposto, pelo seu valor circunstancial, se aproxima mais dos adjuntos adverbiais e das orações subordinadas adverbiais.

(15) La syntaxe analytique data de 1937; a primeira edição da Gramática expositiva é de 1907, onde o autor não considera, ainda, o vocativo como aposto (cf.§ 390). Passa a fazê-lo a partir da segunda edição, que é, também, anterior com relação à obra de Jespersen.

(16) Moderna gramática portuguesa, p. 215.

O segundo, de caráter mais sintático, relaciona-se com a "geração" da construção.

Diferentemente do aposto explicativo, que procede de uma subordinada adjetiva explicativa, o aposto circunstancial procede de uma oração subordinada adverbial de predicado nominal, com elipse do conectivo e do verbo de ligação:

"Rainha esquece o que sofreu (quando era) vassala".

Apresentamos, também, outro exemplo, em que o fenômeno é mais claro:

"Filho de pais humildes, alcançou Machado de Assis os mais invejáveis triunfos literários" (exemplo extraído de Corrêa, G. G. - 2500 exercícios graduados. Rio de Janeiro, Liv. F. Alves, 1965 - p. 36).

O aposto filho de pais humildes tem, aqui, valor concessivo e podemos rastrear-lhe a origem a partir de:

"Embora fosse filho de pais humildes, alcançou Machado de Assis (...)", com eliminação posterior da conjunção embora e do verbo de ligação fosse.

Apesar da diferença com relação ao aposto explicativo, há, entretanto, importantes pontos de semelhança: o aposto circunstancial corresponde também a um predicativo de uma subordinada de predicado nominal, cujo conectivo e verbo de ligação foram apagados, e encontra-se, igualmente, entre pausas.

A observação de várias frases levou-nos a constatar que o aposto circunstancial se coloca, na grande maioria dos casos, à esquerda da oração a que pertence.

Apresentamos, a título de ilustração, alguns exemplos, que comentaremos no capítulo 4.

"Mancebo, o numeroso clero das paróquias vizinhas considerava-o como o mais venerável entre seus irmãos no sacerdócio" (Herculano, Eurico, p. 17, in Lima, M. Pereira de Sousa - Gramática portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, Edit., 1945 - p. 58);

"Trabalhador honesto, nunca foi repreendido pelos seus chefes" (in Corrêa, G.G. - op. cit., p. 36);

"Viúva, Clotilde se retirou para um mosteiro" (in Macambira, J. R. - A estrutura da oração reduzida. Fortaleza, Imp. Univ. da Univ. Fed. do Ceará, 1971 - p. 95).

Nossas gramáticas mencionam, com frequência, exemplos de aposto circunstancial regido de preposição ou de conjunção subordinativa com valor preposicional;

"Aprendera ele, quando menino, do filho do mais famigerado discípulo de Quintiliano" (em Barreto, M. - Novíssimos estudos da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro, Presença, 1980 - p. 199). (quando menino= em menino, na sua infância).

"Envergonhou-se ela, porque, ainda que pecadora, era mulher, e disse ..." (P. Man. Bern., N. Flor., IV, 312, em Barreto, M. - De gramática e de linguagem. 2.ed. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1955 - p. 200-201).

"Ele consagrou como cõsul o templo que como ditador tinha prometido em voto" (em Barreto, M. - Últimos estudos, p. 241);

"Em moço gostava de andar a cavalo" (em Bechara, E. - Moderna gramática portuguesa, p. 215).

Nos dois primeiros exemplos, estamos diante de um caso indiscutível de elipse do verbo ser; o conectivo se prende diretamente ao predicativo.

Apesar da semelhança com as construções apositivas que estamos examinando, convém, todavia, ressaltar que a aposição corresponde, a rigor, a uma construção justaposta, caracterizada, portanto, pela ausência de conectivo.

Assim sendo, parece-nos mais rigoroso conside - rar esses casos de aposição circunstancial como orações subordinadas adverbiais de verbo elíptico (quando introduzidas por conjunção) ou como adjuntos adverbiais (quando encabeçadas por preposição); no primeiro exemplo, quando (era) menino seria, a rigor, uma oração subordinada adverbial temporal.

Assinale-se, todavia, que a omissão do verbo torna essas construções intermediárias, entre o caráter oracional e o apositivo.

Com a posterior eliminação do conectivo, dá-se, então, a verdadeira aposição:

"Aprendera ele, menino, do filho do mais famige rado ...".

3.1.3 - Aposição restritiva

Passaremos a considerar os diferentes casos de aposição restritiva.

Partiremos, inicialmente, dos exemplos em que se verifica maior coesão entre os elementos, para abordarmos, em seguida, exemplos em que essa coesão é menor.

3.1.3.1 - Substantivos compostos

Um caso interessante de aposição, não explorado por nossas gramáticas, é o de certos substantivos compostos de dois outros substantivos, em que um deles funciona como aposto com relação ao outro.

Mário Barreto os menciona em seus Últimos estudos, chamando-os de "compostos apositivos" (17). Assinala, também, que geralmente é o segundo substantivo que determina ou especifica o primeiro e vem a ser, portanto, o aposto.

O primeiro substantivo encerra a idéia geral e é o determinado; o segundo contém a noção particular e é o determinante.

Retomemos a lista de exemplos apresentada por Mário Barreto, para comentá-los em seguida:

<u>artimanha</u>	<u>papel-moeda</u>
<u>varapau</u>	<u>porco-espinho</u>
<u>peixe-mulher</u>	<u>rei-profeta</u>

(17) p. 116-117.

<u>mãe-pátria</u>	<u>cardeal-rei</u>
<u>couve-flor</u>	<u>nau-fantasma</u>

Inicialmente, cabe observar que o determinante nem sempre figura em segundo lugar; varapau, peixe-mulher e mãe-pátria são exemplos de anteposição do determinante ao determinado. Contudo, essa anteposição é excepcional (como, aliás, o reconhece o autor) e a ordem mais freqüente é a do determinante posposto.

Seria interessante depreender as características formais desses compostos, que os diferenciem dos demais.

Por exemplo, consideremos o problema da flexão de número.

Sabemos que as regras relativas à formação do plural dos compostos constituem um dos pontos em que se notam divergências entre gramáticos e lexicógrafos.

Entretanto, de modo geral, há certa unanimidade em afirmar que, quando o composto é constituído de dois substantivos (ou de substantivo e adjetivo), ambos os elementos flexionam-se no plural. Assim, aceitamos como plurais normais peixes-mulheres, couves-flores, etc.

Mas também é aceitável somente a flexão do primeiro elemento (permanecendo o segundo invariável): peixes-mulher, couves-flor, papéis-moeda são formas consignadas pelo Novo dicionário da língua portuguesa, organizado por Aurélio Buarque de H. Ferreira.

Essa é, também, a posição de Celso Cunha, em cuja Gramática da língua portuguesa, à p. 199, podemos ler o seguinte:

"c) também só o primeiro toma a forma do plural quando o segundo termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico:

Singular	Plural
<u>navio-escola</u>	<u>navios-escola</u>
<u>salário-família</u>	<u>salários-família</u>
<u>banana-prata</u>	<u>bananas-prata</u>
<u>manga-espada</u>	<u>mangas-espada"</u>

Assinalamos tratar-se, na verdade, de um ponto controverso. Nos exemplos de Celso Cunha, há a possibilidade de flexionar, também, o segundo elemento, como se pode verificar no Novo dicionário Aurélio.

Em contraposição, nos compostos cujo segundo elemento não é apositivo, a flexão se dá, sempre, nos dois elementos (se forem ambos variáveis e não houver uma preposição de permissão):

<u>obra-prima</u>	<u>obras-primas</u>
<u>mestre-escola</u>	<u>mestres-escolas</u>
<u>mestre-sala</u>	<u>mestres-salas</u>

Cabe, ainda, observar que os exemplos propostos por Mário Barreto revelam graus diferentes de coesão interna.

Assim, artimanha e varapau grafam-se sem hífen

e estão subrodinados a um só acento tônico. Seu caráter de com posição é bastante atenuado.

Já peixe-mulher, mãe-pátria, etc., são compos - tos hifenizados, em que cada elemento conserva a sua tonicidade própria. A composição é, aqui, mais sensível.

Finalmente, exemplos como rei-profeta, cardeal-rei e nau-fantasma pertencem muito mais à fala do que à língua, se evocarmos a oposição saussureana. Trata-se, na verdade, de criações pessoais, em vias de lexicalização, onde ainda percebemos a independência semântica dos elementos componentes.

Entretanto, os três grupos constituem verdadeiras lexias, segundo a terminologia de B. Pottier.

Com efeito, não podemos introduzir, no interior dessas expressões, modificadores, o que mostra a coesão de seus elementos:

rei-profeta - *rei-bom-profeta

Mas: "bom rei-profeta" - "rei-profeta bom".

Essas observações nos permitem supor a existência de construções com aposto especificativo, onde a independência dos elementos componentes é maior.

É o que passaremos a mostrar, em seguida.

3.1.3.2 - A expressão "cor de - "

Para designar a cor, pode-se empregar, em portu

guês, a expressão de cor de:

"fitas de cor de cereja", "vestido de cor de lilã".

Naturalmente, esses modificadores não são apositivos, visto que são introduzidos por preposição.

Como o substantivo cor aparece antecedido e seguido da preposição de, a fim de evitar a repetição da preposição, suprime-se a primeira ocorrência desta. Chega-se, assim, às expressões: "fitas cor de cereja", "vestido cor de lilã", onde os sintagmas cor de cereja e cor de lilã estão justapostos, em aposição a fitas e vestido, respectivamente.

Essa é a explicação proposta por Mário Barreto⁽¹⁸⁾.

Pode-se verificar uma nova redução, com a eliminação de cor de. Embora tachadas de galicismos por Mário Barreto⁽¹⁹⁾, são freqüentes, entre nós, expressões como:

"fitas cereja" - "vestido lilã".

Nessas expressões, temos, ainda, aposição.

Assinalemos, também, que as aposições examinadas neste item não são casos de lexia, como vimos no item anterior.

(18) Barreto, M. - De gramática e de linguagem, p. 98 (item XI, nota 16):

(19) id. - ibid.

De fato, em "vestido cor de lilá", podemos introduzir algum elemento entre vestido e cor de lilá. É aceitável uma construção como: "vestido elegante cor de lilá", em que o adjetivo elegante, de permeio, evidencia o fato de não tratar-se de lexia.

Observe-se, contudo, um ponto de semelhança com os compostos examinados no item anterior: a invariabilidade do elemento apositivo, ou seja, do elemento determinante, quando a expressão está no plural: "fitas cereja" (e não "fitas cerejas"), à semelhança de papéis-moeda (apesar da possibilidade de se pluralizar papéis-moedas).

3.1.3.3 - O aposto especificativo

A rigor, deveríamos considerar todos os casos acima abordados como exemplos de aposto especificativo, visto que são todos exemplos de aposição restritiva.

Entretanto, em nossas gramáticas o que se convencionou designar por "aposto especificativo" é a construção em que, a um nome comum, indicativo de espécie, classe ou categoria, acrescenta-se um nome próprio, que vem a ser a denominação individual daquele. (20)

Nesse caso, o nome próprio exerce a função apositiva, podendo ligar-se ao nome comum direta ou indiretamente, isto é, por meio de preposição:

(20) Cf. Bechara, E. - Moderna gramática portuguesa, p. 214.

"rio Amazonas"

"o imperador D. Pedro I"

"colégio de São Bento"

"cidade de Lisboa"

A respeito da origem e da divulgação dessa construção, assim se pronuncia o professor T. H. Maurer Jr.:

"A aposição. Era usual na língua literária com nomes de cidades, montes, rios, etc., ligados ao nome genérico, e.g., urbs Roma, mons Iura.

A língua vulgar usa o caso genitivo ou as construções que acabam por substituir este caso, particularmente com nomes de cidade, como evidenciam as línguas neolatinas, e.g., rum. cetatea Jerosalimului, it. città di Milano, fr. la ville de Paris, port. a cidade de Campinas, etc.

A antiguidade da construção vulgar se denuncia pela sua ocorrência em textos literários - e.g., urbem Patavi (Vergílio, En., I, 247) (...)" (21).

A passagem acima, condensada mas clara, deixa-nos entrever um problema: a construção primitiva, justaposta, era indiscutivelmente apositiva. Mas, a partir do momento em que é substituída por uma construção preposicionada, pode-se, ainda, falar em aposição?

É o que passaremos a discutir em seguida.

(21) Maurer Jr., T.H. - Gramática do latim vulgar. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1959 - p. 203.

Nossos gramáticos, quase por unanimidade, vêm nessas construções exemplos de aposição. Seu argumento é de que, em expressões como "a cidade de Londres", os dois termos (cidade e Londres) se identificam, designando o mesmo ser.

Ora, como entre o fundamental e o aposto se estabelece, normalmente, uma relação de identidade, concluem pelo caráter apositivo da expressão⁽²²⁾. Apóiam-se, portanto, no valor semântico dessa estrutura.

Contudo, há certas divergências interessantes que comentar.

Assim, Mário Pereira de Sousa Lima, em sua Gramática portuguesa, observa:

"114. Examinando-se a designação cidade de Roma vê-se que os dois substantivos encerram um só conceito, são uma só e mesma coisa: Roma é verdadeiramente a cidade e a cidade é exatamente Roma. O mesmo, porém, não se dá em cidade de São Paulo, pois aqui os dois termos não se identificam, mas traduz cada um deles o seu conceito próprio. São Paulo dá o seu nome a uma cidade, mas não é ele próprio a cidade. Também Pedro II não é em si mesmo um colégio, nem Santa Catarina um hospital, nem Liberdade uma praça. E é por isso que, sendo diferentes os casos, cumpre analisá-los diversamente: lá um complemento apositivo, aqui um complemento restritivo. Quando, porém, contrariamente ao uso clássico do idioma, se diz rua S. Ben

(22) Cf., p. ex., Rocha Lima - Gramática normativa da língua portuguesa. 16.ed. Rio de Janeiro, Liv. J.Olympio Edit., 1973 - p. 226 (nota 1).

to, Colégio S.Luiz, Teatro João Caetano, omitindo-se a preposição de, transforma-se em aposto o complemento restritivo" (23).

Podemos constatar, no trecho citado, uma mistura de critérios semânticos e sintáticos, em conflito entre si.

Cidade de Roma é considerado como um caso de complemento apositivo, em oposição a cidade de S.Paulo, colégio de Pedro II, etc., com base num critério essencialmente semântico.

A utilização de critérios sintáticos, negligenciados pelo autor, sublinharia, pelo contrário, o parentesco entre essas construções.

Assim, em quase todas elas é possível omitir-se a preposição: "colégio Pedro II", "avenida Liberdade".

Essa omissão não é aceitável com os nomes de cidades: "cidade Roma" e "cidade São Paulo" são construções canhestras em português. Observamos, contudo, que, neste caso, as duas expressões também se irmanam.

Podemos, também, estabelecer uma relação de identidade entre os dois termos de cada construção, através da frase atributiva:

"A cidade é Roma";

"A cidade é S.Paulo";

"O colégio é Pedro II".

(23) p. 55-56.

Portanto, sintaticamente, estamos diante de estruturas correspondentes.

Quanto às expressões rua S.Bento, Colégio S.Luís, teatro João Caetano, o autor aí reconhece o caráter apositivo, decorrente da justaposição. Quer dizer que, aqui, ao contrário do que se deu com as construções acima, Sousa Lima parte de um critério nitidamente sintático.

Esses comentários relativos à passagem do autor evidenciam a necessidade de investigação dos critérios propriamente sintáticos que caracterizam o aposto especificativo.

Como as divergências são maiores com relação ao aposto especificativo preposicionado, é a partir dessa construção que desenvolveremos nossas observações.

Utilizaremos, aqui, basicamente, os critérios formais da permutação e da comutação, que já se revelaram de grande utilidade no estudo dos termos oracionais justapostos, não separados por pausa (cf. capítulo 1).

Consideremos os seguintes exemplos:

- a) "a cidade de São Paulo";
- b) "minha cidade, São Paulo";
- c) "o imperador D.Pedro I".

Nos sintagmas b) e c), onde a aposição é indiscutível, por tratar-se de casos de evidente justaposição, pode haver uma permutação dos termos:

b) "São Paulo, minha cidade";

c) "D. Pedro I, o imperador" (notar, aqui, o aparecimento da pausa).

Essa permutação não é aceitável para o sintagma a), onde a ordem dos termos é fixa: "*de São Paulo a cidade". Esse fato vai opô-lo aos exemplos b) e c).

Observe-se, também, que numa construção como "a cidade do progresso", onde o elemento sublinhado representa um adjunto adnominal, a permutação da locução adjetiva também redundaria em expressão inaceitável: "*do progresso a cidade".

Isso nos leva a aproximar as duas construções: "a cidade de São Paulo" e "a cidade do progresso".

Passemos, em seguida, à utilização da técnica da comutação.

Podemos dizer "a cidade de São Paulo e a de Campinas", utilizando o pronome demonstrativo a (a fim de evitar a repetição do substantivo cidade).

Se considerarmos que cidade é o fundamental e pode comutar com o pronome demonstrativo a, tentemos a mesma comutação nos exemplos b) e c):

b) *a, São Paulo;

c) *o D. Pedro I (sintagma inaceitável se considerarmos o pronome demonstrativo).

Obtivemos estruturas inaceitáveis, o que aproxima b) de c), opondo-os novamente a a).

Em contrapartida, uma construção como "o progresso de São Paulo e o de Campinas", onde temos adjuntos adnominais, é perfeitamente aceitável. Ressalte-se o paralelismo com relação à estrutura "a cidade de São Paulo e a de Campinas."

Esses fatos nos levam a considerar que, na realidade, uma expressão como "a cidade de São Paulo" está muito mais distante das verdadeiras construções apositivas e muito mais próxima de estruturas do tipo "o progresso de São Paulo", onde temos um adjunto adnominal (locução adjetiva).

Isso nos permite concluir que o aposto especificativo preposicionado não é, a rigor, um caso de aposição, e sim, um caso específico de adjunto adnominal.

Sua classificação como aposto deve-se à consideração do aspecto semântico, em detrimento dos aspectos sintáticos. Uma vez levados estes em conta, fica destacada a complexidade desse tipo de construção.

Retomando os exemplos acima:

"a cidade de São Paulo"

"o progresso de São Paulo"

se procurarmos as frases verbais correspondentes, obteremos, respectivamente:

"São Paulo é a cidade" (frase nominal);

"São Paulo progride" (frase verbal).

Observemos, também, que em certas locuções adjetivas pode omitir-se a preposição, mas não em todas.

Comparem-se:

"o colégio de São Bento - o colégio São Bento";

"o colégio de pedra - *o colégio pedra".

Essas manipulações lingüísticas nos mostram que as locuções adjetivas, em função de adjunto adnominal, não constituem um grupo uniforme. Daí, ser necessário assinalar que em "a cidade de São Paulo" e "o colégio de São Bento" estamos diante de um caso específico de adjunto adnominal.

Essa pesquisa, porém, extrapola dos limites que nos impusemos: o estudo das construções justapostas em português, o que não nos impede de ressaltar a importância do estudo da questão.

Contudo, a simples omissão da preposição torna essas construções justapostas e, portanto, apositivas.

Em "colégio de São Bento", estamos diante de um adjunto adnominal; já em "colégio São Bento", o termo sublinhado é aposto.

A respeito da possibilidade de omissão da preposição, Mário Barreto, em De gramática e de linguagem, assinala que o seu emprego é obrigatório com os nomes de construções, ruas, serras, cordilheiras e nomes geográficos (rios). Considera a omissão da preposição galicismo⁽²⁴⁾.

Creemos, todavia, que essa omissão pode explicar

(24) p. 287-290 e 314-320. Cf., também: Através do dicionário e da gramática, p. 60-62.

se de outras maneiras.

O autor observa que, quando o nome de rua tem valor adjetivo, a aposição é obrigatória: "Rua Larga", "Rua Áurea", "Rua Direita", etc.

Sendo assim, não podemos ver, nos casos em que o nome da rua é nome próprio, e falta a preposição, uma extensão do uso de quando esse nome é adjetivo? Seria, na verdade, um fenômeno de analogia.

Além disso, o próprio autor observa que:

"(...) (com os nomes de rios, porém, é constante a juxtaposição, por ex . o rio Tejo, porque Tejo é já por si o nome da coisa, como quando se diz a rainha Isabel, o imperador Carlos V, o poeta Homero)" (25) .

Podemos supor que esses casos mencionados de justaposição se estendem aos demais, sendo o fenômeno de contaminação analógica a verdadeira explicação do fato e não propriamente a influência francesa.

Em Os Lusíadas, não são raros os exemplos de expressões com a palavra cidade, onde o autor omite a preposição:

"cidade Hierosolyma" (III, 27);

"cidade Beja" (III, 64);

"cidade Meca" (IX, 2).

Para finalizar, vamos examinar algumas expres -

(25) Barreto, M. - De gramática, p. 290.

sões como tio Pedro, padre João, professor José, onde não há dúvida quanto ao caráter apositivo. São casos indiscutíveis de aposição especificativa.

Entretanto, relativamente a essas expressões , surge o problema de saber qual é o verdadeiro aposto: o nome comum ou o nome próprio?

A. Grivet, em sua Nova gramática analítica da língua portuguesa, propõe um critério interessante, de caráter sintático. Observa que a aposição é sempre dispensável, ao passo que o fundamental exerce, normalmente, uma função essencial.

A partir da frase: "Falava el rei Antígono com o príncipe seu filho", - onde pode haver dúvida se rei é aposto de Antígono (ou vice-versa) e se príncipe é aposto de filho (ou o inverso) -, assim se expressa o autor:

"Procedendo-se, por experimentação, a uma sucessiva eliminação de um e outro dos referidos substantivos, chega-se facilmente à convicção de que o teor que mais fielmente resguarda a integridade do pensamento é: Falava Antígono com seu filho (Falava el rei com o príncipe??); portanto rei é aposição de Antígono, como príncipe o é de filho" (26).

É curioso constatar, por parte de A. Grivet, a utilização da técnica formal da comutação com \emptyset (pela referência à eliminação dos substantivos), bastante empregada pela lin -

(26) p. 262.

güística moderna.

Contudo, não nos parece que essa técnica tenha conduzido a resultado esclarecedor. São frases igualmente aceitáveis, tanto estrutural como semanticamente:

"Falava Antígono com seu filho";

"Falava el rei com o príncipe",

embora A. Grivet considere, a nosso ver indevidamente, a segunda como duvidosa.

O paralelismo com expressões como "rua Aurora", "rio São Francisco", (onde os nomes próprios são apostos), nos conduz a considerar, nas construções que estamos examinando, o nome próprio como aposto.

É uma solução mais coerente, por dar a expressões paralelas uma análise comum.

Assinalemos, também, que esse problema tem uma importância menor do que podemos supor, porque na aposição personativa os dois termos estão, na verdade, em processo de fusão; trata-se de uma construção onde, a rigor, estamos diante de uma locução substantiva.

De fato, em certas expressões o fundamental tende a reduzir-se foneticamente, por efeito de próclise; é o caso de mano e são (por santo): "mano Antônio", "são José", etc. (27)

Além disso, nessas construções não podemos introduzir nenhum modificador de permeio; elas se comportam como

(27) Cf.: Nascentes, A. - Dicionário etimológico da língua portuguesa (tomo I), s.v. mano (p.490) e são (p.712.)

verdadeiras lexias. Assim, podemos dizer: "meu imprudente mano Antônio", mas não: "*Meu mano imprudente Antônio."

Outro aspecto curioso a salientar é o que ocorre quando se verifica a permutação dos termos. A aposição, de restritiva passa a explicativa:

"o imperador D. Pedro I" - "D. Pedro I, o im - perador";

"o rio São Francisco" - "São Francisco, o rio."

Creemos que a explicação para o fato se deve a que o nome próprio já é suficientemente determinado; por conseguinte, qualquer nota que se lhe acrescente só pode ser explicativa.

Pelo contrário, quando o fundamental é o nome comum, pelo seu caráter genérico ele impõe uma determinação, ou seja, a aposição restritiva.

É, portanto, o caráter morfológico e semântico do fundamental que determina o tipo de aposição a utilizar.

Observação: - Antes de passarmos ao estudo do aposto adjetival, queremos mencionar dois tipos curiosos de aposição restritiva.

O primeiro é o representado pelas letras do alfabeto, quando indicam ordem, seqüência:

"o item a", "parágrafo e", "série f", etc.

Outro exemplo interessante é o do emprego de termos técnicos, de valor metalinguístico, em certas construções, como:

"a palavra signo", "o significado 'erguer-se'" (signo e "erguer-se" estão em aposição).

Neste caso, convencionou-se, na linguagem escrita, sublinhar o termo com valor de significante e aspear o que exprime o significado.

3.2 - Aposto adjetival

Um ponto controvertido em nossas gramáticas é o relativo ao fato de poder ser o adjetivo um aposto ou não.

Como já mencionamos, apesar de não haver unanimidade quanto à extensão do conceito de aposição, todos os gramáticos concordam em que o substantivo pode exercer a função de aposto. Entretanto, com relação ao adjetivo, as divergências são bastante acentuadas.

Reconhecem-no como aposto Epifânio Dias⁽²⁸⁾ e, na esteira deste, Sousa da Silveira⁽²⁹⁾ e Mário Pereira de Sousa Lima⁽³⁰⁾; dentre os mais modernos, podemos salientar Cel-

(28) Dias, A. Epifânio da Silva - Gramática portuguesa elementar, p. 106 (§179). Cf., também: Sintaxe histórica portuguesa. 4.ed., Lisboa, Liv.Cláss.Edit., 1959 - p.60 (§52 a).

(29) Sousa da Silveira - Lições de português. 7.ed. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1964 - p. 140-141.

(30) Lima, M. Pereira de Sousa - Gramática portuguesa. p. 58.

so Pedro Luft (31) e Adriano da Gama Kury (32).

Não aceitam tal função para o adjetivo José Oiticica (33) e, mais recentemente, Celso Cunha (34) e Eurico Back (35).

Curiosamente, encontra-se em gramáticos franceses o ponto de vista teórico que alicerça cada uma dessas posições.

Assim, Jean Dubois e René Lagane, em La nouvelle grammaire du français, são partidários da função de aposto para o adjetivo, expressando-se, a esse respeito, nos seguintes termos:

"Supposons qu'on ajoute une relative appositive au groupe du nom, c'est-à-dire une relative qui n'est pas nécessaire au sens:

Le chat, qui est satisfait, ronronne.

L'adjectif satisfait est attribut de qui, sujet de la relative. On peut supprimer le relatif qui et le verbe être; on obtient:

Le chat, satisfait, ronronne,

ou, si on inverse les termes;

Satisfait, le chat ronronne.

(31) Luft, C. Pedro - Gramática resumida. 3.ed. Porto Alegre, Edit. Globo, 1976 - p. 142.

(32) Kury, A. da Gama - Pequena gramática. 11.ed. Rio de Janeiro, Liv. Agir, Edit., 1968 - p.100.

(33) Oiticica, J. - Manual de análise, p. 240-242.

(34) Cunha, C. - Gramática do português contemporâneo, p.110.

(35) Back, E. & Mattos, G. - Gramática construtural (19 vol.) - p. 356.

L'adjectif satisfait, ainsi séparé par une pause du nom dont il dépend, est dit apposé ou mis en apposition à ce nom" (36).

Posição análoga encontramos na Grammaire Larousse du français contemporain (37).

Antes de comentarmos a passagem acima, em que merecem referência o fato de ser o adjetivo aposto também apresentado como procedente de uma oração adjetiva explicativa (à semelhança do aposto substantival) e o problema da pausa, examinemos a posição oposta.

Contrários à função apositiva para o adjetivo, assim se manifestam Christian Baylon e Paul Fabre, em sua Grammaire systématique de la langue française:

"Nous venons de voir que l'apposition était une fonction qui s'adressait au nom et qui était remplie par une espèce nominale. Pourtant certaines grammaires parlent d' 'adjectif en apposition'. Et la nomenclature officielle de 1949 fait de l'apposition une fonction possible de l'adjectif avec, comme critère d'identification, le critère de la pause:

(32) Le chat, immobile, guette la souris.

Ce critère de la pause est bien fragile, avons-nous dit. Et il n'englobe pas tous les c.d.n. (compléments du nom) 4. Prendra-t-on le critère de la transformation en phrase prédicative?

(36) Dubois, J. & Lagane, R. - La nouvelle grammaire du français. Paris, Libr. Larousse, 1973 - p. 106.

(37) Chevalier, J. - C. et alii - Grammaire Larousse du français contemporain, p. 203 (§ 311).

(33) Le chat, immobile, ...- Le chat est immobile.

Ce qui a un sens, mais n'est plus dans le même rapport de sens que celui qui existait dans:

(31) La ville de Paris - la ville est Paris.

Le signe = ne peut plus être posé en (33) comme on l'a posé en (31). Le rapport d'identité par lequel nous avons défini l'apposition a disparu.

Cependant, il faut bien admettre que la construction avec adjectif détaché (qui, se multipliant en français, a entraîné l'identification avec le nom en apposition) est une construction originale: en effet, l'adjectif détaché peut se rapporter à un pronom, ce que ne peut faire l'épithète ('Par définition, le pronom représente le contenu sémantique intégral d'un nom avec toutes les caractérisations déjà recues.' Imbs, Remarques sur la fonction épithète, Mélanges Dauzat, 1952, p. 149); en outre, le fait même que cet adjectif puisse être détaché le distingue de l'épithète.

Reste à savoir ce qu'est cette construction originale. On s'apercevra facilement que cet adjectif appelé abusivement en apposition fonctionne en fait comme un complément circonstanciel. Sa place est libre comme celle du complément circonstanciel lui-même:

(34) L'auto, luxueuse, passa
Luxueuse, l'auto passa
L'auto passa, luxueuse

- (35) L'auto passa / luxueuse
 / rapidement
 / tout de suite après
 / dans un bruit strident ...

Ainsi l'adjectif 'en apposition' n'est pas un complément du nom, mais un complément du verbe" (38).

Posição também contrária ao caráter apositivo do adjetivo, encontramos-na na Grammaire structurale du français moderne, de Georges Galichet (39), que influenciara Celso Cunha, em sua Gramática do português contemporâneo (40).

Passemos aos comentários relativos às passagens acima citadas.

Observemos, inicialmente, que, em ambas, se constata um ponto de vista predominantemente formal.

No trecho de J. Dubois e R. Lagane, destaca-se uma posição gerativista; o adjetivo em aposição é visto como o resultado da transformação de apagamento (através da elipse) de elementos de uma oração subordinada adjetiva explicativa. Esta belece-se, assim, um paralelismo entre o substantivo e o adjetivo apostos; no caso do substantivo, já observamos que é o mesmo o processo gerativo.

A passagem de C. Baylon e P. Fabre assinala o problema da relação de identidade que se verifica entre o apos-

(38) Baylon, C. & Fabre, P. - Grammaire systématique de la langue française. Poitiers, Ed.F.Nathan, 1973 - p.168-169.

(39) p. 135.

(40) p. 110.

to e o fundamental correspondente (ponto de vista semântico) e enfatiza o aspecto formal da permutação: o aposto adjetival goza de grande mobilidade no interior da frase em que ocorre (o que vai aproximá-lo do adjunto adverbial), em oposição ao que sucede com o aposto substantival.

Aceitando o ponto de vista de J. Dubois e R. Lagane , se o adjetivo em aposição, por sua "geração", se equipara ao substantivo aposto, por outras características formais (no caso, a mobilidade de que falam C. Baylon e P. Fabre) distancia-se deste último.

Aparentemente contraditórios entre si, os dois textos representam, na verdade, posições extremas de uma cadeia de raciocínio da qual não foram esclarecidos os elementos intermediários.

Para isso, é preciso elucidar os problemas da pausa e da permutação.

Primeiramente, abordaremos o problema da pausa e suas implicações.

Para Celso Cunha, é irrelevante o fato de o adjetivo aparecer intervirgulado; sua função será sempre a de predicativo:

"Por isso, o aposto não deve ser confundido com o adjetivo que, em função de predicativo, costuma vir separado do substantivo que modifica por uma pausa sensível (indicada geralmente por vírgula na escrita). Numa oração como a seguinte:

E a noite vai descendo muda e calma ... (Florbe-la Espanca) que também poderia ser enunciada:

E a noite, muda e calma, vai descendo ... ou:

E, muda e calma, a noite vai descendo ..., muda e calma é predicativo de um predicado verbo-nominal" (41).

De fato, a presença da pausa (representada, na escrita, pela vírgula) não é marca necessária de mudança de função.

Levantando os casos de emprego da vírgula, Celso Cunha observa que esta serve também "c) para isolar o adjunto adverbial antecipado:

Durante o jantar, o assunto foi só esse. (Mário Palmério)." (42).

E, mais adiante:

"Quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los" (42).

Portanto, a pausa pode ser utilizada para indicar deslocamento de um determinado termo ou para exprimir realce.

Assim, o adjetivo intervirgulado estaria deslo-

(41) op. cit., p. 110.

(42) ibid., p. 422.

cado com relação ao verbo ou estaria em relevo.

Examinemos, contudo, os dois pares seguintes de frases:

"Os sindicatos descontentes protestaram";

"Os sindicatos, descontentes, protestaram".

"Os alunos conscientes de seus deveres se comportaram bem";

"Os alunos, conscientes de seus deveres, se comportaram bem".

No primeiro par, a primeira frase indica que alguns sindicatos estavam descontentes e protestaram; a segunda indica que todos os sindicatos estavam descontentes.

Paralelamente, no segundo par, a primeira frase indica que só alguns alunos (os conscientes de seus deveres) se comportaram bem; a segunda indica que todos os alunos estavam conscientes de seus deveres e comportaram-se bem.

Ora, como podemos observar pelos exemplos acima, o adjetivo intervirgulado não está destacado ou deslocado, mas, sim, associado a um sentido mais globalizante.

Sua função não deve, portanto, ser a mesma nas duas orações.

Observemos, ainda, que a diferença que se estabelece entre as duas frases de cada par coincide com a diferença existente entre as orações subordinadas adjetivas restritivas e as explicativas.

Evanildo Bechara, a propósito dos dois tipos de orações adjetivas, assinala:

"Difere ainda a adjetiva restritiva da explicativa, porque a primeira empresta ao antecedente um sentido particular (trata-se de um dentro de uma série) e a segunda um sentido universal (trata-se de um só)."⁽⁴³⁾

Com efeito, as orações acima exemplificadas correspondem, respectivamente, a:

Os sindicatos descontentes - Os sindicatos que estavam descontentes (restritiva) protestaram;

Os sindicatos, descontentes - Os sindicatos, que estavam descontentes (explicativa), protestaram.

Os alunos conscientes - Os alunos que estavam conscientes de seus deveres (restrit.) se comportaram bem;

Os alunos, conscientes - Os alunos, que estavam conscientes de seus deveres (explicit.), se comportaram bem.

(43) Moderna gramática portuguesa, p. 228.

Podemos facilmente verificar que o adjetivo intervirgulado refere-se a um substantivo considerado em sua totalidade, à semelhança do que se observa com a oração adjetiva explicativa correspondente (o que não se dá com o adjetivo não intervirgulado e a correspondente subordinada adjetiva restritiva).

As mesmas considerações podem ser feitas com relação ao particípio passado, que apresenta grande afinidade com o adjetivo.

Comparem-se, a título de ilustração, as frases:

"Os aviões alinhados no campo esperavam a ordem para decolar."

"Os aviões, alinhados no campo, esperavam a ordem para decolar."

A correspondência da primeira com a subordinada adjetiva restritiva, e da segunda com a subordinada adjetiva explicativa, dispensa maiores comentários.

Observação: - Nas orações de particípio absoluto, é também frequente o emprego do adjetivo no lugar do particípio.

Comparem-se:

"Ouvidos os réus, o juiz decidiu ...";

"Limpas as armas, ...";

"Firme a voz, ...",

exemplos em que se verifica a correspondência entre o particípio e o adjetivo.

Essas observações nos permitem concluir que, por sua correspondência com a oração subordinada adjetiva explicativa, o adjetivo intervirgulado deve ser considerado como aposto. (Na falta da pausa, será adjunto adnominal ou predicativo).

Como vimos acima, o substantivo aposto também se associa a uma subordinada adjetiva explicativa.

Ressalta-se, assim, o paralelismo entre o substantivo, o adjetivo e o particípio passado em aposição, todos os três procedentes de uma adjetiva explicativa.

A nosso ver, esse paralelismo deveria ter sido enfatizado por J. Dubois e R. Lagane, como reforço de sua tese.

Resta acrescentar que, em certas construções, só se admite o adjetivo intervirgulado, não sendo aceita a construção sem pausa.

Isso se verifica quando o adjetivo se refere a um nome próprio (pospondo-se a este):

"Fabrício, cego de cólera, avançou contra o rapaz".

"*Fabrício cego de cólera (...)"

É o caso, também, quando o adjetivo se refere a um pronome pessoal:

"Ela, pensativa, não teve uma reação imediata".

"*Ela pensativa (...)"

Como os nomes próprios são suficientemente determinados, bem como os pronomes pessoais correspondentes a e-

les, s^o se justifica, com esses elementos, a aposi^ço explicativa, seja ela representada por substantivo seja por adjetivo.

Todos esses exemplos nos mostram, portanto, que o adjetivo entre pausas representa uma constru^ço especⁱfica, diferente do adjetivo n^o intervⁱrgulado.

O exame do problema da pausa nos conduziu ã de monstra^ço do car^ater apositivo do adjetivo.

Entretanto, h^a outro problema a elucidar, partindo da cita^ço de C. Baylon e P. Fabre: o da mobilidade do aposto adjetival e seu car^ater adverbial. Esses tra^ços ser^ão discutidos no capⁱtulo 4.

ã semelhan^ça do substantivo, pode o adjetivo, tamb^em, exercer a fun^ço de aposto circunstancial. Refor^ça-se, assim, mais uma vez, o paralelismo entre o substantivo e o adjetivo em aposi^ço.

Consideremos os seguintes exemplos (assinalamos, entre par^enteses, a circunst^ancia expressa):

"Impulsivo e rixento, seus colegas o evitavam"
(causal);

"Especializado na mat^eria, ningu^em o consultou"
(concessivo);

"Em crian^ça, era vivo e irrequieto; velho e cansado, s^o quer sossego e paz" (temporal);

"Reprovado, que dir^ão teus pais?" (condicio -
nal); (44)

(44) Esses quatro primeiros exemplos s^ão extraⁱdos de: Luft, Cel P. Gram^atica resumida, p. 142.

"Bela, todos a cortejavam" (causal);

"Bela, ninguém a corteja" (concessivo) (45)

A primeira observação a fazer é sobre a "geração" dessas construções: trata-se, como no caso do substantivo apostro circunstantial, de orações adverbiais de predicado nominal, com apagamento do conectivo e do verbo de ligação:

"(Porque era) impulsivo e rixento, seus colegas o evitavam".

O processo não é fundamentalmente distinto do que descrevemos inicialmente. Em ambos os casos, é uma oração subordinada de predicado nominal, em que se verifica o apagamento do conectivo e do verbo de ligação, estabelecendo-se, assim, um parentesco entre predicativo e apostro.

Contudo, no primeiro caso, a subordinada é adjectiva explicativa, ao passo que, nos exemplos que examinamos agora, a subordinada é adverbial. Daí, o valor circunstantial mais pronunciado que se nota neste último caso.

Como, para o adjectivo proveniente de uma subordinada adjectiva explicativa, também se insinua um matiz circunstantial, temos na realidade, entre os dois casos, uma diferença de grau.

Pode-se, portanto, concluir que, fundamentalmente, não há diferença entre o apostro substantival e o adjectival.

(45) Estes dois exemplos encontram-se em : Kury, A. da Gama - Pequena gramática. 11.ed. Rio de Janeiro, Liv. Agir Edit., 1968 - p. 101.

O que se pode constatar é a existência de peque nas diferenças de detalhe, perfeitamente explicáveis.

Visto que o adjetivo exprime uma característica do ser - e não indica o ser propriamente dito -, naturalmente não pode ser empregado como aposto de identidade, função específica que só pode ser exercida pelo substantivo.

Atentos à noção da identidade e esquecidos de que o substantivo em aposição também pode exprimir qualidade, caso em que a correspondência com o adjetivo aposto é total, C. Baylon e P. Fabre foram conduzidos a opor o aposto substantival ao emprego em destaque do adjetivo.

Maiores esclarecimentos sobre esse aspecto serão apresentados no capítulo seguinte.

Para encerrarmos nossas considerações, resta examinar expressões como "o bobo do João", "o coitado do velho", "o triste do meu primo", em que algumas de nossas gramáticas vêm nos adjetivos sublinhados, exemplos de aposição anteposta.

José Oiticica, partidário dessa posição, em longo estudo sobre a antecipação, publicado nos sete primeiros números da Revista filológica, levanta alguns casos de antecipação do aposto no número 3 da referida revista. Entre os diversos casos levantados figura o que agora nos ocupa.

Assim se expressa a esse respeito o autor:

"Ora, vejo nessas expressões uma aposição real, porém antecipada e seguida do nome a que se apõe. Sem antecipa-

ção, seria a aposição destes moldes: João, esse bobo; o velho, coitado!; meu primo, pobrezinho!; a sogra, essa falsa; o homem, um demônio; o proprietário, miserável, etc.

A antecipação, excelente processo de realce, apresenta em primeiro lugar, não o indivíduo, mas sua qualidade, frisante e, depois, para operar a ligação do sujeito possessório à qualidade, vale-se da sintaxe complementar, cujo elemento léxico é a preposição de. Assim, em o bobo do João, o demônio do homem, a falsa da sogra, etc., a preposição de nada possui de definitivo. É apenas índice do complemento subjetivo e o substantivo ou adjetivo a que se prende não passa de um aposto antecipado ao nome sujeito desse complemento. O processo deve ser antiquíssimo, do romance medieval, pois figura em outras línguas românicas.

Concorreu ainda para o aparecimento do de a necessidade de evitar a transformação do substantivo aposto em adjetivo com a antecipação. Essa transformação tornaria o substantivo antecipado mero adjunto qualificativo, o que enfraqueceria a expressão, pois o substantivo diz mais que o epíteto.

Com efeito, sem a preposição teríamos: o bobo João, o esperto Chico, a matreira raposa, a falsa sogra." (46)

Prossegue Oiticica em longa explanação, da qual procuramos destacar apenas o trecho central, a fim de não alongar demais a citação.

(46) p. 17-18.

Na passagem acima, há dois aspectos importantes que observar: a antecipação como elemento de realce, portanto de forte valor estilístico, e a pressuposição de que o aposto deve ser sempre um substantivo (depreensível a partir do trecho: "Concorreu ainda para o aparecimento do de a necessidade de evitar a transformação do substantivo aposto em adjetivo com a antecipação").

Com relação ao primeiro aspecto, cabe observar que a antecipação pode ser, também, resultado de fatores sintáticos (e não apenas estilísticos).

Quanto ao segundo, cremos ter demonstrado, ao longo deste parágrafo, que o adjetivo também pode ser aposto. Sendo assim a presença da preposição não se explicaria pelas razões apresentadas por Oiticica, além do que, expressões como "o bobo João", "o esperto Chico", "a matreira raposa" e "a falsa sogra" têm, indiscutivelmente, valor afetivo, pela anteposição do adjetivo, de forte valor estilístico em português.

O fato é que não se trata, aí, de aposição.

O que temos, na realidade, é o seguinte: a uma expressão inicial, o bobo João, em que bobo funciona como adjunto adnominal do substantivo João, corresponde uma construção com inversão de funções: o bobo do João, em que bobo passa a funcionar como substantivo e João figura numa construção de valor adnominal (do João).

É, portanto, um caso de translação inversa, segundo a terminologia de L. Tesnière:

"Il y a translation inversée lorsque le stemma présente, en connexion verticale, deux translations de formule inverse l'une de l'autre.

Le type par excellence de la translation inversée, est celui où un nucléus transféré de formule A (adject.) > O (subst.) régit un nucléus transféré de formule O > A, (...)" (47)

De fato, bobo, de adjetivo passa a substantivo, através do translativo o (artigo), e passa a reger João, substantivo que passa a funcionar na expressão adjetiva de João, através do translativo de (preposição).

Tesnière vê nessa construção um processo de valorização, de ênfase do adjetivo, o qual encabeça o sintagma. Notemos que esse aspecto do realce também foi salientado por Oiticica.

Contudo, na explicação dessa estrutura, Tesnière não vê um fenômeno de aposição, com o que estamos de acordo, visto termos assinalado, ao longo deste parágrafo, que o adjetivo em aposição é marcado pela pausa, que está ausente nestas últimas construções examinadas.

Observação: - O adjetivo aposto pode estar coordenado a um sintagma preposicional:

"(...)/ ao vir do sol, saudoso e em pranto, / inda as procuro pelo céu deserto" (O. Bilac, "Ouvir estrelas" - Poesias. São Paulo, Liv. F. Alves, 1964 - p. 53).

(47) Eléments - p. 385 (§§ 8 e 9).

Este é um caso em que um sintagma preposicional pode funcionar como aposto: quando está coordenado a um adjetivo em mesma função.

Com efeito, Epifânio Dias, em sua Sintaxe histórica portuguesa, observa que os adjetivos podem, em suas funções sintáticas, ser substituídos por construções a eles equivalentes: nomes precedidos de preposição, infinitivos também antecidos de preposição e alguns advérbios. (48)

3.3 - Aposto pronominal

Podemos catalogar os casos de aposição pronominal em três grupos.

No primeiro grupo, incluímos os pronomes indefinidos e demonstrativos, quando exprimem distribuição. É o chamado "aposto distributivo", de que podemos apontar os exemplos seguintes:

"Eram dois bons alunos, um em matemática e o outro em português";

"Machado de Assis e Gonçalves Dias são os meus escritores preferidos, aquele na prosa e este na poesia" (49).

Observe-se que, neste caso, os pronomes se associam (um ..., o outro ...; aquele ..., este ...) em se-

(48) Cf. p. 66 (§ 60).

(49) Exemplos extraídos de: Bechara, E. - Moderna gramática portuguesa, p. 214.

qüência enumerativa e aparecem necessariamente acompanhados de uma expansão. Nos exemplos acima, as expansões têm valor locativo.

O aposto distributivo vem sempre após o fundamental, dele separando-se por pausa, à semelhança do que sucede com o aposto explicativo.

Outro caso de aposição pronominal é o do "aposto recapitulativo" ou "resumitivo".

Segundo nossas gramáticas, é representado pelos pronomes indefinidos tudo, nada, ninguém, qualquer, etc., que sintetizam um conjunto de substantivos antecedentes:

"Tristezas, dores, dificuldades, nada impedia seus planos" (50).

Creemos, contudo, que esse tipo de aposto está mal analisado.

Examinando a construção, observamos que o pronome indefinido, tradicionalmente classificado como aposto, não vem entre pausas. Além disso, aparece em concordância com o verbo.

Nossas gramáticas registram o fato, especificando que, nessas construções, o verbo concorda com o aposto, o que causa estranheza. Seria um caso único de concordância do verbo com o aposto, difícil de explicar, sobretudo porque o a-

(50) Exemplo extraído de: Bechara, E. - op. cit., p. 213.

posto é um elemento frouxamente ligado ao fundamental, através de pausa.

Por outro lado, os substantivos "tristezas, dores, dificuldades" estão totalmente isolados por pausa e não estão em concordância com o verbo.

Todos esses fatos nos levam a postular uma análise oposta à tradicional: o pronome indefinido é, a rigor, o sujeito (daí, não estar entre pausas e concordar com o verbo) ; os substantivos antecedentes é que são os verdadeiros apostos.

Temos, na realidade, um caso de aposição substantival, em que o aposto aparece geralmente anteposto:

"Tristezas, dores, dificuldades (aposto anteposto), nada (suj.) impedia seus planos".

A anteposição do aposto, embora comum, não é obrigatória e, nos casos em que ela não se dá, evidencia-se mais o caráter subjetivo do pronome indefinido:

"Tudo indicava a traição denunciada: o não comparecimento do chefe, as notícias sonegadas, a remessa clandestina de tropas" (51).

Portanto, podemos concluir que não existe aposto recapitulativo ou resumitivo; a rigor, trata-se de um caso de aposição substantival.

(51) Exemplo extraído de: Oiticica, José - Revista filológica (nº 3), p. 19.

Creemos que o desconhecimento dos casos de aposi
ção anteposta conduziu nossos gramáticos à análise errônea. É
o que se pode depreender da observação que Rocha Lima, em sua
Gramática normativa da língua portuguesa, faz, a respeito da
frase: "Sobrevivente do naufrágio, ele conseguiu salvar algum
dinheiro; porém jóias, roupas, documentos, o mais submergiu com
o navio":

Observação: - Se a ordem dos termos da oração
fosse esta: '... porém o mais - jóias, roupas, documentos - sub
mergiu com o navio.' -, os três substantivos passariam a funcio
nar como apostos a 'o mais' que, então, seria o sujeito." (52)

O autor não percebeu que realizou apenas uma
inversão dos termos. Ocorre que, com essa inversão, o aposto
tornou-se posposto e, portanto, mais perceptível.

Observação: - A constatação de que o pronome in
definido, no caso acima examinado, não exerce a função apositiva já
se encontra na Gramática descritti
va, de Maximino Maciel, onde, à
p. 301, lemos o seguinte:

'A apposição às vezes se transfe-
re emphaticamente para antes do
termo fundamental, ex.; (seguem
três exemplos).

Geralmente esse facto pôde effec-
tuar-se:

(52) Cf. p. 226.

A) Sempre que o termo fundamental for expresso por um dos pronomes tudo, nada, ninguém, cada um, ou outra expressão indefinita equivalente, servindo de sujeito, ex.: 'Jogos, conversações, espectáculos, nada o tirou do seu retiro'" (53).

Faltam, contudo, na passagem de M. Maciel, os argumentos que comprovem sua posição.

Um último caso de aposição pronominal a apontar é o representado pelo pronome demonstrativo o, referido a uma oração inteira antecedente e seguido de uma oração adjetiva restritiva:

"Procede bem, o que te tornará estimado" (54).

No passado, alguns gramáticos tenderam a ver em o que um todo, um pronome relativo, introdutor de uma oração adjetiva a que chamavam de "imprópria". A esse respeito, assim se expressa Eduardo C. Pereira:

"A forma composta o que dá origem à seguinte construção: Ele portou-se mal, o que muito me contrariou.

Considera Mason a proposição - o que muito me contrariou, independente. De fato, - o que, neste caso, tem força de um substantivo precedido do artigo, equivale a isto,

(53) Maciel, M. - Gramática descritiva. 10.ed. Rio de Janeiro, Liv. F. Alves, 1926.

(54) Exemplo extraído de: Maciel, M. - op. cit., p. 300.

sendo a proposição, pelo sentido, coordenada justaposta.

Nota: - Ayer encara-a como proposição subordina da adjetiva imprópria" (55).

Trata-se, na realidade, de um caso de análise baseada mais no sentido da construção do que no exame de sua estrutura.

Considerando que, no contexto do exemplo que estamos examinando, o pronome demonstrativo o pode comutar com substantivos como coisa, motivo, fato, prática, uso, etc., também seguidos de uma expressão adjetiva, como se pode observar nos exemplos:

"Passeamos muito, coisa que nos deixou exaustos";

"Conseguimos a primeira colocação, fato digno de aplauso" (56), construções em que somos obrigados a separar, para efeito de análise, as expressões adjetivas do substantivo que modificam, somos levados ao mesmo procedimento com a expressão o que: o aposto é o pronome demonstrativo o, modificado pela oração adjetiva que se lhe segue.

Estabelece-se, assim, um paralelismo entre todas essas construções.

Como no caso do aposto distributivo, o pronome o vem, também, seguido de uma expansão, com a diferença de que

(55) Cf. Gramática expositiva, p. 282-283 (§ 510). A classificação de Ayer é retomada por O. Mota, em suas Lições de português. 6.ed. São Paulo, Cia.Edit.Nac., |s.d., a p.88..

(56) Exemplos extraídos de: Bechara, E. - Moderna gramática portuguesa., p. 214.

não vem associado a outro pronome e de que sua expansão é uma oração adjetiva restritiva.

3.4 - Aposto adverbial

Em expressões como "aqui em São Paulo", "lá no Rio", podemos observar que os sintagmas preposicionais sublinhados estão explicitando os advérbios aqui e lá, respectivamente.

Trata-se de um caso de aposição adverbial, englobando-se nessa designação as expressões, geralmente preposicionadas, que explicitam um advérbio (ou um sintagma preposicional de valor adverbial) antecedente, exprimindo a mesma circunstância deste.

As denominações "aposto circunstancial" e "aposto preposicionado" não nos parecem convenientes por estarem associadas a construções de características específicas, já anteriormente explicitadas, diferentes das que se apresentam neste parágrafo. É por essa razão que preferimos reservar para a construção que ora nos ocupa a designação de "aposto adverbial".

Não se pode dizer que os nossos gramáticos desconheceram totalmente a existência do aposto adverbial, embora, de modo geral, não se tenham pronunciado a esse respeito.

Assim, José Oiticica, em seu Manual de análise, ao apresentar uma longa classificação dos apostos, cita, como exemplo de aposto adverbial, a expressão sublinhada na frase:

"Sente-se aqui, junto a mim" (57)

(57) Cf. p. 242 (nota).

E mais recentemente, Eurico Back e Geraldo Mattos, na Gramática construtural da língua portuguesa (1º vol), ao falarem das locuções compostas por aposição, apontam, entre outros, os seguintes exemplos:

"Dormirá aqui na cidade"

"Está ali no fundo" (58)

Contudo, não há nenhuma discussão sobre o fato. Os três autores limitam-se a constatá-lo, através dos exemplos citados.

As demais gramáticas são omissas com relação a esse caso.

Dentre as gramáticas estrangeiras, a única que faz referência, ao nosso conhecimento, a esse tipo de construção, é a Gramática moderna del español, de M. J. Sanchez Marquez, que, ao definir o termo acumulação, assim se expressa:

"Acumulación indica la suma de dos miembros más o menos análogos. Ej. 'Me hallo en Madrid, en la capital española'" (59).

E mais adiante, defendendo a necessidade do termo:

"(...), considero que valdría la pena conservar lo como más útil para los casos de 'duplicaciones, semánticamen

(58) Cf. p. 304.

(59) Cf. p. 46 (§ 75).

te necesarias o aclaratorias y sintácticamente con igual función;
 por no estar hasta ahora clasificadas en nuestras gramáticas o
 estando mal. Por ejemplo, en el primer caso hay gramáticos
 que dirían que 'en la capital española' es aposición, lo cual
 es una aberración" (60).

A passagem de S. Marquez tem alguns pontos cu-
 riosos: por um lado, o reconhecimento de que essas construções
 acumuladas não estão ainda classificadas, merecendo estudo mais
 acurado; por outro lado, a recusa em reconhecer no exemplo pro-
 posto um caso de aposição, quando o próprio trecho sublinhado
 pelo autor nos leva a essa classificação. Além disso, se elimi-
 narmos a preposição, obteremos: "Madrid, la capital española",
 onde a expressão sublinhada é, indiscutivelmente, um exemplo de
 aposto.

Não podemos, portanto, deixar de reconhecer a
 existência do aposto adverbial.

Todavia, no estudo dessa construção, há, ainda,
 um ponto a esclarecer: o fato de a expressão apositiva vir re-
 gida de preposição.

Como já observamos acima, à p.57, o aposto só
 pode vir preposicionado se o fundamental também estiver regido
 de preposição.

Ora, sucede que o advérbio corresponde a um sin-
 tagma preposicional, como já bem o observara a gramática filosó-
 fica. J. Soares Barbosa, em sua Gramática filosófica da língua

(60) Cf. p. 47.

portuguesa, na esteira da Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal, assim define o advérbio:

"Adverbio não é outra coisa mais do que uma reducção, ou expressão abreviada, da preposição com seu complemento em uma só palavra indeclinavel" (61)

Modernamente, é essa, também, a visão da gramática gerativo-transformacional (62).

Isso nos permite concluir que, tendo o advérbio a preposição em seu bojo, é natural que o aposto a ele ligado a pareça preposicionado. Ou ainda: o fato de o aposto adverbial vir preposicionado confirma que o advérbio equivale a um sintagma preposicional.

Passemos, agora, ao exame das construções de aposto adverbial, com vistas à sua descrição e classificação.

As mais frequentes são as de lugar.

Não são raros os casos de advérbio em aposição a outro: "lá fora", "cá dentro", em que os advérbios fora e dentro funcionam como apostos dos advérbios lá e cá, respectivamente.

A construção mais comum é constituída de advérbio seguido de sintagma preposicional em função apositiva:

"Leva-me longe, Ó Musa impassível e branca!

Longe, acima do mundo, imensidade em fora,

(61) Cf. p. 234.

(62) Cf.: Dubois, J. & Dubois-Charlier, F. - Eléments de linguistique française: syntaxe. Paris, Lib.Larousse, 1970 - p. 122-123.

onde, chamas lançando ao cortejo da aurora,
o áureo plaustro do sol nas nuvens solavanca".
(Francisca Júlia, "Musa impassível II", Poesias.
São Paulo, Cons.Est.de Cult., 1961 - p. 49).

Aqui, acima do mundo, sintagma preposicional, é
aposto do advérbio longe.

Às vezes, dá-se o inverso: um adjunto adverbial
preposicional é que aparece seguido de um advérbio em função a-
positiva:

"(...)/ai! lua cega de um cabo
perdido
nos confins da escuridade
lá onde os deuses se matam
de saudade" (Alphonsus de Guimaraens Filho,
"Lua verde", Antologia poética. 2.ed. Brasília,
Ed. do Autor, 1963 - p. 55).

O advérbio lá, aposto de nos confins da escuri-
dade, vem, por sua vez, expandido por uma oração adjetiva de
valor locativo (onde os deuses se matam...).

Pode ocorrer que um sintagma preposicional de
valor locativo apareça explicitando outro sintagma preposicio-
nal de mesmo valor:

"No alto da colina, entre mangueiras copadas, e-
dificava-se um espaçoso sobrado" (em Mota, O. - Lições de por -
tuquês, p. 58).

Não se trata de dois adjuntos adverbiais coordenados entre si. Não podemos ligá-los pela conjunção e ("*no alto da colina e entre mangueiras copadas"); além disso, o segundo está especificando o primeiro, o que confirma seu valor de elemento subordinado.

Mencionemos, ainda, a aposição adverbial exprimindo tempo.

Podemos encontrar, como no caso anterior, dois advérbios justapostos, sendo que o segundo explicita o primeiro: "ontem cedo", "amanhã cedo".

Ou então, o primeiro advérbio vem seguido de um sintagma preposicional: "hoje à noite", "ontem de madrugada".

Um sintagma preposicional temporal vem, frequentemente, modificado por outro de mesmo valor:

"Foi em março, ao findar das chuvas, quase à entrada

Do outono, quando a terra, em sede requeimada, Bebera longamente as águas da estação". (O. Bilac, "O caçador de esmeraldas", Poesias. 28.ed. Rio de Janeiro, Liv. F. Alves, 1964 - p.241).

As expressões sublinhadas não estão coordenadas; não admitem entre si a conjunção e, além de estarem explicitando-se entre si.

Temos, aqui, uma construção curiosa: em março vem seguido do aposto ao findar das chuvas, que, por sua vez, vem acompanhado do aposto quase à entrada do outono. A conjun-

ção quando, pela proximidade do antecedente outono, como que readquire o valor primitivo de pronome relativo, podendo ser analisada como introdutora de uma oração adjetiva de valor temporal.

Podemos, ainda, apontar a aposição adverbial de modo, constituída por um sintagma preposicional modificando um advérbio de modo: "assim de surpresa", "indiretamente, por meio de preposição", "miseravelmente, sem assistência".

Também aqui, não é raro encontrar um advérbio em aposição a outro: "falar assim alto", "cantar assim baixo".

Constatamos, portanto, que não há diferenças estruturais entre os tipos de aposição adverbial aqui examinados.

Resta assinalar que, em todos os exemplos apresentados neste parágrafo, o aposto adverbial pode vir entre pausas ou não.

Cabe, aqui, fazer as mesmas observações que fizemos a respeito do aposto substantival, que pode ser explicativo ou restritivo.

Quando o aposto adverbial se prende a um advérbio de sentido genérico (como aqui, assim) é restritivo e se justapõe sem pausas: quando especificar uma expressão de sentido específico, é explicativo e deve-se colocar entre pausas.

3.5 - Aposto oracional

O aposto oracional pode ser representado por

orações desenvolvidas e por orações reduzidas.

3.5.1 - Orações desenvolvidas

As orações desenvolvidas, em função apositiva, geralmente se ligam a um elemento da oração antecedente:

"Tive um movimento espontâneo: atirei-me em seus braços" (M. de Assis, OC, II, 104, em: Cunha, C. - Gramática da língua portuguesa, p. 163) - a oração apositiva sublinhada refere-se a movimento espontâneo;

"No trono assentava-se um monarca que, para lhe galgar as escadas, praticou este duplo heroísmo: encarcerou o irmão e tomou-lhe a esposa" (P. Barreto - "Gregório de Matos" - Conferências (1914-1915)). São Paulo, Tip. Levi, 1916, p. 86) - as orações apositivas, coordenadas entre si, referem-se a duplo heroísmo.

Pelos exemplos apresentados, podemos observar que a oração apositiva se coloca, geralmente, após a oração antecedente, porque o termo fundamental se coloca no fim desta.

Entretanto, se o fundamental estiver no início da oração antecedente, a oração apositiva pode pospor-se imediatamente a ele, assumindo a feição de uma oração parentética:

"O meu ideal, que fosses médico, havia de realizar-se" (exemplo extraído de: Corrêa, G.G. - 2500 exercícios graduados, p. 70) - a oração que fosses médico está posposta ao fundamental ideal, colocação não obrigatória, porque poderíamos ter: "O meu ideal havia de realizar-se: que fosses médico".

Temos, neste último exemplo, a presença da conjunção subordinativa que, explicável por um fenômeno de cruzamento sintático.

A respeito da frase: "Peço-te um favor, que me guardes estas cartas", J. Oiticica, no Manual de análise, esclarece o problema da presença da conjunção integrante:

"É que, neste caso, houve cruzamento das duas construções, apositiva e subordinativa. Cruzaram-se: peço-te um favor: guardares-me estas cartas e peço-te que me guardes estas cartas". (63)

Em certos períodos, quando a oração apositiva se refere não a um termo da oração antecedente, mas a esta como um todo, o caráter de aposição é menos perceptível.

Examinemos os exemplos seguintes:

"Não tive filhos: não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria" (M. de Assis - Mem. póst. de B. Cubas. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977 - p. 301);

"A lua escondera-se; mudara o tempo: o céu, de limpo que estava, fizera-se cor de lousa, sentia-se um vento úmido de chuva" (A. Azevedo - O cortiço. São Paulo, Liv. Martins Edit. S.A., |s.d.| p. 137).

(63) Cf. p. 249-250. Para o autor, as apositivas são justapostas, que ele opõe às subordinadas.

Nos exemplos acima, as orações sublinhadas são apositivas.

Diferentemente dos períodos apresentados no início deste parágrafo, elas incidem sobre o conjunto da oração antecedente, explicando-o. Acrescente-se que estão separadas por pausa acentuada, representada por dois pontos.

Nesses casos, as orações sublinhadas são classificadas comumente como coordenadas assindéticas. Um exame atento, porém, mostrará o seu caráter apositivo e, portanto, subordinativo.

No caso do período composto por coordenação, as orações componentes vêm também separadas por pausa. Contudo, exprimem a idéia de simples acréscimo (aditivas), de oposição, contraste (adversativas) ou de alternância (alternativas).

Além disso, podemos sempre restabelecer a conjunção omitida, correspondente à noção que a oração exprime.

Assim, retomando alguns exemplos apresentados por Adriano da Gama Kury, em Lições de análise sintática:

"Sacudi-a, ela foi pousar na vidraça" (M. de Assis, BC, 99) - a oração sublinhada indica ação sucessiva e podemos, perfeitamente, anteceder-la de e;

"Entrei; ninguém reparou em mim: todos estavam como pasmados" (Herc., MC, 15) - a segunda oração exprime contraste, podendo anteceder-se de mas.⁽⁶⁴⁾

(64) Cf. p. 58 e 60.

Pelo contrário, no caso das apositivas, notam-se uma diferença semântica e uma diferença formal, com relação às orações coordenadas.

Semanticamente, indicam uma explicitação da oração antecedente; formalmente, podemos sempre antepor-lhes uma expressão parentética, como isto é, a saber. Antecedidas de e, ou, mas, constituiriam estruturas canhestras ou inaceitáveis.

Por exemplo, no período extraído de M. de Assis:

"Não tive filhos: (isto é) não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria".

Se, no lugar de isto é, colocarmos as conjunções coordenativas e, ou, mas, obteremos resultados estranhos ou inadmissíveis.

A propósito, de modo geral o aposto pode vir antecedido pela intercalada isto é, conforme assinalam E. Back e G. Mattos no primeiro volume de sua Gramática construtural da língua portuguesa, ao levantar os recursos de reconhecimento da aposição:

"I. entre os elementos (em aposição) pode-se intercalar uma cláusula, em tom muito grave; a mais comum: isto é ..." (65).

3.5.2- Orações reduzidas em construção conjunta

Utilizamos, aqui, a expressão "construção con -

(65) Cf. p. 44.

junta" para nos referirmos às orações reduzidas que, não tendo sujeito expreso, se prendem a um elemento da subordinante.

J. R. Macambira, em A estrutura da oração reduzida, denomina-as "orações reduzidas relativas" (66), designação que nos parece menos feliz do que "construção conjunta", que tem a vantagem de sugerir o emprego justaposto das formas verbo-nominais, e que tomamos ao Esbozo de una nueva gramática de la lengua española, da Real Academia Española, onde, à p. 483, se lê:

"b) En las oraciones compuestas, los tres pueden construirse como elementos sintácticos incorporados de una oración subordinada (construcción conjunta), o pueden adquirir cierta independencia oracional, equivalente a una subordinada circunstancial (construcción absoluta). (67)

Vamos, neste parágrafo, ocupar-nos do emprego a positivo das formas verbo-nominais, ainda não suficientemente estudado.

Assim, exemplo de infinitivo em função apositiva, temos em:

"Era essa a sua intenção: espezinhar, ou talvez domar a minha pelintrice com o grosso tacão do seu dinheiro" (F. Namora, Ret. da vida de um médico, 2a. série, p.123, em Maurer Jr., T.H. - O infinito flexionado português. São Paulo, Cia.

(66) Cf. p. 47.

(67) Real Academia Española - Esbozo de una nueva gramática de la lengua española. 1.ed. Madrid, Espasa-Calpe S.A., 1974.

Edit. Nac., 1968 - p. 110).

A oração infinitiva apositiva pode, às vezes, antepor-se com relação ao fundamental:

"Dar-lhe recursos e bons conselhos, muitas vezes lhe quis propor este acordo" (C.C. Branco, O esqueleto, p. 44, em: Oiticica, J. - Revista filológica (nº 3), p. 16).

O gerúndio apositivo liga-se, geralmente, ao sujeito da oração subordinante, dela separando-se por vírgula, e equivale a uma oração adjetiva explicativa:

"... o rugir do bosque, debatendo-se (= que se debate) nas asas da tempestade, era uma cantilena de repouso" (Herc., Eur, 26). (68)

Pode aparecer coordenado a um adjetivo em aposição, o que nos permite falar no uso apositivo dessa forma verbal, como se observa nos versos seguintes:

"Rindo e cantando, céleres e ufanos,
vamos marchando descuidosamente" (A. Tomás,
"Contrastes", in D. Tomás Ramos - Pe. A. Tomás
príncipe dos poetas cearenses. Fortaleza, Tip.
Paulina, 1950, p. 61).

Nesses dois versos, os gerúndios rindo e cantando referem-se ao pronome sujeito nós, oculto, e estão coordenados aos adjetivos céleres e ufanos, também em aposição ao pronome

(68) Ex.extraído de: Brandão, Cláudio - Sintaxe clássica portuguesa. Belo Horizonte, Impr.da Univ.de M.Gerais, 1963 - p. 480.

me nós.

Acrescentemos, ainda, que o gerúndio pode comutar com um adjetivo em aposição:

"Os alunos, temerosos dos resultados, esforçaram-se mais"

"Os alunos, temendo os resultados, esforçaram-se mais".

Além de seu valor adjetival, o gerúndio exprime uma circunstância da oração subordinante.

As principais circunstâncias expressas são as seguintes:

a) tempo:

"... perlongando (= depois que perlongou, depois de perlongar) ao longo da costa, foi surgir diante de Calicute" (Cast., Hist., l^o 34);

b) meio:

"... estes duram pouco, porque a inveja os derriba, armando-lhes (= com armar-lhes) precipícios" (Arte de furtar, 48),

c) modo:

"... o céu se abria, fuzilando sobre a terra de uma parte e outra" (Godinho, Rel., p.77);

d) causa:

"Mas o leal vassalo, conhecendo (= porque conhece) Que seu senhor não tinha resistência,

/Se vai ao Castelhana" (Lus., III, 36);

e) condição:

"Da pouca gente o fraco peito humano/Não te
ve resistência e, se a tivera,/ Mais dano,
resistindo (= se resistisse), recebera" (Lus.
II, 69);

f) concessão:

"... um lince não vê tanto, passando (= ain-
da que passe) sete paredes com a vista" (J.
F. de Vasc., Eufr., a. 19, cena 1a.)⁽⁶⁹⁾.

Observemos que, nos exemplos acima, as orações gerundiais estão entre pausas e são permutáveis no interior do período.

Assim, o primeiro exemplo poderia estar sob a forma:

"... debatendo-se nas asas da tempestade, o rugir do bosque era (...)"

Pela mobilidade que apresentam e pelo valor circunstancial, aproximam-se do aposto adjetival.

À semelhança do gerúndio, o particípio passado também pode aparecer coordenado a um aposto, o que nos leva a reconhecer um emprego apositivo para essa forma verbal, como se pode verificar no exemplo abaixo:

"(ele) Permanece/porque, sombra eremita de um

(69) Todos, exs. extraídos de: Brandão, C. - op. cit., p.480 - 483.

rebanho, /perdido entre jordões e jericões,/ se chega à manjedou -
ra de Belém,/(...) " (H. Homem, "O menino e seu Natal" - Neste
e noutros Natais. Rio de Janeiro, Ed. Sabadoyle, 1977, p. 5-6).

O participio apositivo também equivale a uma
oração adjetiva explicativa:

"Era chegada a vigília dos dois príncipes dos
Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, tão celebrados sempre na Cristan-
dade" (Cast., Q.Hist., 3º, 22, em: Brandão, C. - op. cit., p.
475.).

Pode, também, exprimir circunstâncias, tais co-
mo:

a) tempo:

"Daqui engrossado com as tiufadias de Teodomí-
ro ..., o exército de Ruderico devia marchar para acometer os
árabes" (Herc., Eur., 83);

b) causa:

"Edificado então, o moço se lançou aos pés
do Santo e lhe pediu perdão" (Bern., N. Flor., 1º, 246);

c) condição:

"Praticado por outra pessoa, este ato não
mereceria censura";

d) concessão:

"Este quadro, pintado embora por artista de
fama, não agrada" (70).

(70) Exs. extraídos de: Brandão, C. - op.cit., p. 476.

Notemos, também, que as orações participiais se encontram entre pausas e são permutáveis. Por exemplo, retomando a frase do item c):

"Este ato não mereceria censura, praticado por outra pessoa".

Todas essas considerações nos permitem estabelecer um paralelismo entre o adjetivo, o gerúndio e o particípio, em aposição.

Como o gerúndio em referência ao substantivo corresponde ao particípio presente do latim, seu valor é, também, adjetival, o que explica a associação com o particípio passado e com o adjetivo propriamente dito.

3.6 - O discurso direto como aposto

Outro caso interessante de aposição, não pacificamente aceito por nossos gramáticos, é o discurso direto.

Por sua correspondência com o discurso indireto, é visto por alguns como um exemplo de construção em função de objeto direto. É essa a posição de Rocha Lima, que, na Gramática normativa da língua portuguesa, analisando o período: "Aristóteles costumava dizer aos seus amigos: 'Não há amigos' ", observa:

"A oração sublinhada desempenha a função de objeto direto de 'dizer'; é, pois, parte da oração principal. Então, há de classificar-se como: subordinada substantiva objetiva direta.

Quanto à forma, não se apresenta nem como desenvolvida, nem como reduzida - e, sim, como justaposta.

Se transpusessemos este período para o discurso indireto, teríamos uma oração igualmente subordinada substantiva objetiva direta - porém de forma desenvolvida:

Aristóteles costumava dizer aos seus amigos/ que não havia amigos" (71).

Outra é a posição de José Oiticica, que vê nessa construção um exemplo de aposição. No Manual de análise, às p. 240-241, a respeito da frase: "Eu lhe disse: despreza os cortejadores", afirma:

"Nesse exemplo, a oração despreza os cortejadores é uma oração enunciativa apostá, pois está apenas ao pronome demonstrativo isto.

Na análise, sempre que ocorre uma enunciação, o que se assinala com dois pontos, não devemos fechar o período nos dois pontos, como se faz comumente, contra o bom senso, mas tornar claro o pronome isto objeto direto, e fazê-lo acompanhar da oração apostá ou, às vezes, numerosas orações".

Creemos que a solução proposta por J. Oiticica é a que está mais de acordo com os fatos. Entretanto, faltam na exposição do autor argumentos que comprovem sua posição e que passamos a discutir em seguida.

(71) Cf. p. 238 (Observação).

Já tivemos ocasião de assinalar que o verbo e o objeto direto formam um grupo rítmico, chegando, às vezes, a constituir verdadeiras lexias, como se pode verificar nas seguintes expressões: lançar mão, abrir mão, seguir viagem, etc. (cf. p. 62).

Ora, na construção que estamos examinando, o discurso direto aparece separado da oração introdutora por uma pausa representada pelos dois pontos.

Os dois pontos introduzem com frequência uma expressão de valor explicativo, portanto apositiva, como se pode confirmar pelos versos seguintes:

"Por isso o lixeiro/no trato do sujo,/não põe-se a tocã-lo/com dengues e luxo. / se lança completo /na sua tarefa: /nenhum dramatismo /nem nojo ou careta. /coleta detritos/ de flores de jarro /igual que da fossa /gordura /escarro/" (M. de Oliveira, "Do lixeiro" - Ventonovo. Curitiba, Ed. Cooperat. de Escrit., 1977, p. 67).

O substantivo tarefa aparece explicitado pelo segmento que vai de nenhum dramatismo a escarro, de valor apositivo, separado do fundamental pelos dois pontos.

Assinalemos, ainda, que, com exceção das apositivas, as demais substantivas não se separam da oração principal por pausa.

Outro fato importante a considerar é o paralelismo de certas construções.

Assim, examinando o par:

"O guarda me disse isto: recolha aquele carro"

"O guarda me disse: recolha aquele carro",

não hesitaremos em reconhecer, no primeiro período, que a oração sublinhada é apositiva.

No entanto, seria estranho considerar que a oração recolha aquele carro, no segundo período, é objetiva direta. A estrutura do período é praticamente a mesma do anterior, a pausa é, também, a mesma; houve apenas a omissão do objeto direto isto.

O paralelismo dos dois períodos nos leva a postular a mesma análise para os dois; a oração sublinhada é apositiva nas duas construções, referindo-se a um fundamental expresso, no primeiro, e a um fundamental oculto, no segundo.-

A respeito do objeto direto oculto, são esclarecedoras as observações de Mário Perini:

"A gramática tradicional corretamente analisa (61) (refere-se o autor à frase: "já comeram o bolo") como contendo um 'sujeito indeterminado' - partindo da observação de que certamente existe aí um sujeito, apenas não foi especificado. Por outro lado, a análise tradicional falha em não reconhecer igualmente a existência de um 'objeto indeterminado' em (55):

(55) Sônia já comeu

onde os fatos semânticos são exatamente paralelos, ou seja, existe um SN (sintagma nominal) que não foi especificado" (72)

(72) Perini, M. - A gramática gerativa. Belo Horizonte, Edit. Vigília Ltda., 1976 - p. 189.

Acrescentemos que a postulação do objeto direto não é arbitrária, pois não são raros os casos em que ele ocorre, em construções de discurso direto:

"Eu disse-lhe apenas uma palavra: Cheguei!"

"Vou confessar-lhe uma coisa: Perdi as certidões". (73)

Como esses objetos fazem parte de um repertório reduzido, portanto facilmente subentendível, é freqüente sua omissão. Às vezes, temos até a omissão do verbo introdutor, quando este é dizer, perguntar, responder. É o que se pode verificar no período seguinte:

"E aqui, tirando do seio um pergaminho, e beijando-o como relíquia santa de uma alma: - Aí tendes palavras suas, e por sua mão escritas para vós; é o testamento de sua experimentada sabedoria; é a escritura de vossa futura fama. To mai-o" (Cast., Quadros hist., I, p. 98, em: Barreto, Mário - De gramática e de linguagem, p. 179), onde, depois de alma, se subentendem não só o verbo disse, mas também o objeto direto isto (ou estas palavras, o seguinte). Se não hesitamos em subentender o verbo, é contraditório negarmos a possibilidade de subentendimento do objeto.

Na linguagem popular, mesmo o discurso indireto aparece em construção apositiva. Ouvimos freqüentemente construções como: "Ele disse assim que ...", "Ele respondeu assim que ...", em que a oração introduzida por que aparece como apos

(73) Exs. extraídos de: Ney, J. Luiz - Guia de análise sintática. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1956 - p. 156.

to, explicitando o advérbio assim.

Todos esses fatos nos levam a concluir que a construção em discurso direto é, na realidade, um caso de aposição, como bem o viu J. Oiticica.

Resta, contudo, um problema a ser elucidado.

No discurso indireto, temos uma construção objetiva direta: "Eu lhe disse que desprezasse os cortejadores". Da da a correspondência entre os discursos direto e indireto, como explicar a diferença de construção?

Creemos que a construção em discurso indireto está relacionada com uma estrutura de oração intercalada: "Despreza os cortejadores, disse-lhe eu (interc.)", e não propriamente com o discurso direto. É o que procuraremos mostrar no capítulo 6, § 6.1.

Encerrando nossas considerações a respeito do discurso direto, cabe assinalar que suas dimensões são muito variáveis.

Pode constar de uma simples frase nominal exclamativa, como nos versos:

"Mas na onda do mar, que, irado, freme/Tornando a aparecer desde o profundo, / - Ah! Diogo cruel! - disse com mágoa, - /E sem mais vista ser, sorveu-se na água" (Sta. Rita Durão - Caramuru, c. VI, est. XLII. Rio de Janeiro, Liv. Agir Edit., 1961, p. 86). (a rigor, duas frases exclamativas).

Pode, também, ser representado por um período:

"Mas sei que meu anjo/ negro já não tarda, /por isso vos peço, /meu anjo da guarda, /livrai-me de tudo/ o que é moda e que arda/ como chama vã/no vão da vanguarda" (G. M. Teles, "Prece" - Arte de armar. Rio de Janeiro, Imago Edit., Ltda. 1977, p. 18).

É muito comum encontrarmos vários períodos sucessivos, como nos versos seguintes:

"Dizei vós: 'Triste do bardo!/Deixou-se de amor finar!/Viu uns olhos verdes, verdes, /Uns olhos da cor do mar : /Eram verdes sem esperanças, /Davam amor sem amar!' " (G. Dias, "Olhos verdes" - Poesias de A. G. Dias. Rio de Janeiro, Ed. do Anuário do Brasil, 1870, p. 97).

O segmento em função de discurso direto pode variar desde uma oração até um conjunto de períodos. É por essa razão que o isolamos do parágrafo referente ao aposto oracional.

CAPÍTULO 4: A COLOCAÇÃO DO APOSTO NA ORAÇÃO

O problema da colocação dos termos na oração e das orações no período, bem como as possibilidades de permutação, não mereceram ainda, ao nosso conhecimento, um estudo aprofundado. As gramáticas e os manuais de lingüística têm apresentado observações genéricas e esparsas sobre o assunto.

Trata-se, na realidade, de um assunto bastante complexo. Por um lado, os fatores que justificam a colocação e a mobilidade dos termos e orações são múltiplos; por outro, de determinado caso de colocação é sempre explicável por uma superposição de fatores.

A título de ilustração, examinemos a seguinte expressão, extraída do conto O espelho, de Machado de Assis:

"Tudo silêncio, um silêncio vasto, enorme, infinito, (...)" (Obra completa, (Vol. II), p. 345).

A ordem dos adjetivos obedece a um critério semântico; há um crescendo semântico, uma gradação.

Todavia, observemos que vasto tem duas sílabas, enorme, três, e infinito, quatro; há, paralelamente, um crescendo rítmico.

Portanto, a colocação desses adjetivos está subordinada a dois fatores simultâneos: semântico e rítmico. É raro encontrarmos um fator isolado.

Neste capítulo, trataremos do problema da colocação do aposto.

Não se pode isolar esse problema do estudo da colocação dos outros termos oracionais, mas a falta de pesquisa sobre o assunto nos obriga a estabelecer dois limites às nossas considerações: só nos ocuparemos de alguns casos mais curiosos e privilegiaremos os fatores sintáticos (o que não implica desconhecimento de que há, na maioria das vezes, paralelamente, a interferência de outro(s) fator(es) de outra natureza).

Vimos, no capítulo anterior, que C. Baylon e P. Fabre chamam a atenção para a mobilidade do aposto adjetival, em contraste com a relativa fixidez do aposto substantival ⁽¹⁾.

Antes de discutirmos essa afirmação, assinalemos que existe a tendência para ver o aposto como elemento geralmente posposto, dando-se pouca atenção aos casos de anteposição desse termo.

O aposto substantival pode aparecer antecedido de artigo, caso em que exprime identidade; desacompanhado de artigo, indica qualidade. Observe-se o fato no exemplo seguinte:

"César, o célebre general romano, morreu às mãos de Bruto, ardente republicano, no coração de Roma, a cida-

(1) Cf. Grammaire systématique de la langue française, p. 168-169.

de eterna" (em Mota, Otoniel - Lições de português, p. 24). (O primeiro e o terceiro apostos são identificadores; o segundo é qualificativo).

O aposto de identidade não é móvel com relação ao fundamental; sua posição é fixa na frase.

Assim, o exemplo proposto por Cláudio Brandão, em sua Sintaxe clássica portuguesa:

"O maior chefe da nação tabajara, Irapuã, desce
ra do alto da serra Ibiapaba" (Iracema, 26),
em que o autor assinala a anteposição do aposto ao fundamental Irapuã ⁽²⁾, não é, a nosso ver, pertinente.

A pausa entre Irapuã e o verbo descera, representada pela vírgula, não nos permite ver em Irapuã o sujeito, o qual não pode separar-se, por vírgula, do predicado correspondente. Portanto, o sujeito é o maior chefe da nação tabajara, sendo Irapuã o aposto desse sujeito.

Ocorre que, entre o fundamental e o aposto, houve uma relação de identidade, o que permite uma troca entre eles. Tanto posso dizer: "O maior chefe da nação tabajara, Irapuã", como "Irapuã, o maior chefe da nação tabajara". Sintaticamente, o aposto é sempre o elemento intervirgulado: no primeiro caso, é Irapuã, e no segundo, é o maior chefe da nação tabajara.

No exemplo de C. Brandão, foi o caráter semântico mais explícito de o maior chefe da nação tabajara que o le-

(2) Cf. p. 118.

vou a ver, nessa expressão, um exemplo de aposição anteposta.

Por sua vez, o aposto de qualidade, desacompanhado de artigo, pode antepor-se ao fundamental:

"Homem sagaz, o vigário contornou a situação"
(em Macambira, J.R. - A estrutura morfo-sintática do português, p. 342).

Não pode, contudo, figurar no fim da frase, por razões que explicitaremos quando tratarmos da colocação do aposto circunstancial.

observemos, ainda, que o aposto anteposto tem um valor circunstancial mais pronunciado. No exemplo citado, o valor causal é mais perceptível na construção anteposta do que na construção posposta; compare-se com: "O vigário, homem sagaz, contornou a situação" (aqui, o valor qualificativo fica mais ressaltado).

Quando o fundamental é um pronome pessoal complemento (ou um pronome possessivo), a anteposição do aposto é obrigatória:

"Senhor dos segredos da harmonia, corriam-lhe os versos com a fluidez da linfa" (em Maciel, M. - Gramática descritiva, p. 302).

Retomando, agora, as considerações de C. Baylon e P. Fabre, podemos afirmar que não é a mobilidade a marca distintiva dos apostos adjetival e substantival, pois são ambos móveis.

Nem sequer se pode dizer que o aposto adjetival é mais móvel do que o substantival.

O adjetivo em aposição, quando exprime modo, tem, realmente, maior mobilidade; pode colocar-se no fim da frase, o que vimos não poder ocorrer com o substantivo aposto. Confir mam-no os exemplos abaixo:

"Os sinos, alegres, repicavam";

"Alegres, os sinos repicavam";

"Os sinos repicavam, alegres".

Entretanto, quando o adjetivo aposto exprime causa, sua mobilidade é limitada; sua colocação no fim da frase redonda em enunciado inaceitável:

"O garoto, doente, não pôde fazer prova";

"Doente, o garoto não pôde fazer prova";

"*O garoto não pôde fazer prova, doente" (frase inaceitável).

Portanto, a possibilidade de permutação não é a marca distintiva entre os apostos adjetival e substantival nem constitui argumento para negar o caráter apositivo do adjetivo.

No capítulo anterior, quando tratamos do aposto circunstancial, assinalamos que, de modo geral, ele se coloca à esquerda da oração a que pertence.

Retomando alguns dos exemplos apresentados:

"Trabalhador honesto, nunca foi repreendido pelos seus chefes";

"Viúva, Clotilde se retirou para um mosteiro",

podemos verificar que essa posição não é, a rigor, obrigatória; o aposto pode figurar à direita do fundamental:

"Clotilde, viúva, se retirou ..."

Em "Trabalhador honesto, nunca foi repreendido ...", a anteposição do aposto é obrigatória porque o fundamental é um pronome pessoal oculto. Entretanto, se imaginarmos um sujeito substantivo, a mobilidade do aposto passa a ser admitida:

"Trabalhador honesto, aquele rapaz nunca foi repreendido";

"Aquele rapaz, trabalhador honesto, nunca foi repreendido".

Observemos, todavia, que, em todos esses exemplos, a posposição do aposto implica a perda do caráter adverbial, em benefício de um valor mais atributivo.

Queremos, contudo, assinalar que o aposto pode ter, também, valor circunstancial porque, como elemento procedente de uma subordinada adjetiva explicativa, acaba herdando desta as noções circunstanciais que ela acumula. A respeito dos valores circunstanciais das adjetivas explicativas, assinala, entre outros, L. Tesnière:

"11. - Les propositions subordonnées adjectives accessoires sont en général connues sous le nom d'explicatives; qui n'est pas tout à fait exact, puisque la notion circonstancielle que comporte accessoirement la subordonnée adjectivale (cf. chap. 247, § 3 sqq.) peut être non une circonstance causale (cf. chap.

247, § 4), mais une notion circonstancielle tout autre que causale: finale (cf. chap. 247, § 6), concessive (cf. chap. 247, § 7)". (3).

A designação de explicativas já implica, portanto, o reconhecimento de certo valor adverbial, como se pode depreender da passagem de L. Tesnière.

Podemos, assim, deduzir que a diferença de valor circunstancial entre o aposto explicativo e o circunstancial propriamente dito é apenas uma questão de grau, sendo muito mais acentuado neste último.

Portanto, quando falamos no valor atributivo ou explicativo do aposto, estamos dando um sentido relativo, e não absoluto, a essas expressões.

Feitas essas ressalvas, voltemos ao exame dos exemplos acima apresentados.

Observávamos que há uma sensível perda do valor adverbial com a posposição do aposto; pelo contrário, sua anteposição vem acompanhada de forte caráter circunstancial: causal, no primeiro exemplo; causal/temporal, no segundo.

Para explicar esse fato, é necessário fazer algumas considerações prévias sobre as orações subordinadas adverbiais em geral.

Antes disso, vamos apresentar e esclarecer as

(3) Eléments, p. 559.

noções de "monema ⁽⁴⁾ funcional" e "sintagma autônomo", de André Martinet:

"Nous appellerons monèmes fonctionnels les monèmes qui servent à indiquer la fonction d'un autre monème" (o autor refere-se às preposições, pronomes relativos e conjunções subordinativas) ⁽⁵⁾.

"Un syntagme autonome est une combinaison de deux ou plus de deux monèmes dont la fonction ne dépend pas de sa place dans l'énoncé". ⁽⁵⁾

A. Martinet observará, mais adiante, que é geralmente, a presença de um monema funcional que assegura ao sintagma a sua autonomia.

Voltando às orações subordinadas adverbiais, podemos constatar que elas são introduzidas por conjunções subordinativas, monemas funcionais, de valor explícito: embora exprime concessão; se exprime condição, etc. São, portanto, sintagmas autônomos, o que lhes possibilita certa mobilidade no interior do período; comparem-se:

"Sairei, embora chova" - "Embora chova, sairei";

"Não sairei, se chover" - "Se chover, não sairei";

Ora, já assinalamos que o aposto circunstancial corresponde ao predicativo de uma subordinada adverbial, com elipse do conectivo e do verbo de ligação. Representante de uma subordinada adverbial, esse aposto pode permutar pela frase, à semelhança do que ocorre com a oração circunstancial.

(4) Hoje, a designação mais usual é morfema.

(5) Eléments de linguistique générale, p. 112.

Contudo, há duas ressalvas que fazer.

A primeira consiste em reconhecer que a mobilidade da oração subordinada adverbial é maior. Voltemos a utilizar um dos exemplos acima apontados, reintegrando o aposto na oração primitiva, para observarmos todas as possibilidades de permutação:

"Quando ficou viúva, Clotilde se retirou para um convento";

"Clotilde, quando ficou viúva, se retirou ...";

"Clotilde se retirou para um convento, quando ficou viúva".

Dessas permutações resultam frases todas aceitáveis.

Eliminando o monema funcional e o verbo de ligação obteremos o aposto, que, embora também permutável, não aceita todas as posições da oração correspondente:

"Viúva, Clotilde se retirou para um convento";

"Clotilde, viúva, se retirou ...";

"*Clotilde se retirou para um convento, viúva".

frase inaceitável.

Observação: - Se eliminássemos o verbo de ligação, conservando o conectivo, a expressão resultante teria as mesmas possibilidades de permutação da oração subordinada adverbial:

"Quando viúva, Clotilde se retirou para um convento";

"Clotilde, quando viúva, se retirou ..."

"Clotilde se retirou para um convento, quando viúva".

Essa diferença com relação aos exemplos acima, bem como a presença do elemento conectivo, levaram-nos a considerar o caso que estamos examinando nesta observação como exemplos de oração subordinada adverbial temporal de verbo elíptico, e não propriamente um caso de aposição.

Creemos que a explicação, para essa falta de paralelismo com relação às subordinadas adverbiais correspondentes, reside no fato de que o aposto está desacompanhado do monema funcional, ou seja, do elemento que autonomiza o sintagma. Sendo assim, há uma perda (embora parcial) do caráter autônomo, o que justifica a possibilidade limitada de permutação do elemento apositivo.

O que se constata, enfim, é que a mobilidade do aposto não lhe permite distanciar-se muito da órbita do fundamental.

Passemos, agora, à segunda ressalva.

Verifica-se, pelos exemplos apresentados, que o aposto posposto tem o caráter mais atributivo; quando se afasta do fundamental, antepondo-se ou pospondo-se à distância, o caráter circunstancial passa a ser mais perceptível.

O fato é perfeitamente explicável; o aposto , como determinante geralmente ligado a um substantivo, tem, necessariamente, pontos em comum com o adjetivo. À medida que se distancia do fundamental, é natural que perca essa caráter atributivo, sobretudo porque, como elemento procedente de uma adjetiva explicativa ou de uma subordinada adverbial, tem, paralelamente, no seu bojo, o valor circunstancial.

Portanto, o valor circunstancial está associado ao deslocamento, o que nos permite concluir que o chamado "aposto circunstancial" é um caso menos específico do que se pode pensar.

O que as gramáticas apontam como aposto circunstancial são, na realidade, exemplos de apostos distanciados ao máximo do respectivo fundamental. Reaproximando-os deste, perceberemos que o valor adverbial se atenua.

Trata-se, portanto, de um problema de grau; o aposto explicativo e o circunstancial não se extremam como sugerem nossas gramáticas.

Outro tipo de aposto, de grande mobilidade no interior da frase em que figura, é o vocativo.

Essa mobilidade é tão livre que ele pode deslocar-se para a oração subordinada, quando esta é anteposta à principal:

"E enquanto eu estes canto, e a vós não posso,
Sublime Rei - que não me atrevo a tanto -
 Tomai as rédeas vós do Reino vosso:" (Os Lus., I, 15).

O uso do imperativo na oração principal, exprimindo uma ordem, leva-nos a prender a essa oração o vocativo Su blime Rei, que, no entanto, se antecipou, figurando na subordinada anteposta. Essa antecipação é menos aceitável se imaginarmos a subordinada posposta.

Nos exemplos de aposto resumitivo (designação imprópria, como mostramos no capítulo anterior), o verdadeiro aposto aparece, geralmente, antecipado com relação ao pronome fundamental:

"Jogos, conversações, espetáculos, nada o tirou do seu retiro" (em Maciel, M, - Gram., p. 301).

Creemos que, aqui, o fator da anteposição é de natureza semântica (sem negarmos a possibilidade da existência de outro(s) fator(es) paralelo(s)).

O pronome indefinido sujeito retoma e resume os elementos anteriores, representados pelo aposto. É natural que se coloque depois deste, representando o todo uma espécie de gradação; destacam-se os elementos, até chegar a uma visão global do conjunto.

Entretanto, é um tipo de aposição que pode, também, pospor-se, como o mostra o exemplo abaixo:

"Nada os intimidava: nem as ameaças do presidente, nem a moção dos católicos, nem a defecção de um deles" (em Oiticica, José - Revista filológica, 3, p. 19).

Não são raros exemplos de aposto transfrástico

anteposto. O fato é perceptível, evidentemente, ao nível textual.

Examinemos, a título de ilustração, o poema "Martírio", de Junqueira Freire:

"Beijar-te a fronte linda:
Beijar-te o aspecto altivo:
Beijar-te a tez morena:
Beijar-te o rir lascivo:

Beijar o ar, que aspiras:
Beijar o pó, que pisas:
Beijar a voz, que soltas:
Beijar a luz, que visas:

Sentir teus modos frios:
Sentir tua apatia:
Sentir até repúdio:
Sentir essa ironia:

Sentir que me resguardas:
Sentir que me arreceias:
Sentir que me repugnas:
Sentir que até me odeias:

Eis a descrença e crença,
Eis o absinto e a flor,
Eis o amor e o ódio,
Eis o prazer e a dor!

Eis o estertor da morte,
Eis o martírio eterno,
Eis o ranger de dentes,
Eis o penar do inferno!"

(Obras póstumas de J.F. 4. ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, (s.d.), p. 79-80).

Na quinta e sexta estrofes temos a partícula de designação eis, repetida várias vezes e introduzindo os objetos diretos seguintes; não se pode, portanto, dizer que as orações infinitivas das quatro primeiras estrofes são sujeitos de eis, pois esse vocábulo não admite sujeito.

Na verdade, todas as orações infinitivas, destacadas por pausas e explicitando os objetos diretos de eis, são

exemplos de apostos antecipados a esses objetos diretos. A rigor, há um bloco de quatro estrofes em aposição anteposta.

Esse fenômeno é comum ao nível textual. Apesar do interesse que apresenta, sobretudo pelas implicações estilísticas, não podemos examiná-lo, mais detalhadamente, aqui, porque nossas considerações se circunscrevem ao nível do período (6).

(6) Para uma visão mais ampla do problema, consultem-se os esquemas de decomposição e recomposição de textos do prof. Dr. Isaac Nicolau Salum (p. ex., caderno nº 11: Abordagem linguístico-retórica do texto, 12/10/1979 - 45 p.).

CAPÍTULO 5: AS CONSTRUÇÕES COM AS FORMAS VERBO-NOMINAIS

As formas verbo-nominais (infinitivo, particípio e gerúndio), constituindo ou não o que se chama de "orações reduzidas", sempre foram objeto de estudo acurado, embora, a nosso ver, não se tenha ressaltado o seu caráter de construções freqüentemente justapostas.

Neste capítulo, não nos preocuparemos com problemas já bastante explorados em nossas gramáticas: o caráter oracional ou não dessas construções, os limites da oração reduzida, etc.

Considerando que as formas verbo-nominais vêm freqüentemente acompanhadas de expansões, como sujeito e complementos, à semelhança do que ocorre com as orações ditas "desenvolvidas", aceitamos a existência de orações reduzidas. Entretanto, o que reterá nossa atenção é o caráter justaposto dessas estruturas e suas implicações.

5.1 - As orações reduzidas absolutas

Quanto têm sujeito exposto, diferente do sujeito da oração subordinante, as reduzidas são chamadas de absolutas, designação que pretende salientar a falta de relação gramatical com qualquer termo de subordinante:

"Ao amanhecer o dia, eu despertei". (in Macambira, J.R. - A estrutura da oração reduzida, p. 47);

"Destruída Cartago, Roma ficou em paz". (id. ibid., p. 83);

"Reinando Augusto, nasceu-nos o Messias" (id. ibid., p. 108).

Assinale-se, todavia, que as reduzidas absolutas não podem constituir enunciados independentes: *Ao amanhecer o dia, *Destruída Cartago, *Reinando Augusto. Trata-se portanto, de orações subordinadas.

Acrescentemos que elas exprimem, geralmente uma circunstância da subordinante.

As reduzidas de infinitivo não se isolam, necessariamente, por pausa e seu sujeito pode estar anteposto ou posposto ao infinitivo:

"É bom os alunos entrarem" - "É bom entrarem os alunos".

Por sua vez, as reduzidas de gerúndio e participio admitem invariavelmente pausa e apresentam o sujeito sempre posposto, como podemos verificar nos exemplos acima.

Além disso, as reduzidas gerundiais e participiais podem permutar livremente dentro do período em que figuram:

"Roma, destruída Cartago, ficou em paz"

"Nasceu-nos o Messias, reinando Augusto"

Por estarem destacadas por pausas, sem ligação gramatical com qualquer termo da subordinante, são, também, exemplos de extraposição (como o vocativo cujo antecedente não aparece no período), o que explica sua mobilidade.

Esses fatos nos levam a agrupar as reduzidas - absolutas em dois blocos: o primeiro, constituído pelas reduzidas de infinitivo; o segundo, pelas reduzidas de gerúndio e participípio.

Em certas reduzidas - sobretudo de participípio presente e passado - a forma participial tende a petrificar-se, convertendo-se em preposição. É o caso de: conforme, consoante, durante, exceto, mediante, não obstante, salvo, segundo, tirante.

Vejamos alguns exemplos:

"Queimar os restantes papéis, excepto as cartas de Teodora das Usulinas" (Camilo, Amor de Salv., cap. XIX, p. 225).

"Tirante os Evangelistas, não conheço historiador verídico superior a Manuel de Faria, a não ser o padre Bernardino" (Camilo, Coisas leves e pesadas, 2. ed., p. 115) (1).

Inicialmente, esses participípios eram variáveis e concordavam em número com os respectivos sujeitos, constituindo verdadeiras orações reduzidas, como podemos observar em:

(1) Exemplos extraídos de: Barreto, Mário - Novíssimos estudos da língua portuguesa, p. 325.

"não obstantes suas razões" (Mon. Lus., 3, 163, cl. 2, ap. Blut., in Epifânio - Sintaxe histórica portuguesa , p. 245 (§318);

"Os tribunais, salvas exceções honrosas, reproduziam, povoados de criaturas do valido, todos os defeitos do sistema" (Rebelo da Silva, Hist. de Port., IV, 67, in Bechara, E. - Lições de português pela análise sintática, p. 167).

O caráter primitivo de orações reduzidas desses sintagmas manifesta-se ainda em dois aspectos: na falta de um antecedente específico para a preposição e na mobilidade do grupo "preposição + conseqüente".

De fato, no segundo exemplo acima, extraído dos Novíssimos estudos, de M. Barreto, a preposição tirante não tem nenhum antecedente na frase a que pertence. O sintagma tirante os Evangelistas, entre pausas, é permutável dentro do período:

"Não conheço, tirante os Evangelistas, historiador verídico (...)";

"Não conheço historiador verídico (...), tirante os Evangelistas", o que mostra sua independência com relação ao mesmo e confirma a inexistência de um elemento antecedente para a preposição.

Nossas gramáticas reconhecem a existência desse tipo de preposição, a que chamam "preposições acidentais" (2) ,

(2) Cf.: Bechara, E. - Moderna gramática portuguesa, p. 156; Cunha, C. - Gramática do português contemporâneo, p. 377.

mas omitem as características sintáticas que apontamos: a pausa e a mobilidade do sintagma preposicional.

5.2. - As orações reduzidas em construção conjunta

As formas verbo-nominais, em construção conjunta, podem exercer várias funções, já bastante especificadas em nossas gramáticas, e que achamos oportuno lembrar aqui.

Destacaremos apenas as funções que essas formas podem desempenhar quando justapostas.

Assim, o infinitivo pode desempenhar o papel de:

a) sujeito:

"Agora mesmo, custava-me responder alguma coisa, mas enfim contei-lhe o motivo da minha ausência" (M. de Assis, Mem. Post. de B.C., 208);

b) objeto direto:

"... Como se estivesse ainda no vigor da mocidade e contasse como certo vir a gastar frutos desta planta" (Lat. Coelho ap. Sel. Nac., 38);

c) predicativo:

"O primeiro ímpeto de Luísa foi atirar-se - lhe aos braços, mas não se atreveu" (Mendes Leal, ap. Sel. Nac., 31).

O gerúndio, por sua vez, exerce as funções de:

a) adjetivo:

"Foi banhado em azeite e pez fervendo" (M. Bern.,

ap. S. Ali, op. laud.);

b) advérbio (introduzindo orações de valor causal, consecutivo, concessivo, condicional, modal, temporal):

"Um homem agigantado e de fera catadura saiu da choupana murmurando (modo) sons mal articulados" (A. Herc. , Eur.).

O particípio passado, por seu turno, pode funcionar como:

a) adjetivo:

"Não ouvia os instantes perdidos (= que se perderam, que foram perdidos), mas os minutos ganhados (= que se ganharam, que foram ganhos)" (M. de Assis, Mem. póst., 155);

b) advérbio (introduzindo orações de valor causal, condicional, temporal):

"Irado (causal) o infante com as injúrias que lhe tinham dito, mandou enforcar uns e degolar outros ..." (A. Herc., Frag., 96) (3).

Podemos observar que as formas verbo-nominais, justapostas, aparecem em função substantival, adnominal e adverbial.

À semelhança do que ocorre com as construções absolutas, podemos, aqui, também, estabelecer dois blocos: o

(3) Exemplos extraídos de: Bechara, E. - Lições de português, p. 156-166.

primeiro, representado pelo infinitivo, em função substantival; e o segundo, com o gerúndio e o particípio, ambos em função adnominal ou adverbial.

O infinitivo só pode desempenhar a função adjetiva ou adverbial se vier preposicionado.

5.3 - Construções de gerúndio subentendido

A expressão "gerúndio subentendido" nos remete a um problema bastante discutido e ainda não satisfatoriamente solucionado: o da elipse.

Recurso muito utilizado pela gramática filosófica, a elipse caiu em descrédito entre os lingüistas do século XIX, e os gramáticos da primeira metade deste século mantiveram-se cautelosos no tocante a esse fenômeno.

São esclarecedoras, a esse respeito, as palavras de Said Ali, que transcrevemos a seguir:

"Compreende-se que haja elipse quando intencionalmente omitimos uma palavra que o interlocutor facilmente completa; ou quando, obedecendo à lei do menor esforço, deixamos de enunciar uma idéia que de fato se acha em nossa mente, certos de que somos compreendidos. Há elipse nos brados de comando e nos gritos 'jornal', 'gazeta', etc., com que os vendedores apregoam folhas diárias; todo o mundo sabe como completariam a oração se o tempo lhes fosse menos precioso. Há elipse na expressão 'o homem nasce e morre', equivalente incontestável de 'o homem nasce e o homem morre', de que só difere por ser lingua -

gem menos pesada. Da elipse faz uso o escritor a cada momento para tornar o estilo mais conciso, mais elegante, contando com a inteligência do leitor, que lhe adivinha o intuito e supre a falta.

Até aqui temos um fato positivo, real, indiscutível; porém quando, para ajeitar um pensamento, uma oração a certo tipo teórico preestabelecido, buscamos um termo fora da linguagem corrente e totalmente desconhecido do uso, um termo que não está na consciência de quem fala, nem acode ao intelecto de quem ouve; quando se admite que para pensar e falar é mister pedir licença à tradicional análise lógica, então a elipse perde o genuíno sentido, torna-se coisa sem limites, o recurso do dogmatismo. É a elipse metafísica da escola de Sanchez" (4).

Podemos perceber, pela passagem acima, as reservas feitas à utilização da elipse como explicação de certos fenômenos lingüísticos, com o que os lingüistas estruturalistas - estarão de acordo (5).

Observe-se, também, que Said Ali propõe um critério operatório de verificação: o acordo do emissor e do receptor com relação ao termo elíptico.

Atualmente, com o surgimento e a divulgação da

(4) Ali, M. Said - Dificuldades da língua portuguesa. 5.ed. , Rio de Janeiro, Liv. Acad. 1957, p. 80-81. Observações análogas encontram-se em: Barreto, M. - Fatos da língua portuguesa, p. 66-68.

(5) Cf., p. ex.: Câmara Jr., J. Mattoso - Dicionário de lingüística e gramática - s.v. elipse, p. 104.

gramática gerativo-transformacional, em muitos pontos tributária da gramática filosófica, a elipse voltou a ter um papel preponderante na explicação de muitos fatos gramaticais. A transformação de apagamento, que consiste na omissão de um termo ou expressão da estrutura profunda, é, na verdade, uma designação mais moderna do fenômeno da elipse.

O que nos parece importante - e não se encontra na passagem de Said Ali - é um levantamento e uma discussão dos casos de elipse.

Apresentaremos, aqui, um caso curioso, de certas expressões separadas por pausa, encabeçadas por um gerúndio subentendido.

J.R. Macambira, em A estrutura da oração reduzida, aponta uma construção desse tipo:

"Surgem, tranquilo o mar, na estranha igara" , em que a expressão intervirgulada e com o adjetivo anteposto é, na verdade, um exemplo de oração reduzida absoluta: o sintagma tranquilo o mar é móvel e apresenta o sujeito posposto.

A única forma de integrá-la no conjunto da frase é subentender um gerúndio introdutor, estando: "Surgem, (estando) tranquilo o mar, na estranha igara" (6).

Assinale-se que o fato já fora observado por Andrés Bello, que, em sua conhecida Gramática de la lengua castellana, esclarece:

(6) Cf. p. 144.

"Llámanse cláusulas absolutas aquellas que constan de un sustantivo modificado y no tienen conexión gramatical con el resto de la sentencia, supliéndoseles el gerundio siendo, estando, teniendo, llevando u otro semejante: (...)" (7).

Observemos, contudo, que há, ainda, outros casos de gerúndio subentendido.

Muitas vezes, o paralelismo da construção levamos a postular a existência do gerúndio. É o que se verifica nos seguintes versos de Bilac:

"Tu, desgrenhada e fria,
Fria! postos nos meus os teus olhos molhados,
E apertando nos teus os meus dedos gelados ..."

(O. Bilac, "In extremis" - Poesias
28 ed., Liv. Francisco Alves, 1964, p. 160).

A expressão os teus olhos molhados está coordenada a apertando nos teus (...), encabeçado pelo gerúndio. Isso nos leva a postular a forma tendo, antecedendo-a: "(tendo) os teus olhos molhados postos nos meus", pois são podemos coordenar funções idênticas.

Ainda a respeito dessa construção, acrescentamos que é comum encontrarmos adjuntos adverbiais de modo justapostos, ora antecidos do gerúndio, ora não antecidos da forma verbo-nominal, mesmo nos casos em que não há paralelismo. Por exemplo, no conto Missa do Galo, Machado de Assis emprega as duas construções:

(7) Bello, A. & J. Cuervo, R. - Gramática de la lengua castellana. 4. ed. Buenos Aires, Edit. Sopena Arg., 1954, p. 361 (§ 1173).

"Em seguida, vi-a endireitar a cabeça, cruzar os dedos e sobre eles pousar o queixo, tendo os cotovelos nos braços da cadeira, tudo sem desviar de mim os grandes olhos es-pertos" (M. de Assis - Contos. 4. ed. São Paulo, Cultrix, 1967, p. 233).

E mais adiante:

"Estava de pé, os braços cruzados; (...)" (id. ibid., p. 236) (exemplo com gerúndio subentendido).

Hã, também, exemplos de expressões preposiciona-das, que são, na realidade, justapostas, porque devem ser inter-pretadas como sendo introduzidas por um gerúndio. Observemos o exemplo seguinte:

"De martelo em punho, entusiasmado, ar trágico, (o leiloeiro) mostrava com o braço erguido um cálice de cachaça (...)" (A. Azevedo - O mulato. São Paulo, Liv. Martins Edit., 1964, p. 34).

As expressões sublinhadas referem-se ao sujeito o leiloeiro e estão entre pausas, sendo igualmente permutáveis no interior do período.

Entusiasmado funciona como aposto do sujeito ; ar trágico, como adjunto adverbial de modo justaposto, está, na verdade, introduzido pelo gerúndio subentendido tendo, também de valor apositivo.

Ora, de martelo em punho, de valor modal, estan-do coordenado aos dois sintagmas acima, deve, também, ser inter-pretado como sendo encabeçado por um gerúndio, estando: "(es-

tando) de martelo em punho", o que lhe assegura a função apositi-
 va dentro do conjunto.

Em todos os exemplos acima examinados, pudemos
 constatar que a elipse do gerúndio está associada à pausa e ao
 paralelismo da construção.

Observação: - Queremos, ainda, assinalar certas
 construções em que se dá uma rup-
 tura sintática que nos lembra os
 casos acima comentados.

Exemplos como: "Iracema, de José
 de Alencar"; "o velho, de longas
barbas", são, na verdade, diferen-
 tes de estruturas como: "o livro
 de José de Alencar", "o velho de
longas barbas", onde não há pausa.

Poderíamos ver, aí, casos de apo-
 sição: "Iracema, que é de José
de Alencar"; "o velho, que é de
longas barbas", (com posterior -
 elipse do pronome relativo e do
 verbo de ligação). A preposição
 não ofereceria dificuldade, visto
 que o predicativo pode aparecer
 preposicionado.

Ou, então, poderíamos considerar
 que se trata de adjuntos adnomi-
 nais presos a apostos subentendi-
 dos: "Iracema, (obra) de José
de Alencar"; "o velho, (homem)
de longas barbas".

Esta última solução nos parece me-
 nos interessante, pois os apostos
 subentendidos podem ser muito va-

riados: obra, romance, livro, no primeiro exemplo; homem, indivíduo, senhor, no segundo, o que nos lembra as elipses fantasistas de Sanchez, referidas por Said Ali. Por outro lado, construções como:

"(...) Vilaça, com as mãos nos bolsos, de pé e pensativo, olhava a brasa da acha que morria na cinza branca" (O. Mota - Lições de português, p. 92).

parecem explicar-se também pelo gerúndio subentendido (estando) com as mãos no bolso, (estando de pé), de valor apositivo, estando mais ligadas às frases que comentamos ao longo do parágrafo acima.

CAPITULO 6: ORAÇÕES JUSTAPOSTAS

Neste capítulo, estudaremos a justaposição de orações.

Examinaremos, inicialmente, as intercaladas, passando, em seguida, às orações justapostas coordenadas (designadas como "coordenadas assindéticas" pela NGB) e subordinadas.

6.1 - Orações intercaladas (ou parentéticas)

Assim se designam as que não pertencem propriamente à seqüência lógica das orações do período e nele aparecem como um elemento adicional:

"Por causa dele, deu-se isso em agosto, tivemos de ir à delegacia" (apud: Ney, J. Luís - Guia de análise sintática, p. 138).

A designação intercalada, embora comum, parece-nos inconveniente, pois essas orações podem, também, aparecer no fim do período:

"Quem é ele? - interrompeu a jovem" (apud Bechara, E. - Lições de português pela análise sintática, p. 108), caso em que, na verdade, não estão intercaladas. Por isso, cremos que a denominação de parentéticas é mais adequada.

Assinale-se, também, que pode haver verdadeiros períodos parentéticos.

Nas Lições de português, E. Bechara agrupa, de acordo com a classificação de José Oiticica, essas orações em oito tipos: intercaladas de citação, de advertência, de opinião, de desejo, de escusa, de exortação, de permissão e de ressalva.

Como as próprias designações o sugerem, trata-se de uma classificação pautada por critérios basicamente semânticos.

Embora ressalte que essas orações são sempre justapostas e vêm separadas por vírgula, travessão ou parênteses, o autor praticamente não explora os traços formais que as caracterizariam; os aspectos por ele apontados são comuns a outras construções justapostas (por exemplo, as orações apositivas também se justapõem e se colocam entre pausas). Falta, portanto, rastrear os elementos diferenciais.

Acrescentemos, ainda, que os exemplos propostos de intercaladas que exprimem ressalva são, a rigor, casos de orações adjetivas:

"Daqui a um crime distava apenas um breve espaço, e ela transpôs, ao que parece" (Herc., Frag., p. 123);

"Ele, que eu saiba, nunca veio aqui" (o antecedente do relativo é a oração ele nunca veio aqui) ⁽¹⁾. Neste

(1) Cf. Bechara, E. - op. cit., p. 109.

último exemplo, note-se a antecipação da oração adjetiva à principal.

Sem negligenciar os aspectos semânticos, vamos tentar levantar as características formais das parentéticas, partindo da comparação que se pode estabelecer entre elas e as orações coordenadas assindéticas e as apositivas.

Já mostramos, no § 3.5.1, a diferença entre as coordenadas assindéticas (entre as quais podemos interpor e, ou ou mas) e as apositivas (que podem ser sempre antecedidas de isto é, a saber).

Quanto às parentéticas, observemos que, pela sua independência sintática com relação à oração em que se encaixam e pela pausa que as separa do conjunto, constituem, também, um exemplo de construção em extraposição, o que lhes garante certa mobilidade no contexto em que se inserem.

É o que podemos constatar através de um exemplo tomado ao Guia, de J.L.Ney:

"Gladstone diz, eu divirjo dele, que não há justaposição" (2), no qual a oração sublinhada pode permutar:

"Gladstone, eu divirjo dele, diz que não há justaposição";

"Gladstone diz que não há justaposição, eu divirjo dele".

(2) Cf. p. 141.

Colocada no fim do período, a oração eu divirjo dele tem um caráter nitidamente adversativo, menos perceptível quando ela segmenta a oração anterior.

Verificamos o fato com outros exemplos, o que nos permite concluir que a parentética é, a rigor, uma coordenada que, em vez de colocar-se após uma outra, vem interrompê-la, como que antecipando-se a ela.

Ao estudar a coordenação, Charles Bally faz a mesma observação:

"Une coordonnée peut être introduite par anticipation dans le corps de la première phrase sous forme d'incise. C'est ainsi que, au lieu de 'Vous avez renoncé à votre projet; c'est fort heureux', on peut dire 'Vous avez renoncé - c'est fort heureux - à votre projet'; (...)" (3).

Também o aposto oracional pode adquirir um valor parentético, quando antecipado, segmentando a frase em que se encontra o fundamental:

"O meu ideal, que fosses médico, havia de realizar-se".

Normalmente o aposto oracional segue-se à oração antecedente:

"O meu ideal havia de realizar-se: que fosses médico".

(3) Linguistique générale et linguistique française - p. 57 (§ 70).

Neste caso, podemos perceber que o valor parentético desaparece, diferentemente do que ocorre na frase anterior.

Trata-se, portanto, de um fenômeno de alteração de ordem, de deslocamento de uma oração ou sintagma dentro de um período.

Contudo, não é essa a única marca característica das parentéticas.

Há casos em que não há nenhuma alteração de ordem, e no entanto, somos obrigados a reconhecer um determinado sintagma como parentético.

É o que se pode observar nos versos abaixo:

"Como muita gente / carrego o meu fardo / (meu fardão de glória) / nesta tarde parda" (G.M.Teles, "Prece" - Arte de armar. Rio de Janeiro, Imago Edit. Ltda., 1977, p. 18), onde o aposto meu fardão de glória é parentético, como o indicam os parênteses; foneticamente, há uma mudança de tom na leitura desse verso.

Portanto, a mudança de tom, indicada na escrita por sinais específicos de pontuação, pode tornar um elemento intercalado. Nos exemplos anteriores, convém assinalar que o deslocamento está também associado a uma alteração de tom.

Muitas vezes, um período exclamativo, por exemplo, introduzido num trecho descritivo-narrativo, torna-se parentético, pelo contraste com relação ao conjunto, como se pode verificar nos versos:

"Entrei. Um gênio carinhoso e amigo, / o fantasma talvez do amor materno, / tomou-me as mãos, olhou-me grave e terno, / e passo a passo caminhou comigo. // Era esta a sala ... Oh! se me lembro, e quanto! / em que da luz noturna à claridade / minhas irmãs e minha mãe... O pranto // jorrou-me em ondas ..." (L.Guimarães Jr., "Visita à casa paterna" - ap. M.Bandeira - Antologia dos poetas brasileiros da fase parnasiana. 2.ed. Rio de Janeiro, INL, 1940, p.43-44).

Note-se que, após sala há uma interrupção indicada pelas reticências; segue-se um segmento exclamativo, em oposição às frases enunciativas que marcam a passagem. O trecho Oh! se me lembro, e quanto! é, por conseguinte, intercalado.

Observemos, também, que há, como nos casos anteriores, uma mudança de tom na leitura do segmento sublinhado.

Podemos constatar, assim, que as orações parentéticas são marcadas, sobretudo, por uma alteração de tom com relação ao trecho em que se intercalam. Entretanto, essa característica fonética aparece normalmente acompanhada de outras, como pudemos verificar nos exemplos acima apontados.

Um tipo particular de oração intercalada é o representado pelas intercaladas de citação:

"Você parece que não gosta de mim, disse-lhe um dia Virgília" (M. de Assis - Mem. pôst., LXXIII, ap. Othon M. Garcia - Comunicação em prosa moderna. 8.ed. Rio de Janeiro, Edit. da Fund. G.Vargas, 1980 - p. 128).

Alguns autores consideram essas intercaladas de citação como verdadeiras orações principais. É essa a posição de Adriano da Gama Kury ⁽⁴⁾.

E. Bechara, nas Lições de português, manifesta opinião contrária:

"Insisto em adotar a lição exposta acima, (o autor considera as de citação como intercaladas), porque vejo duas intenções diferentes em: O rapaz me pediu: dê-me água (onde a 2a. oração é subordinada à 1a.) e Dê-me água, me pediu o rapaz (onde a 2a. oração é mero acréscimo adventício, mera explicação que o falante houve por bem dar), embora se note entre ambas as expressões certo paralelismo de sentido. Elemento adicional, a intercalada de citação, a meu ver, pode perfeitamente figurar ao lado das outras intercaladas aqui referidas. Deste modo, melhor harmonizamos a análise lingüística com a intenção de quem fala" ⁽⁵⁾.

Pela referência à "intenção do falante", percebe-se que o autor se baseia num ponto de vista psicológico.

Na verdade, há razões formais que justifiquem a classificação dessas orações de citação como parentéticas. Não só são pronunciadas em um tom diferente com relação à outra oração, como também se deslocam com relação a esta.

Normalmente, o discurso direto, que corresponde

(4) Cf. Pequena gramática - p. 110 (obs. 6).

(5) Cf. p. 108 (nota).

a um aposto oracional, coloca-se após a oração que o introduz. Não é o que se verifica no segundo exemplo apresentado por E. Bechara.

Além disso, há exemplos de parentéticas de citação que segmentam a oração correspondente ao discurso direto:

"O pior, nos diz Fradique, é a consagração do erro" (ap. Ney, J. Luís - op. cit., p. 138).

Trata-se, portanto, de um ponto comum ao das demais parentéticas que examinamos acima.

Entretanto, essas orações de citação apresentam um traço formal que as distingue das demais intercaladas. Correspondem a orações principais transpostas; seu conteúdo é visto como secundário com relação à oração em que se introduzem.

Se quisermos enfatizar esse conteúdo secundário, então a parentética assume o primeiro plano e a oração seguinte torna-se subordinada, introduzida pelo elemento subordinante por excelência, a conjunção integrante que. Comparem-se:

"O pior, nos diz Fradique (parent.), é a consagração do erro";

"Fradique nos diz (or. principal) que o pior é a consagração do erro".

Observação:- Podemos ver, assim, que o discurso indireto se relaciona mais diretamente com as construções de orações parentéticas de citação, e não propriamente com o discurso direto.

O mesmo ocorre com outras parentéticas.

Othon M. Garcia menciona, por exemplo, as parentéticas de apelo, com as quais ocorre o mesmo fenômeno:

"Não deixe de comparecer, peço-lhe, ao embarque do nosso amigo" (6), que se pode relacionar com: "Peço-lhe que não deixe de comparecer...".

Também as parentéticas de desejo ou esperança e as de concessão (7) são exemplos de principais transpostas:

"Você há de compreender, espero, que não tive intenção de ofendê-lo" (relacionável com: "Espero que você há de compreender...")

"Comíamos, é verdade, mas era um comer virgula do de palavrinhas doces..." (relacionável com: "É verdade que comíamos, mas era...").

Finalmente, assinale-se que há uma diferença entre as parentéticas de citação, de um lado, e as de apelo, desejo, esperança e concessão, do outro.

As de citação passam a principais, mas acarretam alterações de pronomes e de tempos verbais da subordinada, o que não ocorre com as demais. Comparem-se, por exemplo:

"Dê-me água, me pediu o rapaz";

(6) Cf.: op. cit., p. 126.

(7) Cf.: op. cit., p. 126-127.

"O rapaz me pediu que lhe desse água".

Existem, também, expressões/orações parentéticas que antecedem e introduzem certas posições.

É o caso das construções isto é, a saber, por exemplo, convém saber, ou seja:

"O resto, isto é, a cabeça, os olhos e o nariz, foi ela quem pintou";

"Convém reter duas coisas, a saber: as causas da revolução e suas conseqüências" (8).

Esclarecemos que são todas construções justapostas, apesar da presença da preposição em algumas delas.

Na verdade, essa preposição não se prende a um antecedente específico, o que é confirmado pela vírgula que a antecede; a pausa provoca uma ruptura sintática, como já tivemos ocasião de assinalar em capítulos anteriores.

Além disso, para uma expressão como por exemplo, podemos perfeitamente subentender uma forma verbal como diga-se (ou cite-se): "diga-se por exemplo".

Constata-se, assim, mais uma vez a importância do estudo da elipse, sobretudo em estruturas em que ocorre ruptura sintática com relação ao resto do enunciado.

(8) Exs. extraídos de: Luft, C. Pedro - Moderna gramática brasileira. Porto Alegre, Edit. Globo, 1976 - p. 43.

6.2 - Orações coordenadas

Em seu Manual de análise, José Oiticica classifica as orações em coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas (9).

Nessa classificação, há, na verdade, uma mistura de planos.

As orações, quanto à natureza, podem ser coordenadas (independentes) ou subordinadas (dependentes).

Quanto ao processo de conexão, podem ser conjunçãoais, correlatas ou justapostas.

Portanto, podemos encontrar correlação ou justa posição não só nos períodos coordenados, mas também nos períodos subordinados.

Na famosa frase de César, "Vim, vi, venci", temos três orações coordenadas justapostas (que a NGB designa como coordenadas assindéticas); já noutra frase, como: "Não o vejo há quatro dias", a oração sublinhada é um exemplo de subordinada adverbial justaposta.

Há um critério operatório, que aplicaremos aqui, para distinguir as coordenadas das subordinadas justapostas. Consiste em isolar a oração e verificar se ela pode constituir um enunciado independente aceitável.

(9) Cf. p. 243-250.

Em caso afirmativo, trata-se de uma coordenada. É o que se pode constatar em "Vim, vi, venci"; tanto vim, como vi, ou venci, podem constituir enunciados independentes em português.

Pelo contrário, se, isolada a oração, observarmos que ela não pode constituir um enunciado independente, trata-se de uma subordinada, sendo a outra oração do período a principal.

Assim, em "Não o vejo há quatro dias", a oração sublinhada não é, isolada, um enunciado aceitável em português: *há quatro dias. É, portanto, a subordinada (adverbial justaposta).

Já a oração não o vejo é perfeitamente aceitável como enunciado independente, o que nos permite considerá-la o elemento subordinante do período, ou seja, a oração principal.

Neste parágrafo, faremos um levantamento das principais construções coordenadas justapostas em português. As subordinadas justapostas (não especificadas pela NGB) serão objeto de estudo do próximo parágrafo.

Impõe-se, inicialmente, um esclarecimento prévio. Não devemos confundir um período coordenado constituído de orações justapostas com a sucessão pura e simples de períodos simples.

De um ponto de vista fonético, quando as orações são coordenadas, devem sempre terminar por entoação ascen-

dente; só a última oração do período terminará por entoação descendente. No caso de períodos simples sucessivos, cada oração se encerra com uma entoação descendente; graficamente, aparecem normalmente separadas por ponto.

Samuel Gili Gaya sublinha, também, o caráter de unidade psicológica que marca os casos de coordenação justaposta:

"Las oraciones gramaticales que forman parte de un período están mentalmente subordinadas a la unidad de intención y significado con que el período se articula. Dependen, pues, del conjunto psíquico que les da origen, y sólo dentro de él tienen la plenitud de su valor expresivo, de igual manera que las palabras adquieren solamente en la oración su verdadero contorno semántico y funcional. No se trata, por lo tanto, de dos o más oraciones simples que vienen a agruparse, sino de un contenido unitario que se estructura en varias oraciones gramaticales destinadas a expresarlo" (10).

Passemos, agora, a considerar os diferentes casos de coordenação justaposta.

Freqüentes são os casos de coordenadas aditivas justapostas:

"Sacudi-a, ela foi pousar na vidraça";

"Dei de ombros, saí do quarto" (M. Assis, Mem. póst., p. 157). Expressam ações sucessivas e podemos, facilmen-

(10) Curso superior de sintaxis española, p. 262.

te, subentender a conjunção aditiva e, antes da segunda oração.

Encontram-se, também, exemplos de adversativas justapostas:

"Não fui à festa do seu aniversário: passei - lhe um telegrama" (em Garcia, O.M. - Comunicação em prosa moderna, p. 23);

"Estive ontem no teatro; não te vi lá" (em Borba, F.da Silva - Teoria sintática. São Paulo, T.A.Queiroz, Ed. 1979 - p.41). Expressam oposição ou ressalva e pode-se subentender, antes da segunda oração de cada período, a conjunção adversativa mas.

Um caso mais complexo é o das orações explicativas e conclusivas.

Como exemplos de explicativas, pode-se apontar:

"Não posso fazer aqui uma lista de exemplos, estou escrevendo a crônica; (...)" (M.de Assis - A Semana (1ª vol.). Rio de Janeiro, W.M.Jackson Inc. Ed., 1942, p. 55);

"Entrei; ninguém reparou em mim: todos estavam como pasmados" (Herc., MC, 15, em Kury, A.da G. - Lições de análise sintática, p. 60) ⁽¹¹⁾. Expressam motivo, podendo - se subentender, antes delas, as conjunções porque ou pois.

O fato de subentendemos a conjunção porque pode levar-nos a crer que se trata de oração adverbial causal

(11) Observe-se que, neste exemplo, a segunda oração é uma adversativa justaposta.

justaposta.

Entretanto, o critério apresentado no início deste parágrafo permite-nos solucionar a questão.

Isolando as orações, todas elas passam a constituir enunciados independentes, em português:

"Estou escrevendo a crônica" (frase independente aceitável);

"Todos estavam como pasmados" (frase independente aceitável). Não são, portanto, subordinadas.

É importante ressaltar esse aspecto, porque veremos, no próximo parágrafo, exemplos de subordinadas adverbiais causais justapostas que, isoladas, passam a constituir enunciados dependentes, com valor de determinante relativamente à oração anterior.

Se recolocássemos o conectivo nessas coordenadas, obteríamos:

"Não posso fazer aqui uma lista de exemplos, porque estou escrevendo a crônica".

Nesse caso, tenderíamos a considerar a oração sublinhada como subordinada adverbial causal, o que é contraditório com relação à análise do período correspondente sem conectivo.

Na verdade, a oração introduzida por porque é, também, coordenada explicativa.

Nas orações causais, não se pode suprimir o por de porque:

"Faltei à aula porque estive doente";

"*Faltei à aula que estive doente" - enunciado inaceitável, exceto se admitirmos uma pausa entre aula e que.

Pelo contrário, nas coordenadas explicativas o por é suprimível.

"Venha, porque preciso falar com você";

"Venha, que preciso falar com você" (note-se , aqui, a pausa).

Ora, no exemplo proposto, podemos omitir o por:

"Não posso fazer aqui uma lista de exemplos , que estou escrevendo a crônica".

Insistimos, também, na observação da pausa, a respeito da qual declara Celso P. Luft:

"Se houver essa pausa, com descida de tom, é porque a oração causal, normalmente 'restritiva', passou a ser expressa como 'explicativa': o falante não deu importância à enunciação da causa, transformando-a em mera explicação: [[Não fui à aula] ; [porque estive doente]]. Ou: [Não fui à aula]. [Porque estive doente]" (12).

Reencontramos, aqui, a mesma oposição que existe entre as subordinadas adjetivas restritivas e as explicativas; o único elemento formal que as diferencia é a pausa, nas

(12) Moderna gramática brasileira, p. 53.

explicativas, porque, estruturalmente, não apresentam diferença.

Retomando o exemplo de Machado de Assis, podemos, ainda, assinalar que o paralelismo entre a construção justaposta e a conectiva nos conduz, também, a postular a mesma análise para as duas.

Ainda a respeito das coordenadas explicativas, alguns são de opinião que elas deveriam ser incorporadas às subordinadas, de modo que se falasse apenas em subordinadas adverbiais causais.

Essa é a posição, por exemplo, da edição recente da gramática castelhana da Real Academia Española, que, ao contrário do que afirmava em edições anteriores, passa a considerar:

"La Real Academia Española ha modificado su punto de vista con respecto a las oraciones causales, incluyéndolas todas en el grupo de las subordinadas circunstanciales". (O grifo é nosso).

Após explicitar que essa diferença fazia sentido em latim, onde os conectivos para as explicativas e para as causais eram diferentes, acrescenta:

"Por último, uno de los caracteres más salientes de las conjunciones coordinantes consiste en que, además de unir oraciones, unen también elementos análogos de una misma oración simple (§ 3.18.1a). Como quiera que esta función no pueden desempeñarla las causales españolas, sobran razones para fundir en un grupo único de circunstanciales todas

las oraciones de que venimos tratando" (13).

Considere-se, também, que, no caso das coordenadas explicativas, temos, freqüentemente, períodos em que o carãter de coordenação é discutível:

"Fale baixo, porque há gente dormindo" (em Luft, C.P. - op.cit., p. 52).

A primeira oração é volitiva, com verbo no imperativo; a segunda oração é enunciativa. Ora, não se coordenam elementos de função diferente.

Entretanto, já tivemos ocasião de apontar alguns aspectos formais diferenciadores entre as explicativas e as causais: a pausa; a possibilidade de redução de porque a que; as justapostas constituindo enunciados independentes.

Acrescente-se que as orações subordinadas adverbiais se prendem ao conjunto da oração principal e são permutáveis com relação a esta. Observem-se, por exemplo, as frases seguintes:

"Sairei, embora chova" - "Embora chova, sairei";

"Entrei, quando ele saiu" - "Quando ele saiu , entrei";

"Vou viajar, se receber o dinheiro" - "Se receber o dinheiro, vou viajar".

(13) Esbozo de una nueva gramática de la lengua española, p. 549 (nota 2).

Ora, as causais são, como as demais subordina -
das adverbiais, permutáveis, não sucedendo o mesmo com as ex
plicativas. Comparem-se:

"Faltei à aula porque estive doente (causal)" -
"Porque estive doente, faltei à aula";

"Fale baixo, porque há gente dormindo" (expli -
cat.) - "*Porque há gente dormindo, fale baixo" (construção ina
ceitável).

Todos esses aspectos nos levam a admitir a sepa
ração entre as coordenadas explicativas e as subordinadas ad
verbiais causais; há traços formais que confirmam essa oposição.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que
constituem um terreno limítrofe entre a coordenação e a subordi
nação, o que justifica certas hesitações e polêmicas.

Com relação às coordenadas conclusivas justapos
tas, considerações análogas podem ser feitas. Vamos ater-nos,
apenas, à exemplificação:

"Era a morena do momento, devia tê-la seguido"
(A.Mach. - OP, p. 47, em Borba, F.da S. - op. cit., p. 41);

"Não fui à festa do seu aniversário: não posso
saber quem estava lá" (em Garcia, O.M. - op.cit., p. 23).

Observe-se, todavia, que se antepusermos a con
clusiva, ela perde esse caráter, e a oração anterior, uma vez
posposta, passa a explicativa:

lio, p. 379 (s.v. contudo).

Se contudo é conjunção adversativa, não se explica a presença da conjunção aditiva e, pois a oração não pode ser simultaneamente aditiva e adversativa. A rigor, a conjunção é e, e contudo está em seu valor adverbial.

A mobilidade desses vocábulos permite-nos concluir que não perderam totalmente o valor adverbial, diferentemente do que ocorre com um conectivo como mas.

Note-se, também, que podem figurar como reforço de orações principais, em correlação com o conectivo que introduz a subordinada:

"Ainda que todos saiam, todavia ficarei" (em Bechara, E. - Lições de português pela análise sintática, p.133). Nesse caso, a subordinada adverbial não pode pospor-se à oração principal.

O fato de figurarem em orações principais tiralhes, também, o valor conectivo.

Foram esses fatos que levaram Maximino Maciel a considerar como conjunções coordenativas apenas e, ou e mas, observando a respeito das demais:

"As palavras entretanto, contudo e todavia têm mais função adverbial do que de conjunção, tanto que instituímos o novo grupo dos advérbios de concessão ou concessivos a que hoje pertencem".

E, em seguida:

"Devia tê-la seguido, era a morena do momento".

Consideremos, finalmente, certas conjunções co ordenativas que, a rigor, apresentam ainda caráter adverbial , sendo o seu valor conectivo muito atenuado. É o caso de entretanto, contudo, todavia, pois, logo, portanto.

Quando o advérbio adquire valor conectivo, passa a encabeçar a oração em que figura. Assim, o advérbio magis, inicialmente posposto, quando se converteu na conjunção mas , deslocou-se para o início da oração e ali se fixou (14).

As conjunções entretanto, contudo, todavia, etc., não se situam, necessariamente, no início da oração que introduzem:

"Podia vir, entretanto; Duarte ergueu-se a custo, subiu os quatro degraus que lhe faltavam, (...)" (M.de Assis, A chinela turca - Contos. 4.ed. São Paulo, Ed. Cultrix , p. 66);

"Teu amigo está doente e sem recursos; deves , portanto, auxiliá-lo e confortá-lo" (em Kury, A.da G. - op.cit., p. 60).

Podem, também, aparecer antecedidas pela conjunção e:

"As vozes não subiam do tom médio e, contudo , ouviam-se bem" (M.Assis, V.H., p. 26, ap. Novo dicionário Auré-

(14) Cf. Bourciez, E. - Eléments de linguistique romane. 5.ed.Paris, Libr. C.Klincksieck, 1967 - p. 121 (§ 130).

"Já não ha razão de admittirmos conjunções conclusivas. As palavras pois, logo, portanto e seus equivalentes - por isso, por conseguinte, etc., devem formar um novo grupo de adverbios de conclusão.

Deixa de ser conjunção toda palavra que se pode deslocar dentro da phrase, pois, como elemento de ligação, tem de iniciar a proposição" (15).

Encontra-se o mesmo ponto de vista na Gramática portuguesa elementar, de A. Epifânio da Silva Dias (cf. p. 114 (§ 195 - Obs.) e 119 (§ 202 - Obs.).

6.3 - Orações subordinadas

Como já observamos no parágrafo anterior (p.176), sendo a justaposição um processo de conexão sintática, pode dar-se tanto na coordenação como na subordinação.

Se a oração justaposta, uma vez isolada, constituir um enunciado independente, será coordenada; no caso contrário, será subordinada, funcionando como determinante com relação à outra oração do período, a qual constituirá a oração principal, em função de elemento determinado.

Levaremos, também, em conta, no estudo das subordinadas justapostas, o critério de classificação das orações em enunciativas, volitivas e interrogativas.

(15) Gramática descritiva, p. 153-154 (n. 3 e 4).

Entre as subordinadas adverbiais justapostas, podemos destacar, inicialmente, as concessivas, todas com verbo no subjuntivo e sujeito posposto:

"Tivesse ele dito a verdade, ainda assim não lhe perdoaríamos" (em Bechara, E. - Lições de português, p.144).

A oração tivesse ele dito a verdade não é aceitável como enunciado independente (salvo quando proferida em entoação exclamativa; porém, no período em que se encontra, sua entoação é de oração declarativa, e como tal representa um enunciado dependente).

Além disso, temos, aqui, uma oração volitiva seguida de uma oração enunciativa, o que reforça o caráter de subordinação, pois não podemos coordenar orações de natureza diferente.

Já vimos, no estudo das coordenadas justapostas, que certos advérbios podem adquirir o caráter de conectivo, tendendo, nesse caso, a fixar-se no início da oração que introduzem.

O mesmo ocorre com algumas subordinadas adverbiais. As conjunções temporais apenas e mal foram, inicialmente, advérbios; convertidos em conjunções, passaram a encabeçar as orações em que figuram.

Também embora, conjunção concessiva, teve primeiramente emprego adverbial, assumindo, depois, o papel de conjunção (16).

(16) Cf. Ali, M.Said - Gramática histórica da língua portuguesa. 5.ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1965 - p. 190.

Contudo, diferentemente de apenas e mal, pode pospor-se ao verbo, caso em que readquire o valor adverbial e a oração em que ela figura passa a apresentar o caráter de justaposta:

"E a pobre nunca reviver pudera,

Chovesse embora paternal orvalho!" (C.de Abreu, "Amor e medo", ap. Bandeira, M. - Antologia dos poetas brasileiros da fase romântica. 3.ed. Rio de Janeiro, Deptº Impr. Nac., 1949 - p. 237).

Outro exemplo de subordinada adverbial justaposta é o das condicionais, que apresentam construções variadas.

Podemos encontrar combinações de condicionais volitivas com verbo no subjuntivo (e sujeito posposto), seguidas de orações principais enunciativas:

"Visse-a Juno, talvez se abrandaria" (Cast., ap. S.Ali, G.S., 190, em Kury, A.da G. - Lições de análise sintática, p. 87).

Note-se que é a mesma estrutura que encontramos nas concessivas. É, portanto, o contexto que determina a diferença semântica.

Às vezes, a volitiva tem o verbo no imperativo e vem seguida, também, de uma oração enunciativa:

"Suprima a vírgula, e o sentido ficará mais claro" (em Cunha, Celso - Gramática da língua portuguesa, p. 452).

A presença da conjunção e antes da oração principal é facultativa. No exemplo anterior, também podemos anteceder da conjunção coordenativa e a oração principal.

Trata-se, a rigor, de uma coordenação indevida, porque os segmentos são de natureza diferente.

Há, ainda, a combinação de orações interrogativas, de valor condicional, com orações enunciativas:

"Chama-me? ascendo à pátria, / Poupa-me? aspiro a ela" (Cast., em Epifânio Dias - Sintaxe histórica portuguesa, p. 273 - § 378, a).

Mais raras são as subordinadas adverbiais finais:

"O melhor é não dizer nada ao rapaz, não vá ele acovardar-se" (em Barreto, M. - Últimos estudos, p. 320);

"Cala-te já, minha filha, ninguém te oiça mais falar" (Garret, Romanc., II, 83, em Bechara, E. - op.cit., p. 144).

A justaposta final corresponde sempre a uma volitiva com elemento negativo. No primeiro exemplo apresentado, associa-se a uma enunciativa e, no segundo, a outra volitiva.

É importante observar que essas subordinadas adverbiais justapostas apresentadas normalmente não são permutáveis no interior do período em que se encontram.

Retomando alguns dos períodos acima, não são aceitáveis construções como as seguintes:

"*Não lhe perdoaríamos, tivesse ele dito a verdade".

"*Talvez se abrandaria, visse-a Juno"

"*Ninguém te oiça mais falar, cala-te já, minha filha".

Entretanto, se encabeçadas por um elemento conectivo, a permutação dessas orações passa a ser aceitável:

"Não lhe perdoaríamos, embora ele tivesse dito a verdade".

"Juno talvez se abrandaria, se a visse".

"Para que ninguém te oiça mais falar, cala-te já, minha filha".

Ocorre, aqui, algo parecido com o que comentamos a respeito do aposto circunstancial.

O conectivo, expressando uma circunstância explícita (concessiva em embora, condicional em se e final em para que), caracteriza suficientemente a oração, de modo que esta passa a constituir um sintagma autônomo. De modo geral, o sintagma autônomo caracteriza-se pela sua mobilidade no interior do período; daí, a possibilidade de permutação dessas orações quando introduzidas pelo conectivo.

Na falta deste (no caso das justapostas), - com a perda, portanto, do elemento característico -, o caráter de subordinação permanece apenas através do verbo no subjuntivo.

Havendo, assim, um enfraquecimento na autonomia do sintagma, es te tende a fixar-se, diferentemente do que sucede com as mesmas construções quando conectivas.

Observação:- Assinalemos, contudo, a existên -
cia de certas construções concessivas justapostas que, apesar da falta de elemento conectivo, são permutáveis: digam o que quise -
rem, custe o que custar, dê onde
der, seja o que for, aconteça o
que acontecer, venha donde vier ,
seja como for:

"Sairemos, aconteça o que aconte-
cer"

"Aconteça o que acontecer, saire-
mos"

Na verdade, temos, aqui, uma es trutura complexa. A oração concessiva propriamente dita é repre sentada apenas pelo primeiro ver bo, no presente do subjuntivo.

O que se segue é uma expansão re lativa (oração adjetiva), com o mesmo verbo retomado no futuro do subjuntivo.

Essa diferença de estrutura, com relação às outras concessivas que vimos mais acima, bem como o tra ço da permutação, permitem- nos agrupar as concessivas justapos -
tas em dois blocos.

Também se encontram subordinadas adverbiais jus tapostas causais, de que apontamos alguns exemplos:

"Ainda que tivesse escondido o infame objeto , emudeceria, tão apavorado me achava" (G.Ramos, Inf., 32, em Kury, A.da G. - op.cit., p. 79).

"Ficaram todos imobilizados de horror, tal foi o susto causado pela tremenda explosão" (em Corrêa, G.G. - 2500 exercícios graduados, p. 96).

Notemos, nesses períodos, a presença das palavras intensivas tão e tal; há, também, exemplos com tamanho.

Observemos, que, no último exemplo proposto, a oração Ficaram todos imobilizados de horror pode constituir um enunciado independente, sendo, portanto, a principal; pelo contrário, a oração tal foi o susto causado pela tremenda explosão não constitui enunciado independente, sendo, por conseguinte, a subordinada. Só podemos aceitá-la como enunciado independente se lhe associarmos a entoação exclamativa; porém, no período em que se encontra, sua entoação é de oração declarativa, e, como tal, representa um enunciado dependente.

A respeito desse tipo de estrutura, assim se manifesta José Oiticica, partindo do período "Fiquei alegre , tais foram as notícias":

"Há uma oração conseqüência de outra. Ora, a conseqüência está precisamente em fiquei alegre e a causa está em foram tais as notícias. Temos, pois, um período composto por correlação em que a correlata consecutiva aparece em primeiro lugar, mascarada de principal, pois, mercê da inversão, perdeu a conjunção correlativa que:

'As notícias foram tais, que fiquei alegre'.

A inversão, feita por ênfase, para valorizar o fato mais importante, minha alegria, alterou de todo a estrutura, deformou-a.

Na análise escolar, importa desfazer a inversão e restabelecer a estrutura normal" (17).

Reforçam a interpretação do autor a presença de um dos elementos formais da correlação, o pronome tais, de valor intensivo, bem como a estreita relação entre causa e conseqüência. A referência a esses traços alicerçaria mais a argumentação de Oiticica.

Parece-nos, contudo, desnecessária a reconstituição da frase primitiva, para efeito de análise. Basta classificar a oração inicial (fiquei alegre) como principal e a seguinte como adverbial causal, o que, ademais, tem a vantagem de apontar um tipo de construção justaposta comum em nossa língua.

Convém, ainda, assinalar as subordinadas adverbiais temporais justapostas, com os verbos haver e fazer, em frases como: "Há quatro dias não o vejo".

Essas orações temporais podem vir seguidas do conectivo que: "Há quatro dias que não o vejo"; "Faz quatro dias que não o vejo".

Tem havido muita divergência entre nossos gramá

(17) Teoria da correlação - 2.ed. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1962 - p. 47-48.

ticos, sobretudo a respeito da análise dessa segunda construção.

Exporemos, aqui, as principais soluções propostas, a fim de mostrar suas limitações (embora cada solução apresentada tenha captado um aspecto importante desse tipo de construção) e tentar chegar a uma conclusão.

Uma solução analítica é a apresentada por Síl - vio Elia, num ensaio intitulado "Justaposição" (18), bem como por E. Bechara, nas Lições de português (19), que consideram a oração de haver / fazer como subordinada adverbial justaposta e a oração introduzida por que como a principal.

Vêm no que um mero expletivo, explicável pelo fato de que "o que não serve de introduzir uma oração subordinada adverbial temporal, mas, reduzido a simples palavra memorativa, relembra, na oração principal, a partir de que fato se faz alusão ao tempo na subordinada anterior" (20).

Embora essa posição seja condizente com o valor semântico das orações, há duas restrições que fazer.

Inicialmente, chamar o que de expletivo é, a rigor, uma forma de contornar a dificuldade. Não se explica como e porque o conectivo se introduziu ali.

Ressaltemos, também, que a partícula que é o elemento subordinante por excelência e sua presença numa oração

(18) Cf. Jornal de filologia. São Paulo, III (2), abr. a jun / 1955 - p. 112.

(19) Cf. p. 140.

(20) Bechara, E. - op. cit., p. 140.

principal causa estranheza.

Acrescente-se, ainda, a observação de que a partícula é facultativa com o verbo haver (o que permitiria falar em expletivo), mas não é o que ocorre com o verbo fazer. Uma frase como "Há quatro dias não o vejo" é mais aceitável do que "Faz quatro dias não o vejo", onde a presença do conectivo se impõe muito mais.

Além disso, a observação inicial de Bechara: "o que não serve de introduzir uma oração subordinada adverbial temporal", peca pela generalização. Há, em português, exemplos de que com valor temporal, como o veremos.

Uma segunda posição consiste em reconhecer, nas expressões com haver temporal, um caso de gramaticalização; a forma há corresponderia a uma preposição, por exemplo, desde:

"Não o vejo há quatro dias" - "Não o vejo desde quatro dias".

É assim que Maximino Maciel, na Gramática des -critiva, analisa essa construção. Num levantamento de empregos do verbo haver, observa que este pode ser empregado:

"F) Como adjunto adverbial em phrases ou expressões em que apenas indica circunstancia de tempo, seguido às vezes do que expletivo, ex.: 'Para os interesses da sua celebridade devera ter morrido há mais de vinte annos' (21).

(21) Cf. p. 395.

É curioso que não se refere ao verbo fazer ,
que, no entanto, tem uso paralelo ao de haver.

Observação:- Entre os gramáticos modernos, man
tém a mesma posição Celso P.Luft,
p.ex., na Gramática resumida (p.
146) e na Moderna gramática brasi
leira (p. 46). Diferentemente de
M.Maciél, aplica a mesma análise
às frases com o verbo fazer.

Notemos um ponto em comum com as considerações
de Sílvio Elia e E.Bechara: a consideração da partícula que
como expletivo, mencionada sem a devida explicação.

A análise de M.Maciél também é inaceitável, pe
las razões que vamos expor.

Sabe-se que, quando as palavras variáveis, por
um processo de gramaticalização, convertem-se em advérbios, pre
posições ou conjunções, tornam-se invariáveis. Lembremos, a
título de exemplo, os participios durante, salvo, que, uma vez
transformados em preposição, perderam a flexão; certas formas
verbais, quando passam a conjunções, petrificam-se: quer ... ,
quer ...; seja ... , seja ...

Ora, os verbos haver e fazer, nas expressões
temporais, não só admitem advérbios modificadores, como também
podem aparecer noutras formas da conjugação que não o presente
do indicativo, o que é confirmado pelo exemplo abaixo:

"(...) finalmente, esperei que o irmão do tio
Peçanha voltasse naquele dia ou no outro, visto que tinha saí

do havia já trinta e seis horas" (M.de Assis, O espelho, p. 344).

Se correspondessem a preposições, palavras invariáveis, teriam passado por um inevitável processo de petrificação, como constatamos nos exemplos de gramaticalização acima apontados. Como são formas que se flexionam e admitem modificadores, estão, na verdade, em pleno valor verbal.

Entretanto, convém assinalar que as expressões temporais com o verbo haver podem aparecer regidas de preposição, equivalendo, portanto, a verdadeiros substantivos.

Nesse caso, o verbo haver só pode ser empregado no presente do indicativo e o sintagma resultante pode funcionar como adjunto adverbial ou como adjunto adnominal:

"De há muito não o vejo" (adj.adv.);

"Desde há muito não o vejo" (adj.adv.);

"Até há pouco eu o vi por aqui" (adj.adv.);

"Modas de há trinta anos" (adj.adn.) (22).

Observe-se, também, que o verbo fazer não admite essa construção; *de faz muito é totalmente inaceitável.

Consideremos, agora, a posição de alguns gramáticos que vêm na oração introduzida por que uma subordinada substantiva subjetiva.

Adriano da Gama Kury, nas Lições de análise sin

(22) Exs. extraídos de: Bechara, E. - op. cit., p. 140.

tática, partilha da mesma opinião:

"Sustentam outros mestres (Martins de Aguiar , Mário Barreto, Cândido Jucá Filho) ser conjunção integrante o que, e em consequência subjetiva a oração por ele encabeçada; o verbo haver (e igualmente fazer) não seria, pois, impessoal, mas unipessoal (como urgir, convir, parecer, constar, etc), tendo o sentido concreto de 'ter', 'durar', 'completar'".

E, mais adiante, conclui:

"É esta a nossa interpretação preferida" (23).

Essa solução também pode ser refutada, se estabelecermos uma comparação entre essas construções e as demais orações subordinadas substantivas subjetivas.

Nos exemplos com haver (e fazer) temos três possibilidades de construção:

- 1) "Há quatro dias não o vejo" (omissão do que e anteposição da expressão temporal);
- 2) "Não o vejo há quatro dias" (omissão do que e posposição da temporal);
- 3) "Há quatro dias que não o vejo" (presença do que e anteposição da temporal).

Verifiquemos se as demais orações substantivas subjetivas apresentam o mesmo comportamento. Tomemos como

(23) Cf. p. 99.

exemplo a frase: "É necessário que chova" e apliquemos-lhe as mesmas manipulações:

- 1) "*É necessário chova" (omissão do que e posposição da subordinada: construção inaceitável);
- 2) "*Chova é necessário" (omissão do que e anteposição da subordinada: construção inaceitável);
- 3) "É necessário que chova" (presença do que e posposição da subordinada: construção aceitável).

Ora, só a terceira construção é um enunciado aceitável, mas, ainda aqui, pode apontar-se uma diferença; é possível dizer: "Que chova é necessário", ao passo que "Que não o vejo há quatro dias" é bem menos aceitável.

Portanto, nas frases de haver / fazer temporal, a oração introduzida por que não tem as mesmas características das demais subordinadas substantivas subjetivas, o que nos impede de atribuir-lhe essa função.

Por sua vez, Epifânio Dias, na Sintaxe histórica portuguesa (24), e M.Said Ali, na Gramática secundária da língua portuguesa (25), consideram o que conjunção temporal, associando essa construção a outras como hoje que, agora que, a

(24) Cf. p. 293 (§ 405).

(25) Ali, M.Said - Gramática secundária da língua portuguesa. 6.ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1965 - p. 142-143.

primeira vez que.

Não são raros, em português, exemplos de que temporal, com o valor de "desde que" ou "quando", como nos conhecidos versos de Camões:

"Porém já cinco sóis eram passados,
Que dali nos partíramos, cortando" / (...)
(Os Lus., V, 37)

"Não andam muito, que no erguido cume
Se acharam, onde um campo se esmaltava" / (...)
(Os Lus., X, 77).

Entretanto, a observação dos exemplos acima nos leva a verificar que a partícula que, com o valor de conjunção temporal, introduz orações antecedidas de pausa e facultativas; podem ser omitidas, no contexto em que se encontram, sem prejuízo para o conjunto.

Ora, não é o que sucede com as construções que estamos examinando. Em "Há quatro dias que não o vejo", o conectivo não aparece antecedido de pausa e introduz uma oração necessária, pois um enunciado como Há quatro dias, isolado, é inaceitável.

Não se pode, portanto, atribuir à partícula que o mesmo valor nos dois casos; se é conjunção temporal nos versos camonianos, não o é no exemplo citado.

Apesar dessas considerações, cremos que a solução mais conveniente se insinua numa observação de Epifânio Di

elucidar o fato.

Temos, inicialmente, duas orações justapostas enunciativas: "Não o vejo há quatro dias".

A segunda, não constituindo enunciado independente aceitável, é a subordinada adverbial temporal.

Há duas formas de realçar essa subordinada.

Podemos colocá-la no início do período: "Há quatro dias não o vejo"; sua função continua sendo a mesma.

Outra solução é fazer da oração de sentido temporal a oração principal.

Como, segundo Evanildo Bechara, "Sob o modelo de tais linguagens (27), desenvolveu-se o costume de se acrescentar a palavra que depois de expressões que denotam 'desde que tempo uma coisa acontece', reduzida a simples palavra de realce temporal:

Desde aquele dia que o procuro" (28), podemos perfeitamente supor que foi esse o processo que caracterizou a outra oração, a que não exprime tempo.

Trata-se, portanto, de uma extensão analógica do uso do pronome relativo com expressões temporais.

Resta esclarecer importante problema: qual a diferença que se estabelece entre "Há dias que não o vejo" e

(27) Refere-se o autor às expressões agora que, hoje que, etc.

(28) Cf. Lições de português pela análise sintática, p. 139.

as e Said Ali: a associação com expressões como hoje que, agora que, a primeira vez que.

Nessas expressões temporais, o que é pronome relativo, como observa Mário Barreto:

"Feita esta decomposição, esta operação etimológica, as expressões hoje que e agora que (agora que tu comes a ler, hoje que estás rico) entram na classe das frases que estudamos no capítulo antecedente: uma manhã que eu não estava em casa, o dia que eu não baste à tua felicidade, deixa-me e vai-te embora, todas as vezes que me falava dela, ... isto é em uma manhã em que, no dia em que, em todas as vezes em que, nesta hora em que tu comes a ler, etc., e nestes casos se emprega tanto em que como o simples que: 'No momento em que, ajudado por Martim Vásquez e Ana Margarida, se quis erguer, pen deu moribundo nos braços deles, e aquele gênio de luz mergulhou-se nas trevas do passado' (Herc., Lendas e narr., tom. I, A abóbada, cap. V, p. 291) (seguem vários exemplos).

Nestas e semelhantes frases que desempenha o ofício de pronome relativo, sendo, por tanto, a oração antes ad jectiva que adverbial (Ayer) " (26) .

É aqui que nos parece encontrar-se a solução. O que de "Há quatro dias que não o vejo" é, também, pronome relativo, e subordinada adjetiva a oração por ele introduzida.

O conhecimento da gênese da construção ajuda a

(26) Novos estudos da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro, Presença, 1980 - p. 179-180.

"Há dias em que não o vejo"?

A diferença essencial reside no fato de o primeiro que não aparecer regido de preposição, ao passo que o segundo aparece regido de em. O primeiro que exprime duração; o segundo, data (29). Mas são ambos pronomes relativos.

Observação:- A falta de pausa em expressões como hoje que, agora que, acaba por torná-las locuções conjuntivas temporais.

Há, assim, um esvaziamento do valor do relativo, o que nos obriga a remontar à construção primitiva para explicar o fato, o qual não se apresenta com a devida clareza numa perspectiva marcadamente sincrônica.

Mencionemos, ainda, algumas orações subordinadas substantivas justapostas.

A fim de evitar o acúmulo de ques, costuma-se omiti-los em algumas orações substantivas subjetivas e objetivas diretas:

"E ela significando experimentar alívio, lhe rogou continuasse com o remédio" (P.Man.Bern., Nov.flor., tom. II, p. 352, em Barreto, M. - Novos estudos da língua portuguesa, p. 171);

(29) Cf. Grammaire Larousse du français contemporain, p.132 (§ 201).

"Não é justo tenhamos cuidado de alguém primeiro que de Cristo" (o mesmo, aí mesmo, tom. IV, p. 449, em Barreto, M. - op.cit., p. 171).

Aqui, a subordinação é indicada pelo uso do subjuntivo; trata-se de uma oração volitiva que completa uma enunciativa, à semelhança do que ocorria em latim, onde as orações substantivas subjetivas e objetivas podiam também aparecer sem conectivo, com o verbo no subjuntivo (30).

A elipse do conectivo é, também, freqüente, quando a uma oração substantiva se segue outra:

"Sabemos não é certo que se haja dado a ordem" (em Barreto, M. - Novíssimos estudos da língua portuguesa, p. 192).

A omissão da partícula dá-se, normalmente, na primeira oração substantiva.

Nos casos de entrelaçamento do pronome relativo com a conjunção que (orações entrançadas), é o segundo que que se pode omitir:

"... e para se espertar usava do remédio da água que dissemos tinha sempre à cabeceira" (Fr.L. de Sousa, V. do arc., liv. I, cap. XI, em Barreto, M. - op. cit., p. 192).

Assinalamos, todavia, que se trata de um tipo de construção rebuscada, na linguagem atual.

(30) Cf. Faria, Ernesto - Gramática superior da língua latina, p. 451.

CAPÍTULO 7: CASOS DISCUTÍVEIS DE JUSTAPOSICÃO

Neste capítulo, abordaremos alguns casos normalmente considerados como construções justapostas em nossas gramáticas mais recentes: as orações introduzidas por pronomes relativos sem antecedente explícito e certas orações interrogativas indiretas.

Na verdade, trata-se de construções aparentemente justapostas; como procuraremos demonstrar, um exame mais minucioso revelará a existência de um elemento conectivo.

7.1.- Orações de pronomes relativos sem antecedente explícito

Em português, são freqüentes os casos de emprego dos pronomes relativos desacompanhados de um antecedente.

Evanildo Bechara, em sua gramática já citada, observa que "Os pronomes relativos quem e onde podem aparecer com emprego absoluto, sem referência a antecedentes:

Quem tudo quer tudo perde.

Dize-me com quem andas e eu te direi quem és.

Moro onde mais me agrada." (1)

(1) Moderna gramática portuguesa, p. 101.

Podemos acrescentar que é também o caso de quan, to, que pode aparecer desprovido de antecedente: "Comprou (tudo) quanto viu."

Essas construções receberam dois tipos de análise.

Uma análise mais tradicional aconselha a subentender o antecedente e a considerar a oração assim "reconstituída" como subordinada adjetiva. O pronome relativo assumiria, assim, o caráter de palavra sintética. (2)

É o que podemos ler nas Lições de português de Otoniel Mota, que, às p. 82-83, afirma que "O pronome relativo quem é igual a aquelle que. Para analysar-se é preciso desdobrá-lo nesses dois elementos.

Com elle apparecem sempre dois verbos; de modo que o primeiro elemento (aquelle) funciona com o segundo verbo, e o segundo elemento (que) funciona com o primeiro verbo.

Seja a sentença: 'Quem cala consente'. Desdobrando o quem, temos: 'Aquelle que cala consente'. Aquelle é o sujeito de consente, e que é o sujeito de cala".

E mais adiante, à p. 86:

"O pronome relativo onde às vezes não tem um substantivo claro ao qual se refira. Exemplo: 'Elle deixava doces recordações onde passava'. Nesse caso é preciso subentender o

(2) Designamos por palavras sintéticas as que acumulam função dupla. Cf. Oiticica J. - Manual de análise, p. 68.

substantivo lugar: 'Elle deixava doces recordações (no lugar) onde passava' ". (3)

É curioso notar que é essa, também, a posição de Andrés Bello (gramático hispano-americano do século passado, famoso por suas idéias renovadoras), com relação ao mesmo fato em castelhano, onde o pronome relativo quien figura frequentemente sem antecedente:

"328. En lugar de las expresiones el que, la que, los que, las que, ya formen dos palabras o una sola , empleamos muchas veces el sustantivo quien, quienes, cuando el relativo se refiere a persona o cosa personificada: 'La culpa no fué tuya, sino de quien te aconsejaba': este quien quiere decir la persona que, y es un relativo que lleva en sí mismo su antecedente". (4)

Outra análise, avessa ao desdobramento do pronome relativo, é a proposta por Said Ali. Em sua Gramática histórica da língua portuguesa, às p. 109-110, assinala que "Em proposições como 'quem porfia mata a caça', 'quem espera sempre alcança', servimo-nos de um pronome visivelmente destituído de antecedente. Mas como o vocábulo quem aí sugere a noção de 'homem (ou mulher) que', 'alguém que' sentimo-nos propensos a ladoar a questão lingüística, analisando não já o pronome tal qual em tais frases se apresenta, mas sim o seu equivalente semânti-

(3) Cf., também, Oiticica, José - op.cit., p. 214-216.

(4) Bello, Andrés & J. Cuervo, R. - Gramática de la lengua castellana, p. 128.

co. Esse método condenável, de conciliação forçada, não satisfaz todavia ao espírito quando aplicado a quem quer que, expressão ampliativa do mesmo pronome quem nestas proposições: 'quem quer que o disse'; 'não faças mal a quem quer que te ofenda'".⁽⁵⁾

E mais adiante, no § 526 da p. 110:

"O relativo indefinido gera orações de caráter substantivo; o relativo propriamente dito (com antecedente) dá origem a orações de caráter adjetivo. Comparemos quem trabalha (o trabalhador) e o general que venceu (o general vitorioso)".

Em algumas de nossas gramáticas mais recentes, constatamos a incorporação da tese de S. Ali. É o que se pode verificar, por exemplo, na Moderna gramática portuguesa de Evânildo Bechara (cf. p. 221); cf., também, a Pequena gramática de Adriano da Gama Kury (p. 105 e 109).

Contudo, a tese do desdobramento é defendida por Rocha Lima (Gramática normativa da língua portuguesa - p. 243) e Gladstone Chaves Melo (Gramática fundamental da língua portuguesa - 3.ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Téc. S.A., 1978 - p. 80).

Em conhecido ensaio sobre a justaposição, Sílvio Elia considera, também, que essas orações deveriam ser desdobradas, defendendo, assim, a posição de Andrés Bello.⁽⁶⁾

Diante das duas posições opostas, qual delas adotar? Estamos diante de um caso de oração conectiva (com des

(5) § 524.

(6) "Justaposição", in Jornal de filologia, p. 110-111.

dobramento) ou de oração justaposta (sem desdobramento)?

Na verdade, não se trata de optar por este ou aquele. São um aprofundamento dos aspectos formais que caracterizam essas construções nos conduzirá à solução.

Retomemos o exemplo acima, de Otoniel Mota:
Quem cala consente.

Se substituirmos quem por um substantivo (o homem, por exemplo), obteremos um enunciado inaceitável sob o ponto de vista sintático: *O homem cala consente. A presença do que torna-se, assim, indispensável.

O mesmo fato pode ser confirmado através de uma análise em Constituintes Imediatos (C.I.), técnica comum empregada pelos distribucionalistas norte-americanos.

Queremos, contudo, ressaltar algo de que já falamos na introdução deste trabalho: reconhecemos a limitação dos modelos lingüísticos, o que não nos impede, porém, de utilizá-los quando possam ter caráter elucidativo. É o caso da aplicação da análise em C.I. ao problema que agora nos ocupa.

A análise em C.I. propõe que a cadeia da fala pode ser dividida em sucessivos blocos binários: a uma primeira segmentação em dois blocos, segue-se outra que, retomando cada um dos blocos obtidos, vai dividi-los em outros dois, e assim sucessivamente.

Para isso, são utilizadas técnicas formais, das quais a mais comum é a comutação: substitui-se um sintagma ma-

ior (que recebe o nome de expansão) por um elemento simples (designado como modelo).

Aplicando esses princípios à frase em questão, obtemos: Quem cala (substituível, por exemplo, por o homem) e consente. O primeiro bloco obtido (Quem cala) é, por sua vez, constituído de dois elementos: quem (ainda substituível por o homem, ou Pedro) e cala.

Uma representação esquemática da análise realizada daria:

1. Quem cala / consente
2. Quem / cala,

o que se lê da seguinte forma: quem e cala são os C.I. de quem cala; quem cala e consente são os C.I. de Quem cala consente.

Ocorre que, para isolarmos quem, substituímo-lo por o homem (que vem a ser, no caso, o modelo). Ora, o modelo e a expansão correspondem ao mesmo paradigma (já que são substituíveis um ao outro); portanto, o modelo deverá ter as mesmas possibilidades de distribuição (de ocorrência) da expansão.

Substituindo quem por o homem, temos: o homem se associa a cala para formar o homem cala; por sua vez, o homem cala se associa a consente para formar *o homem cala consente, que é uma frase inaceitável. Somos obrigados a postular o relativo que: O homem que cala consente.

Portanto, o relativo quem é, na verdade, o amálgama de dois elementos: o antecedente e o relativo que. Em ou-

tras palavras, quem tem em seu bojo seu próprio antecedente.

Os gramáticos acima mencionados, partidários do desdobramento do relativo, partiam de uma intuição correta. Entretanto, preocupados com uma equivalência semântica (quem = "aquele que", "a pessoa que"), acabaram negligenciando os aspectos formais que os levariam a demonstrar e a alicerçar seu ponto de vista.

Dessa forma, não nos parece correto mencionar a existência de orações subordinadas adverbiais justapostas em função de agente da passiva como o faz Evanildo Bechara, em suas Lições de português pela análise sintática, a respeito da frase "Fomos enganados por quem não esperávamos". (7)

Em suas Lições de análise sintática, Adriano da Gama Kury fala de oração subordinada substantiva justaposta, em função de agente da passiva, a respeito da frase "Este trabalho foi feito por quem entende do riscado". (8)

Não entraremos na divergência dos dois autores (se a oração em questão é adverbial ou substantiva), porque não vemos aí um caso de justaposição. Considerando quem um relativo com antecedente implícito, estamos diante de verdadeiras orações subordinadas adjetivas; é o antecedente implícito, regido de por, que exerce a função de agente da passiva, nesses períodos.

(7) p. 143 (§ 24.a).

(8) p. 68 (item 7).

Considerações análogas às que fizemos para o relativo quem podem ser feitas para os demais relativos desprovidos de antecedente expresso.

É o caso de onde, na frase machadiana Onde me espetam, fico, constituída de duas orações, das quais a primeira vem sendo normalmente classificada de subordinada adverbial justaposta locativa. (9)

Se considerarmos que poderia haver um antecedente expresso (ali, no lugar), teríamos a frase: "Ali onde me espetam, fico".

Ora, nesta frase, não teríamos dúvida em ver duas orações: a primeira, ali fico, a principal; a segunda, onde me espetam, subordinada adjetiva restritiva.

Comparando as duas frases:

"Onde me espetam, fico".

"Ali onde me espetam, fico".,

notamos que, na primeira, houve omissão do antecedente, o qual passa a figurar na segunda.

Sendo essa a única diferença entre as frases apresentadas, parece-nos mais plausível dar-lhes uma análise comum, considerando que, na primeira, há um antecedente implícito,

(9) Silveira, O. Guterres da - Orações subordinadas sem conectivo, p. 22. Cf., também: Kury, A. da Gama - op.cit., p. 92 (§130) e Bechara, E. - op.cit., p. 144 (§24,d).

e na segunda, um antecedente explícito. Há, na verdade, um paralelismo entre elas.

Classificar uma como subordinada adverbial justaposta locativa e a outra como subordinada adjetiva restritiva seria, justamente, atribuir análises muito diferentes a estruturas paralelas e, portanto, próximas.

Em ambos os casos, o melhor seria considerar onde me espetam como subordinada adjetiva restritiva, o que sublinharia a relação entre as duas.

No primeiro caso, temos um pronome relativo de antecedente implícito, ou seja, um antecedente \emptyset . A postulação de um elemento \emptyset tem sido comum nas análises linguísticas de base estruturalista e pós-estruturalista, o que muitas vezes simplifica a análise e estabelece um paralelismo entre as diferentes construções estudadas. (10). É o que se pode verificar na construção que nos ocupa.

Acrescente-se que outros pronomes relativos, em português, podem, também, ser usados sem antecedente explícito. É o caso de que, quanto e como.

O fato pode ser ilustrado através dos seguintes exemplos, extraídos da Gramática normativa da língua portuguesa, de Rocha Lima:

"Diante disso, ele não teve que dizer. (nada/que).

Perdera no mar quanto trazia. (tudo / quanto).

(10) Cf., p.ex., a análise que J. Mattoso Câmara Jr. faz da flexão verbal portuguesa, em Problemas de linguística descritiva. Petrópolis, Edit. Vozes Ltda., 1969 - (p. 65-71) e Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis, Edit. Vozes Ltda., 1970 - (p. 94-100), onde o morfema \emptyset é frequentemente utilizado, com o objetivo acima exposto.

Veja como fala! (0 modo / como)." (11)

Em seguida, observa o autor que:

"Para o efeito de análise, é conveniente restaurar o antecedente omitido - com o que se tornará mais nítida a estrutura de cada uma das orações" (11), o que coincide com a tese que aqui expomos.

Concluindo, devemos ressaltar que todos os relativos mencionados (quem, onde, que, quanto e como) constituem um sistema coerente, podendo ser utilizados com ou sem antecedente explícito.

Observe-se, todavia, que o relativo quem apresenta uma característica diferente com relação aos demais.

Utilizado sem antecedente, este não pode ser reconstituído; quem contém em seu bojo o elemento antecedente e o elemento conectivo. É, a rigor, um exemplo de palavra sintética.

Os demais relativos mencionados podem ser empregados sem antecedente, caso em que este é facilmente reconstituível. A rigor, dever-se-ia falar em antecedente \emptyset , e não propriamente em palavra sintética.

(11) p. 243

7.2 - Orações interrogativas indiretas

Em português, as orações interrogativas correspondentes a interrogações parciais, isto é, que perguntem por algum termo da oração que não seja o predicado, vêm sendo classificadas como justapostas.

Assim, em um período como Pergunto qual é seu endereço, o pronome interrogativo qual funcionaria como predicativo do sujeito seu endereço, sem valor conectivo; a oração qual é seu endereço seria substantiva objetiva direta justaposta (interrogativa indireta) com relação a pergunto.

Essa é a posição adotada, por exemplo, pelo prof. Olmar Guterres da Silveira em sua tese intitulada Orações subordinadas sem conectivo. À p. 26 do referido trabalho, podemos ler: "7. Na língua portuguesa atual as orações subordinadas explícitas sem conectivo (o grifo é nosso) são iniciadas por: quem, que, quanto, quão, qual, quando, como, onde e porque".

Essa conclusão exercerá influência em alguns de nossos gramáticos mais conhecidos. Evanildo Bechara, em suas Lições de português pela análise sintática, endossa a tese de Olmar Guterres da Silveira, citando-o explicitamente (12). O mesmo se pode constatar nas Lições de análise sintática, de Adriano da Gama Kury (13).

Entretanto, um exame mais acurado desse tipo de

(12) p. 116.

(13) p. 64 e 69.

construção vai revelar-nos que o elemento introdutor da oração interrogativa indireta acumula, também, a função de conectivo. Trata-se, na verdade, de palavra sintética.

Senão, vejamos.

Quando se trata de oração interrogativa indireta total (isto é, que pergunta por todo o conteúdo da oração), a presença do conectivo é obrigatória. A língua impõe o uso da partícula se: Pergunto se você gostou do filme.

A omissão da partícula só é aceitável se se tratar de interrogação direta: Pergunto: você gostou do filme?, caso em que há uma pausa separando as duas orações e uma entoação interrogativa para a segunda.

Nossas gramáticas têm classificado essa partícula como conjunção integrante. Como não comuta com a conjunção integrante por excelência, que:

"Quero que venhas" - "*Quero se venhas": construção inaceitável em português;

"Pergunto se você vem" - "*Pergunto que você vem": construção inaceitável em português,

e só figura em orações de caráter interrogativo, melhor seria considerá-la como partícula de interrogação indireta, de caráter conectivo.

Podemos observar que a ausência de um elemento que pudesse assumir o papel de conectivo impõe o uso da partícula

la de interrogação indireta nas interrogativas indiretas totais. No caso das interrogativas indiretas parciais, o pronome interrogativo ou o advérbio introdutor assumem a função conectiva.

Retomando o exemplo acima, Pergunto qual é seu endereço, vamos passá-lo para o discurso direto. Obtemos: "Pergunto: qual é seu endereço?" (com pausa e entoação interrogativa para a última oração).

Notamos, contudo, que o pronome interrogativo goza de certa mobilidade; pode-se perfeitamente dizer: "Pergunto: seu endereço é qual?", colocando-o no fim da oração.

Se reconvertermos o período ao discurso indireto, constataremos que o pronome interrogativo se fixa no início da oração; não se pode mais permutá-lo. Em interrogação indireta só é aceitável Pergunto qual é seu endereço; a construção Pergunto seu endereço é qual é totalmente inaceitável em português.

Ora, isso nos mostra que o pronome interrogativo adquiriu, também, o valor de conectivo, ocupando a posição destinada a este último, ou seja, o início da oração.

O mesmo se dá com os advérbios. Em interrogação direta aceitamos indiferentemente: Pergunto: onde mora você? ou Pergunto: você mora onde?

Em interrogação indireta, só é aceitável Pergunto onde mora, sendo Pergunto você mora onde uma construção estranha em nossa língua.

Já vimos, noutro capítulo, que há, em português, outros casos em que advérbios, como embora, mal, etc., assumindo valor conectivo, tendem a fixar-se no início da oração (cf. cap. 6, § 6.3).

É oportuno lembrar, aqui, as palavras de Charles Bally:

"Au fur et à mesure que se relâche le lien qui faisait d'un terme le déterminant d'un autre à l'intérieur de C_2 , sa relation avec C_1 devient plus étroite; dans 'Vous travaillez, vous jouerez ensuite' (construction déjà un peu archaïque), ensuite est encore une détermination (t') de vous jouerez. Dans 'je me levai, ensuite je sortis', la valeur coordinative du mot apparaît, sans cependant annuler son sens originel; mais son déplacement en a fait le terme A d'une phrase segmentée; il y a eu transvaluation en t". (14)

Diante do exposto acima, merece comentário especial uma observação que Epifânio Dias faz em sua famosa Syntaxe histórica portuguesa:

"§ 358. No port. arch. era frequente antepôr às palavras interrogativas das orações subordinadas a palavra que:

perguntaram-lhe as vezinhas que adonde leixara ela o filho (Mil. de Stº Ant., 17) (seguem 4 outros exemplos)" (15)

(14) Linguistique générale et linguistique française, p. 68.

(15) p. 265.

Citamos essa passagem porque, com base em seu conteúdo, Sílvio Elia, em ensaio já mencionado sobre a justaposição, conclui:

"Que essas 'partículas modais' (refere-se o autor aos pronomes interrogativos e advérbios introdutores da interrogação indireta) ainda não funcionam em nossa língua como verdadeiros conectivos, provam-no os seguintes exemplos recolhidos por Epifânio Dias em sua Syntaxe histórica (2a.ed., p. 265), porque revelam uma tentativa para substituir a justaposição pela conexão: (e seguem alguns exemplos). (16)

Para Sílvio Elia, a presença da conjunção que, conectivo por excelência, ao lado dos advérbios, revelaria que não são estes últimos que estão em função de ligação.

Ora, o que expusemos acima mostra, pelo contrário, que esses advérbios têm, também, valor conectivo.

Na realidade, os exemplos de Epifânio revelam um fenômeno de redundância: a dupla conexão (pela conjunção que e pelo advérbio). A tendência natural que as línguas têm para a economia (de que a "lei do menor esforço" é um dos aspectos) teria conduzido à eliminação da redundância, impondo apenas um dos elementos conectivos.

Em conclusão, podemos afirmar que, nas orações interrogativas indiretas parciais, o advérbio ou o pronome interrogativo introdutor têm uma função interna dentro da oração

(16) "Justaposição", p. 110

em que figuram, e uma função externa de conectivo, com relação à oração anterior, à semelhança do que ocorre com os pronomes relativos.

Essa dupla função, portanto, não nos permite ver nessas construções um caso de justaposição.

Observação: - Assinalemos, todavia, que a interrogativa indireta foi, inicialmente, uma construção justaposta.

O ponto de partida foi:

"Pergunto: qual é seu endereço?", com justaposição de uma oração enunciativa e uma interrogativa.

A interrogativa é, na verdade, na verdade, um aposto do objeto direto subentendido da oração enunciativa (cf. acima, cap. 3, § 3.6).

Posteriormente, houve a perda da pausa e da entoação interrogativa, o que aproximou mais as duas orações.

O pronome interrogativo, encabeçando a segunda oração, passou a acrescentar à sua função interna a função de conectivo, como mostramos acima.

Temos, aqui, mais um exemplo de como uma construção justaposta passa a construção conectiva.

Foi um processo análogo que transformou o advérbio interrogativo

lat. quare no conectivo car, em francês.

A construção primitiva era constituída de três enunciados:

"Ibo. Quare? Oportet." (em Bourciez, E. - Eléments de linguistique romane, p. 275, § 251 c)

Houve, também aqui, a perda da pausa e da entoação interrogativa, o que resultou na construção: "Ibo quare oportet", a qual irá conservar-se no norte de Gália.

III - CONCLUSÃO

Num balanço final, podemos agrupar as construções justapostas, em português, em dois blocos.

O primeiro é representado pelos termos oracionais e, por sua vez, subdividem-se em dois grupos, conforme estejam ou não antecededidos de pausa.

Não precedidos de pausa temos o sujeito e o predicado (relacionados entre si), o objeto direto, alguns casos de predicativo do objeto, certos adjuntos adverbiais e o adjunto adnominal (no estudo deste último enfatizamos o adjetivo).

A gramática tradicional já tinha caracterizado esses elementos sob um ponto de vista marcadamente semântico, atendo-se a poucas particularidades sintáticas. Lembre-se, por exemplo, que o adjunto adverbial é apresentado, sobretudo, em função das circunstâncias que exprime; não se ressalta suficientemente que há adjuntos adverbiais facultativos e obrigatórios e, neste último caso, o caráter complementar não se coaduna com a designação de "adjunto". Observe-se, também, que não se enfatiza a existência de adjuntos adverbiais justapostos, muito semelhantes, formalmente, ao objeto direto, o que nos remete, inevitavelmente, a uma caracterização mais minuciosa desses dois termos oracionais.

Privilegiando as técnicas da permutação e da comutação, como assinalamos na introdução deste trabalho, e utilizando, também, a transformação passiva como recurso auxiliar, pudemos depreender algumas características formais dos termos da oração, o que permite completar os traços semânticos já apontados pela gramática tradicional.

Como termo oracional, geralmente antecedido de pausa, temos o exemplo do aposto.

Aqui, parece-nos fundamental o estabelecimento de conexão com a oração subordinada adjetiva explicativa (mais raramente, a restritiva) de predicado nominal.

Essa conexão permite-nos ressaltar o parentesco entre o substantivo, o adjetivo e o particípio/gerúndio em aposição, bem como esclarece o problema da pausa, como característica importante, e o caráter explicativo, esclarecedor, do aposto.

A ênfase no estudo do aposto deve-se à complexidade desse elemento e à variedade de aspectos que apresenta.

Nossas gramáticas costumam isolar o vocativo da aposição, vêem no discurso direto um exemplo de oração subordinada substantiva objetiva direta justaposta, consideram certas orações justapostas como coordenadas assindéticas, quando um exame mais atento permite perceber que são apositivas.

Todos esses casos são, na verdade, exemplos de aposição, a qual tem uma amplitude muito maior do que normalmente se percebe pelas poucas páginas que nossas gramáticas dedi-

cam a esse tipo de construção.

A relação sintática que se estabelece entre o aposto e o fundamental é de subordinação.

Trata-se, contudo, de uma relação frouxa, o que levou alguns lingüístas, como, por exemplo, J. Mattoso Câmara Jr., a ver aí um caso de coordenação específica ⁽¹⁾; para L. Tesnière, trata-se de um caso de junção ⁽²⁾.

Essas posições são perfeitamente explicáveis, pois normalmente se concebe como termo subordinado o termo dependente, cuja ligação com o elemento a que se refere é sempre mais estreita do que a que caracteriza a coordenação.

Ora, o aposto é um termo colocado normalmente entre pausas, de caráter parentético e marcado por certa mobilidade no interior da frase em que figura. Todos esses traços atenuam sua característica de elemento subordinado, embora seja, a rigor, um exemplo de expansão paratática.

Essa ligação frouxa, perceptível no nível da aposição, é também marca de outras construções subordinadas; pensamos, especificamente, na oração adjetiva explicativa e em certas orações causais antecidas de pausa.

O caráter coordenativo das adjetivas explicativas já foi ressaltado por Charles Bally ⁽³⁾. É a mesma a posi-

(1) Cf. Dicionário de lingüística e gramática - s.v. aposto, p. 58.

(2) Cf. Eléments de syntaxe structurale, p. 163-164 (§ 4 e ss.).

(3) Cf. Linguistique générale et linguistique française, p. 58 (§ 73).

ção de Andres Bello, que designa essas orações como incidentes; após exemplificar com a frase "Las señoras, que deseaban descansar, se retiraron", observa:

"Las proposiciones incidentes son en cierto modo independientes, y así es que sin alterar en nada el sentido del anterior ejemplo, se podría decir: 'Las señoras deseaban descansar y se retiraron'". (O grifo é nosso) (4)

Já assinalamos, também, que, para Celso P. Luft, na Moderna gramática brasileira, as orações causais, antecedi - das de pausa acentuada, classificar-se-iam melhor como coordena - das explicativas (5).

Vemos, assim, que a ligação frouxa que caracte - riza a aposição é também marca de outras construções.

Entretanto, não é característica que revele a existência de coordenação.

O fato de não podermos substituir o fundamental pelo aposto em certas frases (do que resultariam enunciados ina - ceitáveis), ocorrendo o mesmo com as adjetivas explicativas com relação ao antecedente, leva-nos a ver essas estruturas como subordinadas. Se fossem coordenadas, exerceriam a mesma função que o elemento antecedente, podendo substituir-se a ele.

No que se refere às orações causais, é a mobili - dade que apresentam com relação à outra oração que vai caracte -

(4) Cf. Gramática de la lengua castellana, p. 123 (§ 307).

(5) Cf. p. 53.

rizã-las como subordinadas. As coordenadas não apresentam a característica da mobilidade, em oposição às subordinadas; confirmam-se os exemplos:

"Ele estuda, mas não aprende" - "*Mas não aprende, ele estuda"

"Não sairei, se chover" - "Se chover, não sairei" (enunciado aceitável).

As construções acima mencionadas são, portanto, subordinadas.

Muitas estruturas em ligação frouxa passam a estruturas em ligação coesa, por um fenômeno de condensação (perda da pausa), e chegamos, assim, a uma subordinação mais perceptível.

As adjetivas restritivas procedem das explicativas, por condensação.

Em construções do tipo agora que, todas as vezes que, vimos que a partícula é, inicialmente, um pronome relativo. O desaparecimento da pausa entre esse relativo e a expressão antecedente gera as locuções conjuncionais temporais agora que, todas as vezes que, em que já não se percebe com nitidez o valor do relativo.

Assim é que se explica o surgimento de outras locuções conjuntivas, como a consecutiva de modo que. Inicialmente, de modo é adjunto adverbial da oração principal, separado por pausa da conjunção consecutiva que; com a eliminação da pausa, dá-se a fusão e tem-se a locução de modo que.

Entretanto, algumas ligações frouxas se conservam; é o caso do aposto. Por sua vez, algumas ligações coesas coexistem com as correspondentes ligações frouxas; é o caso das adjetivas restritivas em uso simultâneo com as explicativas.

O exame da aposição conduz, assim, ao esclarecimento de um traço comum a outras construções subordinadas, porém mais visível no caso do aposto. A coexistência de ligações coesas com ligações frouxas, no emprego de algumas subordinadas adverbiais, não permite que se veja claramente a gênese do fenômeno.

Num segundo bloco, agrupam-se as orações justapostas.

Podemos subdividi-las em parentéticas, coordenadas e subordinadas.

As parentéticas são, na realidade, coordenadas antecipadas no corpo da oração anterior; ou então, correspondem a uma mudança de tom relativamente à oração anterior, o que é freqüentemente indicado por uma pontuação específica (parênteses, travessões).

As justapostas coordenadas distinguem-se das subordinadas por poderem constituir um enunciado independente, em oposição a estas últimas, que nunca constituem um enunciado independente aceitável.

O exame das construções paratáticas, ou seja, as justapostas subordinadas, permite elucidar aspectos importantes da subordinação, à semelhança do que ocorre com o aposto.

Certas subordinadas conectivas desenvolvem-se a partir da construção justaposta.

Sintetizando observações que fizemos ao longo deste trabalho, podemos destacar quatro casos.

O primeiro é representado por algumas justapostas que estão em plano secundário e que passam ao primeiro plano, tornando-se orações principais; a oração acompanhante torna-se subordinada, introduzida pelo elemento subordinante por excelência, a conjunção que. É o caso, por exemplo, das parentéticas de citação:

"Ele não vem, disse-me o rapaz":

"O rapaz me disse que ele não vem".

Outro processo semelhante ao descrito acima é o que ocorre com as justapostas temporais: "Não o vejo há dias".

Há duas formas de enfatizar a subordinada.

Podemos antecipá-la à oração principal: "Há dias não o vejo".

Ou então, podemos colocá-la em primeiro plano, como oração principal, e a oração seguinte passa a subordinada introduzida pela partícula que, a qual, à diferença do primeiro caso, é o pronome relativo empregado após construções temporais. Trata-se, a rigor, de uma extensão analógica do que que figura em construções como hoje que, agora que, etc.

Como terceiro caso, podemos apontar as interrogativas indiretas, encabeçadas por pronome ou advérbio interro-

gativo que assume o papel de conectivo, sem perder a função interna dentro da oração.

Finalmente, há as construções em que um advérbio assume, também, o papel de conectivo e passa a encabeçar a oração à qual pertence. Diferentemente do caso acima, não se dá acumulação de função interna, e alguns desses advérbios são caracterizados por certa mobilidade. Dessa forma, esse tipo de construção não perde totalmente o caráter de justaposição.

Se advérbios como apenas e mal, quando passam a conectivo, iniciam obrigatoriamente a oração subordinada, ou -
tros, como embora (na subordinação), entretanto, contudo, toda
via (na coordenação) são móveis no interior da oração em que figuram.

Encerrando nossas considerações, julgamos oportuno destacar dois problemas a que nos remeteu o desenvolvimento deste trabalho.

Um deles é o fenômeno da elipse, de que nos utilizamos para a explicação de alguns adjuntos adverbiais, antes dos quais convém subentender um gerúndio. A elipse também contribui para a elucidação de certos aspectos da aposição.

Outro é o problema da ordem dos termos na oração e das orações no período. Salientamos que não só há uma multiplicidade de fatores para explicar a colocação ou a mobilidade de certos elementos, como também, normalmente, alguns desses fatores aparecem superpostos.

Naturalmente, o desenvolvimento detalhado des -

ses assuntos extrapola do tema e dos limites que, aqui, nos im
pusemos; esperamos, contudo, ter contribuído para a elucidação
de alguns aspectos de dois fatos lingüísticos que, também, não
mereceram ainda um estudo acurado.

IV - BIBLIOGRAFIA

- ALI, M. Said - Dificuldades da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1957.
- _____ - Gramática histórica da língua portuguesa. 5. ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1965.
- _____ - Gramática secundária da língua portuguesa. 6. ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1965.
- BACK, E. & MATTOS, G. - Gramática construtural da língua portuguesa (19 vol.). 1. ed. São Paulo, Edit. F.T.D. S.A. , 1972.
- BALLY, Charles - Linguistique générale et linguistique française. 4. éd. revue et corrigée. Berne, Ed. Francke Berne, 1965.
- BARBOSA, J. Soares - Grammatica philosophica da lingua portugueza. 5. ed. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.
- BARRETO, Mário - Através do dicionário e da gramática. 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. da "Org. Simões", 1954.
- _____ - De gramática e de linguagem. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. de "Org. Simões", 1955.

- BARRETO, Mário - Factos da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. da "Org. Simões", 1954.
- _____ - Novíssimos estudos da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro, Presença, 1980.
- _____ - Novos estudos da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro, Presença, 1980.
- _____ - Últimos estudos. Rio de Janeiro, Epasa 1944.
- BAYLON, C. & FABRE, P. - Grammaire systématique de la langue française. Poitiers, Edit. F. Nathan, 1973.
- BECHARA, Evanildo - Lições de português pela análise sintática. 11. ed. Rev. Rio de Janeiro, Grifo, 1978.
- _____ - Moderna gramática portuguesa. 20 ed. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1976.
- BELLO, A. & J. CUERVO, R. - Gramática de la lengua castellana 4. ed. Buenos Aires, Edit. Sopena Argentina, 1954.
- BORBA, F. da Silva - Teoria sintática. São Paulo, T.A. Queiroz, Ed. (Edit. da Univ. de S. Paulo), 1979.
- BOURCIEZ, E. - Eléments de linguistique romane. 5. éd. Paris, Libr. C. Klincksieck, 1967.
- BRANDÃO, Cláudio - Sintaxe clássica portuguesa. Belo Horizonte, Impr. da Univ. de Minas Gerais, 1963.

BRUGMANN, K. - Abrégé de grammaire comparée des langues indo-européennes. (Trad. par J. Bloch, A. Cuny et A. Ernout). Paris, Libr. C. Klincksieck, 1905.

BRUNOT, Ferdinand - La pensée et la langue. 3. éd. revue. Paris, Masson et Cie., Ed., 1936.

CÂMARA JR., J. Mattoso - Contribuição à estilística portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A., 1977.

_____ - Dicionário de lingüística e gramática. 7. ed. Petrópolis, Edit. Vozes Ltda., 1977.

_____ - Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis, Edit. Vozes Ltda., 1970.

_____ - História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Padrão - Liv. Edit. Ltda., 1975.

_____ - Princípios de lingüística geral. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1964.

CHEVALIER, Jean-Claude et alii - Grammaire Larousse du français contemporain. Paris, Libr. Larousse, 1964.

CORRÊA, G. Guimarães - 2500 exercícios graduados. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1965.

CUNHA, Celso - Gramática da língua portuguesa. 6. ed. Rio de Janeiro, Mec - Fename, 1980.

_____ - Gramática do português contemporâneo. Belo Horizonte, Edit. Bernardo Alvares S.A., 1970.

- DIAS, A. Epiphanio da Silva - Grammatica portuguesa elementar.
11. ed. rev. Lisboa, Liv. Escolar de A. Ferreira Machado &
Cia. Edit., 1901.
-
- _____ - Syntaxe histórica portuguesa.
4. ed. Lisboa, Liv. Clássica Edit., 1959.
- DUBOIS, J. & DUBOIS-CHARLIER, F. - Eléments de linguistique
française: syntaxe. Paris, Libr. Larousse, 1970.
- DUBOIS, J. & LAGANE, R. - La nouvelle grammaire du français.
Paris, Libr. Larousse, 1973.
- ELIA, Sílvio - Jornal de filologia, São Paulo, 3 (2), abr. a
jun./1955.
- FARIA, Ernesto - Gramática superior da língua latina. Rio
de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1958.
- GALICHET, G. - Grammaire structurale du français moderne. 4.
éd. Paris, Libr. Hatier, 1971.
- GARCIA, Othon M. - Comunicação em prosa moderna. 8. ed. Rio
de Janeiro, Edit. da Fund. G. Vargas, 1980.
- GILI GAYA, S. - Curso superior de sintaxis española. 12. ed.
Barcelona, Biblograf. S.A., 1978.
- GREVISSE, Maurice - Le bon usage. 10. éd. revue. Gembloux ,
Ed. J. Duculot, S.A., 1975.

- GRIVET, A. - Nova grammatica analytica da lingua portugueza.
Rio de Janeiro, Typ. de J. Leuzinger & Filhos, 1881.
- JAKOBSON, R. - Essais de linguistique générale. Paris, Les
Editions de Minuit, 1974.
- JESPERSEN, Otto - La syntaxe analytique. Paris, Les Editions
de Minuit, 1971.
- KURY, Adriano da Gama - Lições de análise sintática. 7. ed.
São Paulo, Lisa S.A., 1973.
- _____ - Pequena gramática para a explicação
da nova nomenclatura gramatical. 11. ed. Rio de Janeiro
Livr. Agir Edit., 1968.
- LE GALLIOT, J. - Description générative et transformationnelle
de la langue française. Paris, Edit. F. Nathan, 1975.
- LIMA, Carlos H. da Rocha - Gramática normativa da língua por-
tuguesa. 16. ed. Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio Edit., 1973.
- LIMA, Mário Pereira de Sousa - Gramática portuguesa. 2. ed.
Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio Edit., 1945.
- LUFT, Celso P. - Gramática resumida. 3. ed. rev. e aum. Por-
to Alegre, Edit. Globo, 1976.
- _____ - Moderna gramática brasileira. Porto Alegre,
Edit. Globo, 1976.

- MACAMBIRA, J. Rebouças - A estrutura da oração reduzida. Fortaleza, Impr. Univ. Fed. do Ceará, 1971.
- _____ - A estrutura morfo-sintática do português. 2. ed. São Paulo, Livr. Pioneira Edit., 1974.
- MACIEL, Maximino - Grammatica descriptiva. 10. ed. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1926.
- MADVIG, J.N. - Grammatica latina. Porto, Typographia de Manoel J. Pereira, 1872.
- MARTINET, A. - Eléments de linguistique générale. Paris, Libr. A. Colin, 1970.
- MAURER Jr., Theodoro H. - Gramática do latim vulgar. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1959.
- MELO, Gladstone Chaves de - Gramática fundamental da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S.A. , 1978.
- MOTTA, Othoniel - Lições de português. 6. ed. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, |s.d.|
- NEY, J. Luiz - Guia de análise sintática. Rio de Janeiro Org. Simões, 1956.
- OITICICA, José - Manual de análise. 9. ed. ref. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1950.

- OITICICA, José - Revista filológica. Rio de Janeiro, 3 (ano II), fev./1941.
- _____ - Teoria da correlação. 2. ed. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1962.
- PEREIRA, E. Carlos - Gramática expositiva (curso superior). 103.ed. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1957.
- PERINI, Mário A. - A gramática gerativa (introdução ao estudo da sintaxe portuguesa). Belo Horizonte, Edit. Vigília Ltda., 1976.
- POTTIER, B. et alii - Estruturas lingüísticas do português. 3. ed. São Paulo, Difel, 1975.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA - Esbozo de una nueva gramática de la lengua española. 1. ed. Madrid, Espasa-Calpe S.A., 1974.
- RIBEIRO, Júlio - Grammatica portugueza. 11. ed. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves & C., 1913.
- ROCA-PONS, J. - Introducción a la gramática. 3. ed. Barcelona, Edit. Teide, 1974.
- SANCHEZ MARQUEZ, M.J. - Gramática moderna del español. 2. ed. Buenos Aires, Ediar, 1982.
- SECHEHAYE, Albert - Essai sur la structure logique de la phrase. Paris, Libr. Ancienne H. Champion, Ed., 1926.

SILVEIRA, Olmar Guterres da - Orações subordinadas sem conec-
tivo (tese). Rio de Janeiro, 1957.

SOUSA DA SILVEIRA - Lições de português. 7. ed. Rio de Ja-
neiro, Livros de Portugal, 1964.

TESNIÈRE, Lucien - Eléments de syntaxe structurale. 2. éd.
revue et corrigée. Paris, Ed. Klincksieck, 1969.

WAGNER, R.L. & PINCHON, J. - Grammaire du français classique
et moderne. 2. éd. rev. et corrigée. Paris, Libr. Hachette,
1962.

DICIONÁRIOS LINGUÍSTICO-GRAMATICAIIS

BORBA, Francisco da Silva - Pequeno vocabulário de linguísti-
ca moderna. 2. ed. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1976.

CÂMARA JR., J. Mattoso - Dicionário de fatos gramaticais.
Rio de Janeiro, Minist. da Educ. e Cult. e Casa de Rui Barbo-
sa, 1956.

_____ - Dicionário de linguística e gramáti-
ca. 7. ed. Petrópolis, Edit. Vozes Ltda., 1977.

CARRETER, F. Lázaro - Diccionario de términos filológicos. 3.
ed. corr. Madrid, Edit. Gredos, 1974.

DUBOIS, Jean et alii - Dictionnaire de linguistique. Paris,
Libr. Larousse, 1973.

ELIA, Sílvio E. - "Dicionário gramatical português", in Dicionário gramatical. 3. ed. Porto Alegre, Edit. Globo S.A. , 1962.

MOUNIN, Georges - Dictionnaire de la linguistique. Paris , P.U.F., 1974.